



## **DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO**

**SESSÃO: 180.4.55.O**

**DATA: 10/07/18**

**TURNO: Vespertino**

**TIPO DA SESSÃO: Deliberativa  
Extraordinária - CD**

**LOCAL: Plenário Principal - CD**

**INÍCIO: 13h55min**

**TÉRMINO: 18h52min**

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador
14:04	BC	CLAUDIO CAJADO
14:52	BC	CLAUDIO CAJADO

**Obs.:**

**Ata da 180ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Vespertina, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 10 de julho de 2018.**

**Presidência dos Srs.:**

**Rodrigo Maia, Presidente.**

**Pedro Uczai, 3º Suplente de Secretário.**

**Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário.**

**Caetano, Delegado Edson Moreira, nos termos do § 2º do artigo 18 do Regimento Interno.**

**ÀS 13 HORAS E 55 MINUTOS COMPARECEM À CASA OS SRS.:**

Rodrigo Maia

Fábio Ramalho

André Fufuca

Giacobo

Mariana Carvalho

JHC

André de Paula

Dagoberto Nogueira

César Halum

Pedro Uczai

Carlos Manato



---

## **I - ABERTURA DA SESSÃO**

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 54 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

## **II - LEITURA DA ATA**

**O SR. CLAUDIO CAJADO**, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

## **III - EXPEDIENTE**

**(Não há expediente a ser lido.)**



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**

**Número Sessão: 180.4.55.O**

**Data: 10/07/2018**

**REDAÇÃO FINAL**

**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**

**Montagem: 4176**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Passa-se às

#### **IV - BREVES COMUNICAÇÕES**



**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Antes de dar prosseguimento à sessão, esta Mesa dá conhecimento ao Plenário dos seguintes

*Ato da Presidência*

*Nos termos do inciso II do art. 34 do Regimento Interno, esta Presidência decide constituir Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 10.316, de 2018, do Sr. Mendonça Filho, que “altera a Lei nº 9.478, de 16 de agosto de 1997, e a Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, para dispor sobre a comercialização de etanol hidratado combustível”, e apensado, e*

*Resolve*

*I - designar para compô-la, na forma indicada pelas Lideranças, os Deputados constantes da relação anexa;*

*II - convocar os membros ora designados para a reunião de instalação e eleição, a realizar-se no dia 11 de julho, quarta-feira, às 14 horas, no Plenário 8 do Anexo II.*

*Brasília, 4 de julho de 2018.*

*Rodrigo Maia*

*Presidente da Câmara dos Deputados*



---

**COMISSÃO ESPECIAL**

**PROPOSIÇÃO: PL 10.316/18**

**MDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PODE/PMN/PRP/PSDC/PATRI/PRTB**

**Titulares:** Arthur Lira, (PP), Augusto Coutinho (SD), Beto Mansur (MDB), Carlos Melles (DEM), Jarbas Vasconcelos (MDB), Jorge Côrte Real (PTB), Osmar Terra (MDB), Roberto Alves (PRB), Sergio Souza (MDB), 6 vagas.

**Suplentes:** Aureo (SD), Daniel Vilela (MDB), Marcelo Squassoni (PRB), 12 vagas.

**PT/PSD/PR/PROS/PCdoB**

**Titulares:** Arlindo Chinaglia (PT), Carlos Zarattini (PT), Décio Lima (PT), Gorete Pereira (PR), João Fernando Coutinho (PROS), Marcos Montes (PSD), Milton Monti (PR), Paulão (PT), 2 vagas.

**Suplentes:** André Amaral (PROS), Joaquim Passarinho (PSD), José Rocha (PR), 7 vagas.

**PSDB/PSB/PPS/PV**

**Titulares:** Arnaldo Jardim (PPS), Bruno Araújo (PSDB), Danilo Cabral (PSB), Evandro Gussi (PV), Pedro Vilela (PSDB), Tadeu Alencar (PSB), 1 vaga.

**Suplentes:** Antonio Carlos Mendes Thame (PV), 6 vagas.

**PDT**

**Titular:** Afonso Motta.

**Suplente:** Dagoberto Nogueira.



**PSOL**

**Titular:** 1 vaga.

**Suplente:** 1 vaga.

**PSL**

**Titular:** Professor Victório Galli.

**Suplente:** 1 vaga.



*Ato da Presidência*

*Nos termos do § 2º do art. 202 do Regimento Interno, esta Presidência decide criar Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 248-A, de 2004, do Sr. Mauro Lopes e outros, que “altera a redação do art. 144, parágrafo 2º, da Constituição Federal, dispondo sobre a Polícia Rodoviária Federal” (atribui à Polícia Rodoviária Federal o policiamento ostensivo das rodovias federais), e apensada.*

*A Comissão será composta de 34 (trinta e quatro) membros titulares e de igual número de suplentes, mais um titular e um suplente, atendendo ao rodízio entre as bancadas não contempladas, designados de acordo com os §§ 1º e 2º do art. 33 do Regimento Interno.*

*Brasília, 4 de julho de 2018.*

*Rodrigo Maia*

*Presidente da Câmara dos Deputados*





**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Passamos agora à nominata dos Deputados inscritos para dar como lido o discurso.

O primeiro Deputado inscrito, para fazer uso da palavra no tempo regimental, é o Deputado Luiz Couto, do PT da Paraíba.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero registrar o falecimento da Irmã Cecília Sodero Pousa, da Congregação das Cônegas de Santo Agostinho, que partiu para a casa do Pai depois de uma dura insuficiência pulmonar.

Todos que a conheciam sabiam o quanto ela era comprometida com as lutas do povo e as causas populares.

No sorriso da Irmã Cecília havia paz e alegria. A última vez que estive com ela, demonstrou-me uma grande preocupação com a atual situação do Brasil. Considerava-a profetiza e militante pelos mais pobres.

Sr. Presidente, quero também registrar que a Fundação Internacional de Direitos Humanos considerou Lula prisioneiro de consciência em prisão arbitrária.

O gesto da Fundação Internacional demonstra que tais violações agredem a consciência internacional pública e que o Brasil submerge para o *status* de país em que os principais parâmetros das relações internacionais de direitos humanos são agredidos violentamente por aqueles que deveriam promovê-los e respeitá-los.

Assim, aplaudo a preocupação da Fundação Internacional de Direitos Humanos para que o nosso Presidente Lula seja solto e possa concorrer à eleição, e o povo brasileiro possa novamente levá-lo à Presidência da República.

Sr. Presidente, peço a publicidade dos dois pronunciamentos nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Defiro o pedido de V.Exa.

**PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, foi com pesar que recebi a notícia do falecimento da Irmã Cecília Sodero Pousa, da Congregação de Nossa Senhora — Cônegas de Santo Agostinho, que partiu para a Casa do Pai depois de uma dura insuficiência pulmonar.

Todos que a conheciam sabiam o quanto ela era comprometida com as lutas do povo e as causas populares.

Víamos a paz e a alegria em seu sorriso. A última vez que estive com ela, demonstrou-me grande preocupação com a atual situação do Brasil. Assim, como a considerava uma profetiza e militante pelos mais pobres, defensora dos direitos humanos e da educação popular, sabia o quanto ela sentia a dor dos mais carentes e em suas preces levava a carga dos aflitos.

Ela, por muitos anos, apoiou as lutas sociais no Sertão de Alagoas, enfrentou coronéis e usineiros, conviveu com ameaças e pressões, sempre fiel a seu povo. Nos últimos 20 anos, dedicou-se ao trabalho nas periferias de João Pessoa.

Sabíamos que o sorriso de satisfação da irmã Cecília Sodero Pousa tinha um segredo: seu nome é Deus. Diante de seu chamado até o final de sua vida, vivida com fé e confiança inabaláveis, só nos resta repetir com o Autor Superior Sagrado Deus: *“Beati mortui qui in Domino moriuntur* — Bem-aventurados os que morrem no Senhor” (Ap 14, 13).

Em homenagem à Irmã Cecília, desejo levar aos corações dos seres humanos aquela mensagem que Santo Agostinho escreveu há tanto tempo em suas



Confissões: *"Fecisti nos ad Te, Domine, et inquietum est cor nostrum donec requiescat in Te* — Fizeste-nos para Ti, Senhor, e inquieto está o nosso coração enquanto não repousar em Ti".

Assim, quero me solidarizar com a família, com as comunidades religiosas da CRB, com as Pequenas Comunidades Inseridas, com as Comunidades Eclesiais de Base no campo e na cidade, com as companheiras e companheiros do CEBI e do Grupo História Viva de Mangabeira, com as companheiras do Coletivo Mais Mulheres, com as amigas e os amigos de toda parte. Que Deus conforte seus corações e dê forças para transformar toda dor desta perda irreparável em fé e esperança!

Era o que tinha a dizer.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao conceder ao Presidente Lula o estatuto de prisioneiro de consciência em prisão arbitrária, a Fundação Internacional de Direitos Humanos vem se somar ao movimento de solidariedade ao nosso principal líder político.

Esse movimento vem incorporando progressivo apoio de instituições, personalidades e importantes juristas de todo o mundo, reforçando a denúncia das graves violações de direitos humanos e abusos judiciais contra o Presidente que elevou o Brasil a um patamar superior em redução de desigualdades e melhorou todos os seus indicadores sociais.

O gesto da Fundação Internacional demonstra que tais violações agredem a consciência internacional pública e que o Brasil submerge para o *status* de país em



---

que os principais parâmetros das relações internacionais — os direitos humanos — são agredidos violentamente por aqueles que deveriam promovê-los e respeitá-los.

Assim, somo-me à preocupação — e a aplaudo — da Fundação Internacional de Direitos Humanos pelos direitos humanos que deveriam ser assegurados ao maior Presidente que este País já teve, Luiz Inácio Lula da Silva.

Era o que tinha a dizer.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - O próximo orador é o Deputado Alberto Fraga, do DEM do Distrito Federal.

**O SR. ALBERTO FRAGA** (DEM-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o que aconteceu no domingo é o resultado do aparelhamento que o Partido dos Trabalhadores fez em todo o País. Em todo lugar há alguém do PT infiltrado. Essa é uma seita que faz com que funcionários se prestem a executar algumas tarefas, como a última que foi idealizada por três Deputados do PT. Eles combinaram com o Desembargador o dia em que ele estaria de plantão para que promovessem a soltura do condenado Luiz Inácio Lula da Silva.

É lamentável que ainda existam pessoas que pensam que vão conseguir dar um balão na Justiça. Quanto ao golpe de que tanto eles falam, é esse o verdadeiro golpe! O que eles orquestraram foi um verdadeiro golpe. Mas, como sempre, o golpe do PT é fracassado!



---

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - O próximo orador é o Deputado Valmir Assunção, do Partido dos Trabalhadores do nosso querido Estado da Bahia. S.Exa. dispõe do tempo regimental.

**O SR. VALMIR ASSUNÇÃO** (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer dois registros. O primeiro é que estive em Itabela, que fica no extremo sul da Bahia. Participei do sétimo aniversário do assentamento Margarida Alves, no sábado, junto com o Leleu da Sacaria, com o David, com a Rosa, que é a dirigente MST, com o Evanildo e com o Weton. Foi uma grande atividade!

Também quero registrar que ontem o TRE da Bahia absolveu a Prefeita de Ituberá, juntamente com o Vice-Prefeito, que estavam sendo acusados pelo PSDB de abuso poder econômico. No TRE, foram 7 votos a zero, porque o PSDB gosta justamente de denunciar sem provas, sem nada concreto.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - O próximo orador é o Deputado Claudio Cajado.

Em seguida, falará o Deputado Rocha.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP-BA. Sem revisão do orador.) -

**DISCURSO DO SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO QUE, ENTREGUE AO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.**

(Discurso publicado na Sessão nº 236, de 20/11/18.)



**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Deputado Rocha, do PSDB do Acre.

**O SR. ROCHA** (PSDB-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero aqui registrar e lamentar que mais uma vez o meu Estado, o Acre, viveu um fim de semana sangrento. Foram quase 2 dezenas de homicídios e cerca de 30 vítimas de disparos de armas de fogo. Infelizmente, o Governador Tião Viana e o Secretário de Segurança se limitam a dar desculpas.

Quero aqui também externar a minha preocupação com o que disse o Secretário de Segurança — ou Secretário de insegurança — do Governador Tião Viana. Segundo ele, o acriano tem que se acostumar com a violência, como se nós fôssemos uma população de bárbaros.

Nós não queremos isso. Nós estamos vivendo um clima de insegurança, por conta da incompetência e da desordem. E o Governador Tião Viana, infelizmente, limita-se a dar desculpas e não assume as suas responsabilidades à frente da segurança do povo acriano, para dar tranquilidade às nossas famílias.

Além disso, as polícias estão abandonadas. A Polícia Militar está há 5 anos sem farda. E agora parece que Governador resolveu se preocupar com a segurança dele, aumentando o efetivo da sua segurança pessoal, enquanto as nossas famílias estão nas mãos de criminosos.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero fazer um registro. No último jogo vitorioso do Brasil, o que se viu no Acre era digno de filme de terror. As facções criminosas estavam comemorando a última vitória, com disparos de fuzil para o alto, como se nós estivéssemos numa guerra.





Sr. Presidente, faço este registro e peço a V.Exa. que determine a sua divulgação nos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Se Deus quiser, nós vamos nos livrar desta incompetência que hoje toma conta de todos os segmentos da administração pública do Acre, em especial da segurança pública.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Defiro o seu pedido de publicidade, Deputado.



**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Deputado Angelim, do PT do Acre.

**O SR. ANGELIM** (PT-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, participei hoje de manhã de uma audiência pública que tratou do sucateamento das universidades públicas federais. É incrível como há um verdadeiro ataque às atividades de ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação das universidades, com cortes brutais.

Para se ter uma ideia, só na área de ensino, pesquisa e extensão, que é o tripé da atividade-fim das instituições, houve um corte de 31% em relação aos anos de 2017 e 2018. No apoio à capacitação inicial e continuada para a educação básica, houve um corte de 54%. E, no apoio às iniciativas de valorização da diversidade, da promoção de direitos humanos e da inclusão social, houve um corte de 91%.

Ora, Sr. Presidente, isso foi do ponto de vista do custeio e do investimento. Mas, se olharmos para a área de pessoal, a LDO de 2019, que será votada neste plenário, proíbe qualquer tipo de aumento salarial, contratação e aumento de novos cargos para o setor público federal no ano que vem. A Emenda Constitucional nº 95, de 2016, que trata do congelamento dos gastos, começa a impactar na qualidade do ensino, da educação e da saúde do nosso País.

Sr. Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgado nos órgãos de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Defiro o pedido de V.Exa. para que seja divulgado o seu pronunciamento pelos meios de comunicação desta Casa.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Tem a palavra o Deputado Laerte Bessa, do PR do Distrito Federal.

**O SR. LAERTE BESSA** - Sr. Presidente, gostaria que o tempo de 1 minuto fosse somado ao meu tempo nas Breves Comunicações daqui a pouco.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - O.k. Está acordado.

Estamos aqui construindo os acordos sempre de forma generosa, para que todos os Deputados possam ser bem atendidos.



**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Tem a palavra a Deputada Carmen Zanotto, do PPS de Santa Catarina.

**A SRA. CARMEN ZANOTTO** (PPS-SC. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que sejam divulgados nos veículos de comunicação da nossa Casa meus dois pronunciamentos.

Um deles trata dos 50 anos da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina. Quero saudar o Presidente, Sr. José Walter Dresch, e, em nome dele, todos os ex-Presidentes.

Aproveito para destacar que praticamente 70% da agricultura do nosso Estado é formada por pequenos proprietários; portanto, pela agricultura familiar.

O outro pronunciamento refere-se à audiência pública que realizamos na última quinta-feira, na Comissão de Seguridade Social e Família, junto com a Frente Parlamentar de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento do Câncer, que presido, sobre a Lei nº 12.732, de 2012, que garante a todos os pacientes de câncer o acesso ao primeiro tratamento em, no máximo, 60 dias. Foi uma bela audiência pública, que contou com a participação dos prestadores de serviço, das Secretarias de Estado da Saúde, das Secretarias Municipais e também do Ministério da Saúde.

Sr. Presidente, nobre Deputado Pedro Uczai, é importante que avancemos nessa matéria, para que nenhum brasileiro ou brasileira demore mais do que esse prazo para ter o seu tratamento de câncer no País.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Obrigado.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELA ORADORA



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estive participando dos eventos alusivos ao cinquentenário de fundação de uma das mais importantes federações do meu Estado, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina — FETAESC, comemorado na segunda-feira passada, celebrado com culto ecumênico, sessão solene, homenagens, almoço e *shows* que reuniram mais de 1.300 pessoas, entre agricultoras, agricultores e suas famílias, líderes sindicais e convidados.

Aproveitamos ainda para torcer no jogo do Brasil e México, ao qual assistimos por um telão. Transformamos as instalações do CTG em uma grande corrente pela nossa Seleção, que acabou vitoriosa, fazendo dois gols contra o time adversário.

De acordo com a FETAESC, Santa Catarina, com 1,3% do território nacional, tem aproximadamente 190 mil propriedades rurais. Destas cerca de 95% têm menos de 50 hectares, ou seja, enquadram-se na categoria “agricultura familiar”, produzindo 71,3% de todo o volume agrícola catarinense, segundo dados do Censo Agropecuário.

O setor emprega 2,1 milhões de pessoas que atuam nas mais diversas atividades agrícolas, tais como: pecuária, extrativismo vegetal e pesca. Atualmente 1,06 milhão, ou seja, 16% da população de Santa Catarina vive no meio rural, sendo que a maior proporcionalidade está na região oeste, com 28%; seguida pela região sul, 19%; serrana, 18%; norte e Vale do Itajaí, 12%. E são essas trabalhadoras e trabalhadores, junto com suas famílias, que integram a federação, por meio dos sindicatos das trabalhadoras e trabalhadores e das agricultoras e agricultores rurais presentes em 214 Municípios catarinenses.



Por esta razão, a FETAESC promoveu no ano passado o 1º Simpósio de Gestão Sustentável do Agronegócio Familiar, reunindo no auditório de sua sede agricultores e agentes público, trocando experiências exitosas do modelo de Assistência Técnica e Extensão Rural — ATER nas pequenas propriedades, além de apresentar boas práticas de gestão sustentável na agricultura familiar. Transformar o Programa Propriedade Sustentável em política de Estado para Santa Catarina foi um dos objetivos do simpósio.

A FETAESC se preocupa com a família agricultora, por isso trabalha com os segmentos de mulheres, de jovens e de terceira idade.

As mulheres têm papel fundamental na propriedade, pois, além dos afazeres domésticos, participam da produção e comercialização dos produtos. As mulheres rurais também produzem muitos artesanatos e industrializam os produtos agregando valor.

Por isso, pensou-se em trabalhar o empreendedorismo, pois, se a mulher valorizar seu trabalho, tiver renda, alcançar sua autonomia, os resultados serão positivos. Elas precisam estar bem informadas sobre crédito, investimentos e tantas outras atividades. Em Santa Catarina os números de acesso ao crédito para as mulheres ainda são pequenos, talvez seja por questões culturais, devido à colonização.

Mas, através do trabalho da FETAESC, ao longo destas 5 décadas, já temos muitas experiências positivas.

Quero destacar ainda o Programa Nacional de Habitação Rural — PNHR, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida, que objetiva a produção ou a reforma de imóveis aos agricultores familiares e trabalhadores rurais, por intermédio



de operações de repasse de recursos do Orçamento Geral da União ou de financiamento habitacional com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS, reduzindo o déficit habitacional rural. A FETAESC é uma entidade organizadora. Por intermédio dela, já foram contemplados 6 mil agricultores.

O Crédito Fundiário também tem participação da federação. É uma importante política que dá à pessoa a oportunidade de comprar seu terreno e ser agricultora.

Atualmente a federação tem como membros da Diretoria Executiva: Presidente, José Walter Dresch; Vice-Presidente, Adriano da Cunha; Secretário-Geral, Luiz Sartor; 1º Secretário, Liamar Michelmann Laffin; Tesoureiro-Geral, Valdeci de Andrada Pereira; 1º Tesoureiro, Edson Ricardo Rachadel; Coordenadora Estadual de Mulheres, Agnes Margareth Schipanski Weiwanko; Coordenador Estadual de Jovens, Adriano Gelsleuchter; Coordenadora Estadual da Terceira Idade, Alice Rovaris da Silva.

A história do sindicalismo rural de Santa Catarina iniciou-se no pequeno Município de Luiz Alves, na comunidade rural de Braço Elza, onde nasceu e cresceu o agricultor e sindicalista Zacarias Pedro Schmitz, que criou a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina — FETAESC, em 2 de julho de 1968. O logo especial do cinquentenário tem o *slogan* *Trabalhamos para melhorar a qualidade de vida no campo e na cidade*, que resume as inúmeras ações e atividades que a federação vem fazendo ao longo das últimas 5 décadas para proporcionar melhores condições de trabalho e de vida aos trabalhadores rurais. A entidade busca representar, organizar e integrar as agricultoras e agricultores de Santa Catarina.



Nosso muito obrigado por esta bela trajetória e por um trabalho voltado para quem nos garante todos os dias os alimentos que consumimos!

Sr. Presidente, peço que o presente pronunciamento seja registrado nos Anais desta Casa e divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, realizamos na última semana, na Assembleia Legislativa de Santa Catarina — ALESC, em Florianópolis, uma audiência pública para debater a Lei nº 12.732, de 2012, de minha autoria, que determina o prazo de até 60 dias, a partir do diagnóstico, para que pacientes com câncer iniciem o tratamento pelo Sistema Único de Saúde — SUS.

O evento, proposto pela Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara Federal, através de uma emenda nossa, reuniu 19 organizações da rede de câncer, coordenada pela Associação da Mulher Catarinense portadora de Câncer — AMUCC, e representantes do poder público para debater a efetivação da lei nas unidades oncológicas do Estado.

Para o biênio 2018/2019, estima-se a ocorrência de cerca de 600 mil novos casos de câncer no Brasil. Entre as mulheres, o tipo mais frequente é o câncer de mama, podendo chegar a 59 mil novos casos.

As barreiras geográficas, financeiras e organizacionais são alguns dos fatores que dificultam o acesso de pacientes aos serviços oncológicos. A ausência de procedimentos e medicamentos, a defasagem dos valores repassados pelo SUS são barreiras de acesso.

Apresentado em 2011 por esta Parlamentar, o texto original da Lei nº 12.732, de 2012, estabelecia o prazo máximo de até 30 dias para que o paciente, já





diagnosticado, tivesse acesso aos serviços oncológicos. Mas o prazo ficou firmado em 60 dias porque nós tivemos de negociar com o Governo, em virtude de regiões do País muito mais desassistidas do que Santa Catarina.

Para que a lei seja efetivamente cumprida é preciso que haja a ampliação da infraestrutura pública, com a construção de novas unidades de assistência e garantia de prévio diagnóstico a todos os pacientes.

Conforme a Presidente da AMUCC, Leoni Margarida Simm, o agravante maior está na demora de diagnóstico. *“Antes de dar acesso ao tratamento, existe um problema maior, levamos muito tempo para diagnosticar e, então, quando os primeiros sinais aparecem, até nós termos o diagnóstico, às vezes o câncer já cresceu muito e se torna incurável”.*

Como encaminhamento da audiência, foram pontuadas as maiores dificuldades a serem trabalhadas aqui em Brasília. Precisamos trabalhar para que tenha, por exemplo, o serviço de São Miguel do Oeste, que ainda está em fase de estruturação física, para que ele funcione o mais rápido possível. Mas não basta colocar em funcionamento, o Estado precisa receber os recursos do Ministério da Saúde para fazer com que o serviço ande. O Estado cuida para garantir a estrutura física, e nós, em Brasília, trabalhamos para que o Ministério da Saúde habilite o serviço.

Sr. Presidente, peço que o presente pronunciamento seja registrado nos Anais desta Casa e divulgado no programa *A Voz do Brasil*.



**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Tem a palavra o Deputado Wadih Damous, do PT do Rio de Janeiro.

**O SR. WADIIH DAMOUS** (PT-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, sou um dos três Parlamentares que foram mencionados aqui ainda agora que impetraram o *habeas corpus* em favor do Presidente Lula, em Curitiba, e eu, de lá para cá, tenho ouvido muita besteira e muita mentira, tal qual ouvi ainda agora aqui.

O que eu quero dizer é que esse episódio demonstra a anarquia que impera hoje no Poder Judiciário, a subversão da ordem jurídica. Chegamos ao ponto em que um juiz de primeiro grau se nega a obedecer a uma ordem judicial de hierarquia superior. Isso significa simplesmente bagunça, isso significa desordem, isso significa subversão. E quem paga o preço por isso? É o cidadão brasileiro.

Então, Sr. Presidente, concluindo, nós temos que repudiar essa atitude e defender a ordem jurídica. Aqueles que entendem que o Desembargador de plantão decidiu incorretamente devem buscar os meios previstos no ordenamento jurídico para revogar a decisão. Mas simplesmente dizer “*não vou cumprir*”, simplesmente dizer “*considero ilegal essa determinação e vou desobedecê-la*”, isso é inaceitável.

Então, cabe a esta Casa, mais uma vez vou repetir isso aqui da tribuna, reconstruir o ordenamento jurídico brasileiro. Nós não podemos aceitar que segmentos do Ministério Público e do Poder Judiciário ajam como agentes de subversão da lei e da Constituição.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Obrigado, Deputado Wadih Damous.



**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Tem a palavra o Deputado Marcon, do Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul.

**O SR. MARCON** (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu vejo que, mais uma vez, o Brasil e o mundo percebem que Lula é preso político. Quando um Desembargador do Tribunal Regional Federa da 4ª Região, no Rio Grande do Sul, toma uma posição, vale a decisão do comandante do PSDB, que estava em Portugal, de não liberar o companheiro Lula, preso em Curitiba.

Nós já vimos outros presos serem liberados menos de 2 horas depois de tomada a decisão judicial. Só porque é aquele que o povo está escolhendo para ser, de novo, Presidente do Brasil, o companheiro Lula, nem a Justiça nem a Polícia Federal tomaram alguma atitude. Pelo contrário, fizeram de tudo para que ele não fosse liberado.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Peço que conclua, Deputado.

**O SR. MARCON** - Sr. Presidente, fica o nosso repúdio, porque isso mostra que a Justiça Federal tem duas Constituições para serem cumpridas.

Eu gostaria que divulgasse o meu discurso no programa *A Voz do Brasil*.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Peço que se dê publicidade ao pronunciamento do Deputado Marcon.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Lula preso político.

Sr. Presidente, prezados Deputados, prezadas Deputadas e demais servidores desta Casa, subo a esta tribuna para expressar a minha indignação e o



total apoio ao ex-Presidente Lula, que está sendo julgado e mantido preso como se estivéssemos vivendo em um estado de exceção. Essa é a única conclusão que se tem dos fatos ocorridos no último domingo, dia 08 de julho de 2018.

O julgamento do *habeas corpus* do nosso ex-Presidente Lula ocorrido neste último fim de semana não deixa qualquer tipo de dúvida para a população brasileira que o nosso ex-Presidente está em Curitiba na condição de preso político com o objetivo de evitar, a qualquer custo, a participação dele nas eleições para a Presidência deste ano, fato que ajuda a sufocar cada vez mais a democracia brasileira.

A atitude do Juiz Sérgio Moro de despachar num processo que não é de sua competência, e, acreditem se quiser, estando de férias, coloca a Justiça brasileira em total descrédito, pois Sérgio Moro se utiliza de suas prerrogativas de juiz para atuar partidariamente com o objetivo claro de manter Lula preso e, assim, não disputar as próximas eleições.

Quero deixar bem claro aos golpistas e a todos que estão perseguindo o ex-Presidente Lula que não somente os brasileiros perceberam o que está acontecendo, pois, depois do que aconteceu no último domingo, a Fundação Internacional dos Direitos Humanos concedeu o *status* de prisioneiro de consciência em prisão arbitrária ao Presidente Lula.

Segundo o manual da Anistia Internacional, prisioneiro de consciência é uma pessoa detida devido as suas crenças políticas, religiosas ou outras conscientemente defendidas. O que eles não entendem é que não adianta manter Lula preso, pois as crenças políticas do ex-Presidente estão dentro de cada um de



---

nós e da maioria da população brasileira. Por isso Lula lidera todas as mais recentes pesquisas eleitorais realizadas.

Para concluir, caros Deputadas, caras Deputadas, é preciso deixar claro que a história vai dizer quem esteve ao lado da democracia, do respeito a um Estado de Direito, ao lado do povo brasileiro, que clama pela eleição do Presidente Lula, pois só assim poderá ter a esperança de que dias melhores virão.

#Lula Livre! #Lula Candidato! # Lula Presidente!



**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - O próximo orador é o Deputado Gonzaga Patriota, pelo tempo regimental.

**O SR. GONZAGA PATRIOTA** (PSB-PE. Sem revisão do orador.) - Meu querido Presidente, venho fazer um registro e dois pronunciamentos.

Primeiro, eu queria dizer que sou o autor do Projeto de Lei nº 7.374, de 2014, que trata do teste do pezinho em recém-nascidos e que está na Comissão de Seguridade Social e Família. Faço um apelo a todos os Deputados dessa Comissão para que nós possamos, amanhã, aprová-lo. Eu trouxe Idário Nogueira dos Estados Unidos, que tem me ajudado muito na elaboração desse projeto, e que está querendo ir embora. Eu acho que amanhã ele vai dar uma força na reunião da Comissão. É muito importante.

Segundo, Sr. Presidente, eu queria dizer que participei, no sábado, do 2º Encontro da Família Príncipe, em Serra Talhada, que fez uma grande família, com origem em Portugal, se reunir com mais de 200 membros. Eu passei a ser Gonzaga Patriota Príncipe porque me casei com uma princesa dessa família. Eu queria fazer este registro para mostrar a importância de reunirmos a família não apenas quando há um doente ou quando alguém morre, mas também na saúde e na felicidade.

Por último, eu queria dizer que o fim de semana foi cumprido. Saí de Recife, com o Governador, rumo a Garanhuns, onde inauguramos uma escola técnica. Depois, visitamos várias cidades do Agreste. Ontem, fomos a vários distritos de Municípios pernambucanos, a começar por Trindade, com o futuro Deputado Lamarth. Percorremos a PE-630, passando por Petrolina, Lagoa Grande e Dormentes.



Sr. Presidente, peço a V.Exa., se possível, que dê divulgação a este pronunciamento.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Defiro seu pedido: que se dê publicidade ao pronunciamento do Deputado Gonzaga Patriota.

#### PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Segundo encontro da família Príncipe, de Serra Talhada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, por que só nos encontramos todos em momentos de dores e partidas? Por que não um encontro para celebrarmos a vida? Essas perguntas marcaram o 1º Encontro da Família Príncipe, em Serra Talhada, em junho de 2017.

Vinha sendo percebido que os irmãos, tios, sobrinhos, primos e demais familiares Príncipes só se encontravam e se reuniam em maior número quando um dos familiares falecia. Em razão disso, a família organizou o 1º Encontro da Família Príncipe, em 2017, e, neste sábado, dia 7, o segundo encontro, para comemorar a vida e não chorar a morte de um parente.

Este 2º Encontro da Família Príncipe, organizado por Antônia Príncipe e netos e bisnetos, ocorreu no late Clube de Serra Talhada, em Pernambuco, no dia 8 de julho de 2017, durante todo o dia, quando almoçaram, jantaram, forrozaram e se reencontraram e se confraternizaram, como manda a tradição do lugar de origem dessa família, Serra Talhada, terra de Lampião e do xaxado.

Participaram do encontro aproximadamente 200 pessoas, de mais de 100 familiares. Faltaram alguns, por estarem espalhados por todo o Brasil, como



Rondônia, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Paraíba, Distrito Federal e, até, fora do País, como Canadá, Angola e outros países.

O objetivo desses encontros da família Príncipe, Sr. Presidente, é comemorar essas presenças em um dia festivo, de alegrias e afetos, com os encontros dos ascendentes e dos descendentes, muitos que ainda não se conheciam.

Miguel e Marcolina Príncipe de Lima são pais de 12 filhos, avós de 56 netos, bisavós de 100 bisnetos, trisavós de 39 trinetos e tataravós de 1 tataraneto. A base de origem da família é a cidade de Serra Talhada, porém, hoje, familiares presentes vieram de várias regiões brasileiras. Há netos e bisnetos residentes em: Porto Velho, Rondônia; São Paulo, São Paulo; Joinville, Santa Catarina; Porto Alegre, Rio Grande do Sul; Brasília, Distrito Federal; João Pessoa, Paraíba; Natal, Rio Grande do Norte. Em Pernambuco, muitos residem em Recife, outros, em Petrolina, Betânia, Floresta e em muitos outros Municípios. Dois bisnetos residem no exterior: Assunção, Paraguai; e Toronto, Canadá.

Ao encontro estavam presentes desde a primeira neta de Miguel e Marcolina Príncipe, Antônia Maria, de 66 anos, ao neto caçula, Paulo Henrique Príncipe, de 23 anos. Muitos primos levaram seus filhos e netos para conhecer os tios, filhos de Marcolina e Miguel Príncipe — dos 12 filhos e filhas, seis ainda estão vivos.

Alguns dos presentes não conheciam o Sertão, vieram pela primeira vez conhecer suas origens; outros, que foram morar longe, vieram exclusivamente para a celebração do encontro.

As redes sociais muito ajudaram para essa reunião ímpar: desde grupos de WhatsApp, a um grupo da família — Família Príncipe —, no Facebook.





Nesse grupo há um álbum cujo título é *Patrimônio Humano*, contendo a biografia do casal, Miguel e Marcolina, e dos seus 12 filhos, cujo propósito é a história da família e sua memória. Para que a história não se perca e a memória não se apague, nesse encontro, tudo foi resgatado para homenagear os ascendentes e promover os descendentes dessa linda e respeitada família Príncipe.

*“Dizem que somos feitos de átomos, ou que somos poeira de estrelas; outros dizem que somos pequeninos grãos de areia nesse universo imenso. Mas aprendi na minha terra, (Serra Talhada por Deus), que somos feitos de histórias. E que ‘bendita é a família que guarda sua memória’”,* recitou, Fátima Príncipe, neta de Marcolina e Miguel Príncipe.

Neste segundo encontro, Sr. Presidente, a família Príncipe criou mais um *slogan*: “Para que nossa memória não se perca, a nossa história não se apague”. Trata-se de um projeto cujo objetivo é resgatar, preservar e deixar para os nossos descendentes a história da família Príncipe através de banco imagético, registros formais e Informais, biografias dos antepassados, homenagens aos aniversariantes, álbuns virtuais de acontecimentos importantes, como reuniões com familiares, encontros, registros de nascimentos de novos membros da família, entre outros que não firam a ética e a privacidade da família.

A coordenadora desse projeto é Antônia Príncipe de Lima, a primeira neta do patrono da família, Miguel Príncipe de Lima, cujas origens estão escritas no brasão da família, descendente de Portugal, que migrou para o Nordeste do Brasil e que ainda hoje tem como cidade-base Serra Talhada, em Pernambuco.

O brasão que representa a família príncipe tem a cor predominante em azul, com uma torre dourada, e um bordado em vermelho com oito torres prateadas. Esse



brasão está no *Libro Repertorio de Blasones de la Comunidad Hispanica*, de Vicente de Cadernas y Vicent, pelo Instituto Salazar y Castro.

Segundo o escritor Eduardo Galeano, *“A Família Príncipe é feita de átomos, mas um passarinho contou que são feitos de história”*.

Concluimos este discurso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, registrando, com alegria, mais um encontro da família Príncipe, de Serra Talhada, da qual, com muito orgulho, fazemos parte como esposo de Rocksana Príncipe, neta de Marcolina e Miguel Príncipe.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, percorri todo o Pernambuco nesse fim de semana e tivemos a honra de participar de vários eventos.

Na quinta-feira, dia 5, acompanhei o Governador Paulo Câmara ao maravilhoso Município de Garanhuns, no Agreste Meridional, onde participamos da inauguração de mais uma escola técnica, a 43ª inaugurada nos últimos 12 anos por governadores do PSB.

Na sexta-feira, dia 06, visitamos os Municípios de Limoeiro, onde, durante meia hora, falamos com o povo da região através da *Rádio Jornal do Comércio*. Depois, tivemos um café da manhã em João Alfredo, na residência do amigo Severino, do ITERPE — Instituto de Terras e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco, com sua maravilhosa família.

Visitamos, em seguida, Surubim, onde concedemos entrevista à *Rádio Pop*, na Câmara de Vereadores, presidida pelo amigo Vereador Fabrício Brito, com a presença de Neto e Adriano Surubim, além de muitos outros amigos e correligionários.



Em Vertentes, fomos carinhosamente recebidos pelo líder político Beto Germano, Vereadores e correligionários e tratamos de problemas que afligem esse Município.

À noite, na nossa querida Sertânia, abrimos, com o querido Prefeito Ângelo Ferreira, Vice-Prefeito Toinho do Sindicato, Vereadores e amigos, a 46ª Exposição de Caprinos e Ovinos de Sertânia, com a presença de expositores e amigos do Município e da região.

Sábado, dia 07, tivemos a grande festa da família Príncipe, em Serra Talhada, organizada por Antônia Príncipe, que ocorreu no late Clube de Serra Talhada durante todo o dia, onde almoçaram, jantaram, forrozaram e se reencontraram e se confraternizaram, como manda a tradição do lugar de origem dessa família, Serra Talhada, terra de Lampião e do xaxado.

Participaram do encontro aproximadamente 200 participantes, de mais de 100 familiares. Faltaram alguns, pois estão espalhados por todo o Brasil, como Rondônia, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Paraíba, Distrito Federal e, até, fora do País, como Canadá, Angola e outros países.

No domingo, dia 08, logo cedo, tivemos uma grande reunião na comunidade de Alto Alegre II, presidida pelo amigo José Alves Zeca. Lá discutimos o desenvolvimento da região. Anunciei a alocação de recursos na ordem de R\$120.000,00 para a Prefeitura de Trindade repassar para essa associação um trator equipado para atender a região.

Percorremos a PE-630, de Trindade a Rajada, em Petrolina, rodovia estadual que estamos, juntamente com outros políticos e associações, lutando pela pavimentação.



À tarde, participamos da grande festa de São Gonçalo, em Lagoa dos Mendes, Petrolina, que contou com mais de 2 mil pessoas e mais de 400 veículos. Queremos parabenizar os organizadores desse São Gonçalo.

Ainda no domingo, visitamos várias comunidades de Nova Londrina, em Dormentes, acompanhados da Prefeita Josimara de Zé Olímpio e da Vereadora Paizinha. A associação também receberá um trator, de emenda de nossa autoria. Fomos à eleição na Associação de Caatinga Grande e à reunião na Associação de Vila Nova, presidida por Paulo da Vila Nova, comunidade que já recebeu um trator, de nossa emenda.

Passamos, em seguida, em Lagoas, Jutaí, Lagoa Grande e, à noite, tivemos reunião política em Petrolina.

A segunda-feira não ficou de fora, tivemos várias reuniões em Petrolina, onde discutimos problemas que ainda existem na capital da fruticultura do Nordeste.

Concluimos este discurso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parabenizando todos que aqui foram citados nas mais diversas atividades nessas regiões do nosso querido Estado de Pernambuco.



**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - O próximo orador inscrito é o Deputado Edmilson Rodrigues, do PSOL do Pará.

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** (PSOL-PA. Sem revisão do orador.) - Presidente, é necessário interditar o Presidente da República. Chegamos às raíais, aos limites do absurdo!

No dia 9, o *Diário Oficial da União* publicou a Medida Provisória nº 844, de 2018. É uma excrescência essa medida provisória! Ela diz que o Município é obrigado a consultar as empresas e, se houver interessadas, privatizar o sistema de saneamento. Aonde chegamos? E mais: os Municípios pequenos, que não dariam retorno, lucratividade para as empresas, estão fora do processo. Aí as empresas públicas poderão administrar os seus sistemas de saneamento. A iniciativa privada só quer ter lucro com um bem que, desde 2010, segundo a ONU, é um direito humano essencial.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Peço que conclua, Deputado.

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** - Não é admissível esse tipo de violência. O Temer é ilegítimo. O Temer é a expressão da imoralidade. Não é nenhum panfleto de esquerda que diz isso, é o Ministério Público, é a Justiça. Agora mesmo acaba de cair um Ministro do Trabalho. É tanta falcaturia! E uma quadrilha quer privatizar o direito à água e ao saneamento no nosso País, o que nós não podemos admitir.

A Justiça e o Ministério Público têm que interditar o Presidente, e este Poder tem que fazer a sua parte e interditar este Governo, que está tentando destruir o futuro soberano do nosso País.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no *Diário Oficial da União* de nº 130, datado de 9 de julho de 2018, foi publicada a Medida Provisória nº 844, de 2018, editada pelo Presidente Michel Temer em 6 de julho, alterando o marco regulatório do saneamento básico. A MP estabelece competência para a Agência Nacional de Águas — ANA editar normas de referência nacional para o serviço de saneamento; altera atribuições do cargo de analista em recursos hídricos; altera estruturas do saneamento básico no País; e, mais do que isso, de forma acintosa, unilateral e autoritária, permite que o saneamento básico seja privatizado.

O marco regulatório do saneamento básico, a Lei nº 11.445, de 2007, define quais os itens que o compõe: abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; e drenagem e manejo de águas pluviais urbanas. Define também os Municípios e o Distrito Federal como os titulares dos serviços de saneamento básico. Necessário destacar que o saneamento básico atua entre a garantia do mínimo existencial social — moradia adequada, atendimento à saúde e melhoria de todos os aspectos de higiene — e a proteção ambiental. E, no cenário brasileiro, nenhum desses aspectos está sendo contemplado adequadamente.

A Assembleia Geral da ONU, em 2010, reconheceu o direito à água potável e ao saneamento como direito humano essencial para o pleno desfrute da vida e de todos os outros direitos humanos. Portanto, trata-se de uma questão de Estado, já que cabe ao poder público proporcionar o mínimo existencial ao cidadão brasileiro.

A alternativa de privatização trazida pela MP 844 quase que obriga os Municípios a realizar consultas iniciais para verificar se existem interessados em



explorar os serviços, evidenciando, mais uma vez, a nefasta face do Estado brasileiro, que não se responsabiliza pelos direitos básicos do cidadão.

Na livre tradução do que propõe a MP, o que se tem é que os Municípios deverão verificar previamente se existem empresas dispostas a explorar os serviços e, em caso positivo, realizar a licitação. Em caso negativo, deverá o poder público arcar com a administração dos serviços.

A lógica que se impõe é que somente nos Municípios rentáveis haverá a privatização. A privatização de um serviço essencial à existência humana traz consequências incalculáveis, ampliando ainda mais a exclusão social e a segregação.

A atitude do Governo Federal em propor alteração ao marco regulatório do saneamento básico através de medida provisória levou a Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento — AESBE, entidade que congrega 25 empresas estaduais de saneamento, públicas e privadas, a se manifestar repudiando a medida. Em nota, a entidade assinala a inexistência de urgência para alteração do marco regulatório, a ausência de debates com os diferentes atores do saneamento e a própria ilegitimidade do Governo Temer, aduzindo ainda que “*o novo texto legal afetará os Municípios mais pobres, que serão excluídos dos investimentos em abastecimento de água e esgotamento sanitário, além de provocar aumento de tarifa decorrente do fim do subsídio cruzado*”.

Desta feita, por entender que o saneamento básico é um direito humano inalienável, eu me solidarizo com a AESBE e repudio a MP 844/18, que não traduz a responsabilidade que o Estado brasileiro tem que ter para com os seus cidadãos, além de entender que essa privatização não é a saída. Não pode o Governo Federal repassar a terceiros a exploração de serviço em área estratégica como a do saneamento básico.



**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - O próximo orador inscrito é o Deputado Nilto Tatto, do PT de São Paulo.

**O SR. LINCOLN PORTELA** - Sr. Presidente, peço que depois do Deputado Nilto Tatto V.Exa. me conceda o tempo para falar pela Liderança do PR.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Preciso receber aqui a indicação do nome de V.Exa. para falar como Líder.





---

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Deputado Nilto Tatto.

**O SR. NILTO TATTO** (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero divulgar para o conjunto de brasileiros que acompanham a *TV Câmara* uma denúncia feita internacionalmente por um grupo de pesquisadores brasileiros, no sentido de que o Brasil pode não cumprir com o seu compromisso relativo ao clima assumido no Acordo de Paris.

Todos sabem que o Governo Temer vem trocando apoio político com a bancada ruralista. Para isso, revisou regras de licenciamento ambiental, paralisou a demarcação de terras indígenas e de territórios quilombolas, paralisou o programa de reforma agrária e está reduzindo as unidades de conservação. Com isso, está aumentando o desmatamento no Brasil.

Todos sabem que a floresta é uma reserva de carbono importante. Por isso, nós precisamos fazer essa denúncia e tirar este Governo, para que o Brasil volte a cumprir com os seus compromissos internacionais, sendo novamente uma referência no mundo todo em favor da biodiversidade e da preservação ambiental.

Obrigado, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Hauly, do PSDB do Paraná, por 1 minuto.

**O SR. LUIZ CARLOS HAULY** (PSDB-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, é um alívio para todo mundo e para todos que oraram e clamaram pelos meninos da Tailândia e seu técnico a notícia de que a operação de resgate transcorreu bem. Graças a Deus! Infelizmente, um marinheiro tailandês faleceu nos primeiros dias.

Nesses 16 dias, o mundo e o Brasil solidários ficaram eletrizados e emocionados orando por essas crianças naquela caverna da Tailândia. É como se esses meninos fossem nossos filhos.

O trabalho internacional e a solidariedade foram fundamentais. Esse fato teve mais ibope — as atenções do mundo se voltaram para a Tailândia — do que a Copa do Mundo. É esse o mundo que nós queremos: um mundo de solidariedade, de fraternidade, de paz, de concórdia, onde todos possam se unir pela causa mundial da pobreza, da fome, da violência, da miséria, combatendo todas as questões nefastas à humanidade, como a droga, o álcool, o banditismo, o terrorismo e outras formas.

Damos graças a Deus! Obrigado, Sr. meu Deus, por mais essa etapa vencida!

Fica esse fato como lição, Sr. Presidente, para todas as defesas civis dos Municípios e dos Estados do País e de todo o mundo. Que elas estejam preparadas para as calamidades, porque elas estão vindo numa intensidade cada vez maior. Vejam também o caso do Japão, mais uma vez, onde calamidades mataram muita gente.



---

Felizmente, na Tailândia, os meninos Javalis e o professor deles já estão recuperados.

Um grande abraço a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lincoln Portela, para uma Comunicação de Liderança, pelo Partido da República, pelo tempo regimental.

**O SR. LINCOLN PORTELA** (PR-MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente Pedro Uczai.

Sras. e Srs. Parlamentares, eu estava vendo o Deputado Luiz Carlos Hauly falar sobre Deus e não poderia deixar de falar também sobre Deus.

Quero dizer-lhes que venho a esta Casa para homenagear a Igreja Pentecostal Deus é Amor pelo transcurso do seu 56º aniversário, ocorrido em 3 de junho deste ano. Ainda mais, quero falar sobre a construção de um mundo melhor que eles têm feito em todo o Brasil.

Fundada em 1962 pelo Missionário David Martins Miranda, a partir de uma revelação de Deus a ele, a Igreja Deus é Amor está presente em mais de cem países, e em breve haverá a inauguração das sedes no Uruguai e em Portugal.

É uma honra agradecer pela vida dos irmãos da Igreja, obreiros, soldados de Jesus Cristo que dela fazem parte. Servem de inspiração na luta pela construção de um mundo melhor, mais fraterno e mais feliz para toda a humanidade.

Como pastor, sei da relevância do papel que cabe às igrejas. Elas também atuam de maneira contundente no campo social. Somos homens e mulheres que têm na fé uma fonte de alegria, de esperança e de paz.

No início, a Igreja era composta por três membros: o Missionário David Martins Miranda, sua mãe Anália Miranda e sua irmã Araci Miranda. Hoje a Igreja Pentecostal Deus é Amor tem mais de 22 mil templos no Brasil e em 136 países.



Desde a partida do Missionário David Miranda, em 2015, sua esposa, a irmã Ereni de Oliveira Miranda, deu continuidade ao trabalho espiritual iniciado em 1962. Após lutas, após cada desafio, as vitórias vieram, e, hoje, como a irmã Ereni disse na comemoração desse aniversário, a Igreja caminha a passos largos.

A Igreja Pentecostal Deus é Amor leva a Palavra de Deus a todos os corações com a energia de transformar o mundo. Trata-se de uma Igreja missionária, que busca se manter fiel aos ensinamentos do Senhor Deus, louvando-O por meio dos membros que fizeram parte dessa história, verdadeiros heróis da fé, perseguidos, maculados, injustiçados, caluniados. Eles merecem hoje o nosso reconhecimento.

Aos membros de hoje digo que rogo a Deus que Ele continue dando coragem, unção e santidade para que eles possam seguir fazendo discípulos, salvando almas.

Além do ministério espiritual, a Igreja Pentecostal Deus é Amor possui projetos com o objetivo de complementar sua atuação social, através da Fundação Reviver e da Associação Beneficente Reviver Help. Ou seja, a Igreja Pentecostal Deus é Amor possui várias iniciativas que visam ao bem-estar e ao acolhimento daqueles que são realmente necessitados.

A irmã Ereni Miranda concretizou a construção de creches, do centro ambulatorial, de cursos profissionalizantes, de abrigos de idosos, do fornecimento de alimentos e fraldas, da doação de cestas básicas, dentre tantas outras ações.

No setor da comunicação social, distingue-se o programa *A Voz da Libertação*, o lançamento do jornal *O Testemunho* e as revistas *Expressão Jovem* e *Ide*.



As sedes da Igreja Pentecostal Deus é Amor vão além da condição de templos religiosos. São locais onde as pessoas encontram a Deus e, por meio de Jesus Cristo, são salvas, alcançando a paz e a consolação de que precisam para vencer os desafios da vida.

Que a luz sagrada, que a luz de Deus, que o Espírito Santo, pelo sangue de Jesus, possa fazer com que os pastores da Igreja Pentecostal Deus é Amor, com o objetivo de fortalecer e ampliar a Igreja, colaborem para o bom andamento dos trabalhos realizados até aqui e a partir daqui.

A todos os que por ela trabalham e oram o nosso reconhecimento e a nossa homenagem. Parabéns!

A Deus toda a Glória e toda a honra pela fundação da Igreja Pentecostal Deus é Amor, que atua por 56 anos, honrando e dignificando o Brasil, sem nenhum escândalo. Não é uma igreja que traz escândalos ou que faz comércio em seu trabalho. É uma Igreja digna e decente.

Parabéns à Igreja Pentecostal Deus é Amor!

Obrigado, Sr. Presidente.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Tem a palavra o Deputado Luiz Carlos Hauly.

**O SR. LUIZ CARLOS HAULY** (PSDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, faltou nós endereçarmos um ofício à Embaixada da Tailândia, congratulando-nos com toda a equipe de resgate, não só com os tailandeses que participaram da operação, com o comandante deles, mas também com as equipes internacionais.

V.Exa., que preside esta sessão, pode mandar expedir um ofício à Embaixada da Tailândia, parabenizando-a pelo êxito, pelo esforço, e expressando nossos pêsames pela perda do marinheiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Solicito à Assessoria da Mesa que faça esse encaminhamento à Embaixada da Tailândia, parabenizando-a pela forma generosa com que salvou as crianças.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - A próxima oradora inscrita é a Deputada Benedita da Silva.

Nós estamos terminando o período dos discursos dados como lidos, ainda há alguns Deputados aguardando.

Enquanto a Deputada Benedita da Silva se dirige à tribuna, concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos, por 30 segundos. Eu não vou abrir exceção para o 1 minuto, porque estamos ainda na lista dos discursos dados como lidos.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas registrar a presença em nossa Casa da Vereadora Karina Gonçalves Reinhardt, do Município de Cerrito, da região de Pelotas, no Rio Grande do Sul.

Ela está aqui para participar de um evento importante: o lançamento da frente parlamentar do hospital universitário 100% SUS, da Universidade de Pelotas. A Karina é professora de matemática, jovem Vereadora de primeiro mandato, que desempenha atividade muito importante. Ela vem em defesa da saúde no Rio Grande do Sul, com esse hospital em Pelotas, e também em defesa naturalmente da educação, porque será um hospital universitário. Ele será muito importante para Pelotas, para a zona sul e para o Rio Grande do Sul.

Obrigado, Vereadora Karina.

Obrigado, Sr. Presidente.





**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Concedo a palavra à Deputada Benedita da Silva, do Partido dos Trabalhadores do Rio de Janeiro.

**A SRA. BENEDITA DA SILVA** (PT-RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós já ouvimos algumas asneiras aqui, o que me obriga a fazer um comentário sobre o dia de domingo, quando nós vivemos um momento de grande esperança e emoção de ver realmente a maior liderança deste País solta. O que vimos foi, na verdade, um carrasco da democracia brasileira, o Moro, interferir numa decisão jurídica do nosso Desembargador Rogério Favreto.

Sr. Presidente, isso é um descalabro! O que nós vimos foi a desobediência à uma ordem, foi a falta de cumprimento de uma liminar, foi um desrespeito ao nosso Poder Judiciário, um desrespeito ao Desembargador. E, mais ainda, um desrespeito àquilo que permeia a ordem jurídica brasileira.

Que interesse é esse do Sérgio Moro? Ele estava de férias! Portanto, ele não poderia ter tomado a decisão que tomou. E o nosso Ministro Jungmann?! Como ele não permite o cumprimento da ordem de soltura? Ele se calou, não permitiu que a Polícia Federal pudesse cumprir a ordem que já havia sido dada pelo Desembargador?

Foram aberrações jurídicas, das quais eu não tenho tanto domínio, mas qualquer leigo sabe perfeitamente o que aconteceu nesse domingo, e isso não pode continuar. Esta Casa deve tomar providências, sob pena de não termos mais aqui condições nem morais, nem políticas, nem legais, dentro da Constituição, de sermos Deputados.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com o coração na boca, o Brasil se dividiu, no último domingo, entre aqueles que torciam pela libertação de Lula, e os do campo fascista, que o querem de fora da disputa eleitoral por ser o único nome que derrota qualquer candidato da direita.

Para manter Lula na prisão, Moro e os juízes do TRF da 4ª Região, que estavam de férias, chegaram ao cúmulo de mandar a Polícia Federal de Curitiba descumprir a ordem judicial de soltura dado pelo Desembargador de plantão, Rogério Favreto.

Pilar fundamental de qualquer sistema jurídico, em um Estado Democrático de Direito, uma ordem judicial não pode ser desrespeitada sob pena de se instalar a anarquia em todo o Judiciário.

Foi exatamente o que aconteceu no domingo, com o agravante de ser resultado de todo um processo de desrespeito da Constituição e da lei por parte do Juiz Moro, mantido como o carrasco jurídico da democracia no Brasil.

Mas mesmo ainda não obtendo a liberdade, Lula sai desse lamentável episódio mais candidato e mais forte do que nunca!

Era o que tinha a dizer.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - O próximo orador inscrito é o Deputado Felipe Bornier.

**O SR. FELIPE BORNIER** (Bloco/PROS-RJ. Sem revisão do orador.) - Meus colegas e minhas colegas, não venho aqui polemizar sobre o assunto, colocar mais lenha na fogueira sobre o que aconteceu com o ex-Presidente Lula, discutir a Justiça, venho apenas comentar o resgate de crianças em uma caverna na Tailândia.

Com certeza, em um mundo tão marcado por notícias ruins, por discriminação e preconceito, este é um exemplo concreto que o Brasil deve seguir: como a solidariedade pode unir povos e pessoas! Essa é uma grande lição, principalmente neste triste momento que vivemos no nosso País. E essa tem sido a grande lição desse triste episódio, com pessoas de todos os países unidas no objetivo comum de fazer o bem e valorizar a vida. Que essa luz não se apague após o resgate do último menino!

O que tiramos desse triste episódio é que nós precisamos simplesmente incorporar mais a solidariedade em nosso dia a dia, se quisermos pensar o Brasil, se quisermos verdadeiramente ver este País avançar — e pararem, a todo momento, A e B de ficarem se criticando e se diminuindo. Precisamos olhar para frente. O Brasil espera de nós atitudes conscientes que venham ajudar num momento político tão complicado como o que vivemos.

Vamos incorporar a solidariedade ao nosso dia a dia. Dessa forma, certamente teremos um mundo muito melhor.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Deputado Floriano Pesaro, do PSDB de São Paulo.

**O SR. FLORIANO PESARO** (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ainda sobre o fato ocorrido no TRF4, em relação da soltura do condenado Lula, fiquei muito preocupado. Não acredito que o desembargador de plantão ignorasse não ter competência para suspender o cumprimento de pena determinado por órgão colegiado.

Tudo leva a crer que cada passo dado foi antecipado e ensaiado e, desde o início, todos sabiam que esse era o único resultado possível e mesmo assim prosseguiram. Esse era o objetivo pretendido. Queriam criar um factóide. Mobilizaram todas as instâncias do judiciário federal em razão de um pedido juridicamente impossível. Usaram dolosamente advogados que não tinham procuração do réu, um desembargador politicamente comprometido no plantão do fim de semana, o recesso dos Tribunais Superiores. Tudo foi meticulosamente planejado para acabar de desmoralizar o Judiciário, para enfraquecer, mais uma vez, as instituições democráticas do Brasil — esse é o principal o objetivo do Partido dos Trabalhadores.

Tudo foi meticulosamente planejado e executado. E para quê? Para acabar de desmoralizar o judiciário, para enfraquecer as instituições.

A gravidade do fato foi ampliada a partir da recusa do desembargador plantonista em acatar a decisão do Relator do processo. A presidente do STF se pronunciou sobre o fato e somente a intervenção do presidente do TRF4 pôs fim, tardiamente, àquela insólita situação que tanto mal já havia causado ao País.



O atuar do desembargador de plantão foi criminoso e em qualquer país sério ele já estaria afastado de sua jurisdição. Da mesma forma, os advogados signatários do *habeas corpus* teriam sua OAB cassada, estivéssemos em um país sério.

Por isso, Presidente, estamos muito preocupados e fazemos aqui neste plenário uma verdadeira denúncia daquilo que não pode ocorrer: a demoralização dos Poderes constituídos pela República.

Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Tem a palavra o Deputado Alberto Fraga.

**O SR. ALBERTO FRAGA** (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero fazer uma questão de ordem.

A Deputada Benedita da Silva se referiu ao desembargador como “nosso desembargador”. Eu gostaria que isso fosse retirado das notas taquigráficas.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - O.k.

O Deputado Padre João tem a palavra, pelo tempo regimental. *(Pausa.)*

**O SR. FLORIANO PESARO** - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

**O SR. LEO DE BRITO** - Os desembargadores deles fizeram muitas asneiras! Os dois desembargadores deles fizeram um festival de ilegalidades!

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Defiro a solicitação do Deputado Floriano Pesaro para a divulgação do seu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Deputado Padre João, já está contando o tempo de V.Exa.

**A SRA. BENEDITA DA SILVA** - Sr. Presidente, V.Exa. não pode acatar o pedido dele, porque só eu posso retirar o que eu disse, a não ser que eu tenha dito um descalabro. Como não foi...

**O SR. FLORIANO PESARO** - Mantenha o “nosso”, “nosso desembargador”, o desembargador do PT, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Está correta a Deputada Benedita. Esta Presidência não retirou nenhuma fala, nenhum pronunciamento de nenhum



---

Deputado. Esta Presidência não tem essa autorização, só encaminhei que fosse dado...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - Sr. Presidente, o Deputado Bohn Gass quer pedir que se escreva “meu desembargador”. É o pedido do Deputado Bohn Gass: “meu desembargador”.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Tem a palavra o Deputado Padre João.

**O SR. PADRE JOÃO** (PT-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, inúmeras vezes eu vim a esta tribuna denunciar o conchavo entre setores do Judiciário, do Ministério Público e da Polícia Federal — conchavo! Para alguns, deve-se aplicar o rigor da lei e ir além da lei. Agora, no caso do Presidente Lula, atropela-se a lei e todo o processo.

O Moro, além de estar de férias fora do País, não tinha nada mais a ver com processo, por ser o juiz de primeira instância. Logo, ele não podia interferir e impedir a liberdade do Presidente Lula. Fica escancarado para o Brasil e para todos os cantos do mundo que há um setor do Judiciário que tem um lado e faz uma perseguição ao Presidente Lula — uma grande perseguição. Isso desmoraliza o Judiciário. Esperamos que o Conselho Nacional de Justiça repense essa injustiça.

Sr. Presidente, peço a divulgação do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Que seja dada publicidade no programa *A Voz do Brasil* ao pronunciamento do Deputado Padre João.





**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Tem a palavra o Deputado Celso Maldaner, do MDB de Santa Catarina.

**O SR. CELSO MALDANER** (MDB-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, demais colegas Parlamentares, eu gostaria de destacar que fomos recentemente à cidade de Lages, em Santa Catarina, onde vistamos o Dr. Celso Anderson de Souza em sua casa.

O Dr. Celso é médico ginecologista e obstetra e, aos 91 anos, continua trabalhando, atendendo pelo SUS no posto de saúde de um bairro em Lages, atuando na saúde da mulher, no sindicato dos aposentados e em seu consultório, e repassando conhecimento aos alunos do curso de Medicina da Universidade do Planalto Catarinense — UNIPLAC.

Ele foi um dos fundadores do MDB na cidade entre os anos de 1976 e 1982. Foi Vice-Prefeito de Lages, Secretário Municipal de Saúde e depois assumiu o cargo de Prefeito, quando o arquiteto Dirceu Carneiro, então Prefeito, elegeu-se Deputado Federal por Santa Catarina.

Gostaria de dar este pronunciamento como lido, pedindo sua divulgação no programa *A Voz do Brasil*.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de destacar que fomos recentemente à cidade de Lages, em Santa Catarina, onde vistamos o Dr. Celso Anderson de Souza em sua casa.

O Dr. Celso é médico ginecologista e obstetra e, aos 91 anos, continua trabalhando, atendendo pelo SUS no posto de saúde num bairro de Lages, atuando



na saúde da mulher, no sindicato dos aposentados e em seu consultório, e também repassando conhecimento aos alunos do curso de Medicina da Universidade do Planalto Catarinense — UNIPLAC.

Ele foi um dos fundadores do MDB na cidade e entre os anos de 1976 e 1982. Foi Vice-Prefeito de Lages, Secretário Municipal de Saúde e depois assumiu o cargo de Prefeito, quando o arquiteto Dirceu Carneiro, então Prefeito, elegeu-se Deputado Federal por Santa Catarina.

Como político, coordenou projetos inovadores e implantou experiências pioneiras em Lages, com um conceito que tinha por meta organizar as pessoas, principalmente as mais pobres, em associações ou cooperativas, tornando-as autônomas e independentes do poder público.

Fez história como cidadão. É um exemplo de fé, bondade e vitalidade.

Dr. Celso é pai do também médico Heron Costa Anderson de Souza, filho único, que, seguindo o caminho do pai, também é ginecologista e obstetra na cidade.

Dr. Heron foi diretor do Hospital e Maternidade Tereza Ramos. Militante do MDB, já foi Vereador e Secretário de Saúde. Atualmente, é médico concursado do hospital e professor da Universidade do Planalto Catarinense — UNIPLAC, além de desenvolver projetos sociais na cidade.

Aqui fica registrado meu reconhecimento ao Dr. Celso e ao seu filho, Dr. Heron, pelos inúmeros e extraordinários serviços prestados a toda a sociedade Catarinense, em especial ao povo Lageano.

Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o Deputado Bohn Gass, do Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul, e, em seguida, ao Deputado Fábio Trad.

**O SR. BOHN GASS** (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu estava em Porto Alegre no domingo quando veio a notícia de que Lula seria libertado. Incrível, em minutos uma multidão foi à rua comemorar. Enfim, fazia-se justiça.

Mas, aí, o que se viu foi uma sequência de manobras judiciais esdrúxulas. Foi um espetáculo tão deprimente que até o ex-Presidente do Supremo, Dr. Sepúlveda Pertence, declarou: *“Estou aterrorizado! Isso é patético”*.

Um juiz de primeira instância ligar para a polícia e mandar descumprir uma ordem superior? Sim, isso é aterrorizante! Um desembargador em férias interferir na decisão de um colega que está em pleno gozo de seu direito? Sim, isso é patético!

**O SR. CLAUDIO CAJADO** - Sr. Presidente, V.Exa. vai iniciar o Pequeno Expediente?

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Há ainda dois oradores inscritos para dar como lidos seus pronunciamentos.

Conclua, Deputado Bohn Gass.

**O SR. BOHN GASS** - Por fim, um Presidente de Tribunal ligar para a carceragem dizendo que iria dar um jeito? Sim, isso é patético — é patético e aterrorizante!

Nada disso, porém, surpreende. A esta altura, todo mundo sabe que Lula é preso político e que os adversários de Lula estão todos articulados para impedir que ele possa ser, de novo, Presidente do Brasil.



Meus amigos e amigas, a verdade é uma só: quem mantém Lula preso, quem o condena injustamente, queira ou não queira, admita ou não admita, faz o jogo político dos seus adversários.

Todo mundo já sabe: Lula é o único que pode tirar o Brasil das mãos desses que estão liquidando com o País.

Então, não é de justiça que estamos falando; estamos falando é de política!



---

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Deputado Fábio Trad por 1 minuto.

**O SR. FÁBIO TRAD** (PSD-MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesses últimos dias, estivemos em vários bairros da cidade de Campo Grande, Capital de Mato Grosso do Sul.

Estivemos no conjunto residencial Paulo Coelho Machado, no Bairro Jardim Paulo Coelho Machado, com a Profa. Rúbia e a Laura, líder comunitária, ocasião em que debatemos os projetos de lei apresentados.

Depois, fomos até a residência dos pais de João Henrique, juntamente com a Profa. Edivânia, oportunidade em que apresentamos as ideias que estão norteando o nosso mandato.

Recebemos também no nosso escritório político o Vice-Prefeito de Paranhos, Dr. Luciano — hoje, Prefeito em exercício —, oportunidade em que assumimos compromissos políticos de natureza institucional para o benefício daquela cidade.

Peço que este meu pronunciamento seja repercutido no programa *A Voz do Brasil*, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Agora, iremos seguir a seguinte ordem: Falará o primeiro orador; depois darei 1 minuto para outros colegas Deputados. Seguirei nessa ordem para atender à legítima pressão dos Deputados que se inscreveram no período das Breves Comunicações. O Deputado Valmir Assunção é o próximo orador inscrito, mas, enquanto o Deputado Valmir se dirige à tribuna, concedo a palavra ao Deputado Daniel Almeida, por 1 minuto.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB-BA. Com revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Município de Gentio do Ouro, no sul da Bahia, comemora, no dia 9 de julho, 128 anos de emancipação política.

Quero aqui me solidarizar e me congratular com a população de Gentio do Ouro, Município próspero, de grande realização, especialmente na agricultura familiar no Sertão da Bahia, local de povo corajoso e trabalhador, com muitas manifestações também na vida cultural.

Em nome do Prefeito Robério, do Vice-Prefeito Alfredo, do Vereador Leonardo e da grande liderança política da agricultura familiar Adão do Sindicato, quero abraçar toda a população de Gentio do Ouro.

Era essa a comunicação que queria fazer.

Peço que este meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Seu pronunciamento será divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero celebrar com todos com os moradores da centenária cidade de Gentio do Ouro, com seus pouco mais de 10 mil habitantes, de acordo com o censo do IBGE de 2018, o aniversário de 128 anos ocorridos ontem, dia 9 de julho. O Município tem como uma das principais atividades econômicas a pecuária, destacando-se pelos grandes rebanhos de equinos, ovinos, caprinos e suínos.

Quero saudar o povo de Gentio do Ouro, através do Prefeito Robério Gomes Cunha e do Vice-Prefeito Alfredo, aproveitando também para saudar o Vereador Leonardo e, através dele, saudar todos os outros Vereadores e todas as lideranças populares, através de Adão do Sindicato.

Aproveito para saudar os moradores de Uauá, que também celebraram no dia 9 de julho aniversário de 92 anos de emancipação. O Município ergue-se às margens do Rio Vaza-Barris, o que propiciou a economia de subsistência, caracterizada pelo manejo de caprinocultura, o que lhe rendeu um título nacional.

A famosa “Terra do Bode” é uma referência na exposição de caprinos e ovinos que acontece anualmente e pela fama de ter a carne de bode mais saborosa da região. Em Uauá, o bode representa 1/3 do PIB do Município, cerca de R\$ 37 milhões, segundo pesquisa do Bioma Caatinga.

Com o apoio do Prefeito Lindomar de Abreu Dantas (PCdoB), lutamos para conquistar avanços para a cidade e para os cerca de 26 mil habitantes nas áreas de saúde, infraestrutura e saneamento, agricultura e esporte.

Parabéns, Uauá!

Parabéns, Gentio do Ouro!



**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Tem a palavra o Deputado Valmir Assunção, por 3 minutos.

**O SR. VALMIR ASSUNÇÃO** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ficou nítido para a sociedade brasileira e para a comunidade internacional que o Presidente Lula é um preso político.

O que aconteceu ontem é algo que desmoraliza o Poder Judiciário. Imaginem V.Exas.: um juiz de primeira instância que não tem nada a ver com o processo, estando de férias, depois que um desembargador toma uma decisão, pede à polícia que não a cumpra — no caso, não conceda liberdade ao Presidente Lula.

Esse é um fato que, passados anos e anos, o mundo jurídico ainda não vai compreender, porque é um negócio absurdo. Como é que um juiz de primeira instância — o Moro — quer mandar num desembargador, quer reformular uma decisão de um desembargador? Só em Curitiba, aliás, só no Brasil, e só com o Presidente Lula acontece isso.

Imaginem V.Exas. o que aconteceu ontem. Já haviam rasgado a Constituição no passado. Agora, todo o Código de Processo Penal foi rasgado, porque o Moro nem de execuções penais é. Ele não tem mais nada a ver com o processo do Presidente Lula!

Isso é uma comprovação de que Moro condenou o Presidente Lula para que este não fosse candidato à Presidência da República, é uma demonstração de que ele tem raiva do Presidente, é uma demonstração da perseguição que existe ao Presidente Lula. Nós não podemos aceitar isso, não!

Antigamente, quando havia uma decisão judicial, ela tinha que ser cumprida. Hoje, uma decisão de um desembargador um juiz não aceita cumprir.





E há mais: o que aconteceu no dia de ontem foi um crime de abuso de autoridade, começando pelo Presidente do TRF4, passando por setores da Polícia Federal e chegando até o Ministro da Justiça, que deveria ter pedido à Polícia Federal que cumprisse a decisão imediatamente — não o fez.

Com isso, a sociedade brasileira viu que o Poder Judiciário tem setores que estão perseguindo o Presidente Lula, viu que o Presidente Lula é um preso político.

E nós vamos às ruas, no dia 15, registrar a candidatura do Presidente Lula, para, no dia 7 de outubro, ele se tornar novamente Presidente do povo brasileiro.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Tem a palavra o Deputado Leo de Brito, por 1 minuto.

**O SR. LEO DE BRITO** (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, sobre esse episódio do Presidente Lula, quero registrar, primeiro, que *habeas corpus* qualquer cidadão tem legitimidade para apresentar, inclusive escrito à mão, e, segundo, que o juiz que está de plantão tem competência para decidir e autonomia funcional para isso.

Agora, uma decisão que é tomada tem que ser cumprida. Não existe isso de juiz de primeira instância querer recorrer a desembargador, principalmente quando estiver de férias, como o Sr. Sérgio Moro.

Diga-se de passagem, parece que o Sérgio Moro se acha dono do Presidente Lula. Está mais do que comprovado que ele não tem nenhuma imparcialidade para ter condição de julgar o ex-Presidente Lula. Ele age de maneira coordenada com o Sr. Gebran e com o Presidente Thompson Flores. E a Polícia Federal não está cumprindo ordem judicial.

É um festival de arbitrariedades. Lula é preso político! Ninguém tem dúvida disso hoje no mundo.

Nós queremos Lula livre e Lula Presidente!



---

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Deputado Claudio Cajado pelo tempo regimental.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

**DISCURSO DO SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO QUE, ENTREGUE AO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.**

(Discurso publicado na Sessão nº 236, de 20/11/18.)



---

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Deputado Vitor Valim, por 1 minuto.

**O SR. VITOR VALIM** (Bloco/PROS-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, as mídias sociais são uma ferramenta importante, são mais um veículo para a democracia neste País. Mas, infelizmente, nestes últimos tempos, têm surgido essas tais *fake news*, que são notícias falsas.

Está chegando a eleição e, infelizmente, eu estou sendo vítima dessas notícias falsas. Quero deixar aqui bem claros os meus posicionamentos perante as últimas votações: quanto à terceirização, na reforma trabalhista, eu votei contra; na reforma da Previdência, fui um dos primeiros a me posicionar contra; e nas duas últimas votações — se puderem investigar —, eu votei contra o Presidente Michel Temer.

Quero deixar muito claro aqui o meu posicionamento, porque infelizmente estou sendo vítima de *fake news*, notícias falsas, na Internet.

E também quero deixar muito claro que sou a favor de todo tipo de investigação. Não temo! Sou ficha limpa, não respondo a nenhum processo. Não temo nem os bandidos daqui de Brasília, muito menos os do Ceará.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Nós temos 42 inscritos nas Breves Comunicações, o que corresponde a 126 minutos.

Como estamos sendo generosos com todos e estamos concedendo a palavra por 1 minuto, mesmo não sendo o momento de dar o discurso como lido, eu vou dar a palavra, por 3 minutos, para os oradores das Breves Comunicações e, por 1 minuto, no máximo, para os outros oradores.

Tem a palavra o Deputado Luiz Couto.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, precisamos clamar e lutar pela liberdade do nosso Presidente Lula, que há meses está sendo ferida por um processo julgado por convicção, com todas as trapalhadas que há poucos anos eram consideradas impossíveis em nosso País.

O que aconteceu neste final de semana foi uma trapalhada — ganharam dos Trapalhões, que fazem humorismo. Moro recebe uma informação e pede à Polícia Federal que não solte o nosso companheiro Lula. Isso prova que a trapalhada continua nesse aspecto, Sr. Presidente.

Neste domingo, os Deputados Federais Paulo Pimenta, Paulo Teixeira e Wadih Damous impetraram, corretamente, um pedido de *habeas corpus*, uma ação autônoma de impugnação constitucionalmente estabelecida, que tem por finalidade evitar ou fazer cessar a violência ou a coação à liberdade de locomoção decorrente de ilegalidade ou abuso de poder.

O *habeas corpus* foi impetrado na instância do TRF, que é a instância competente. Assim, o Desembargador Federal Rogério Favreto, que estava no plantão no dia, proferiu decisão concedendo o pedido liminar para suspender a



execução provisória da pena e conceder a liberdade ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Lembramos, como prioridade, que não se tratava de reiteração, porque havia um fato novo.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que todo o teor do nosso pronunciamento seja considerado lido e que seja dada a devida publicidade nos meios de comunicação da Casa, inclusive no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós temos que noticiar o que está acontecendo com o nosso Presidente Lula. Precisamos clamar e lutar por sua liberdade, que há meses está sendo ferida por um processo julgado por convicção, com todas as trapalhadas que há poucos anos eram consideradas impossíveis em nosso País.

No dia 12 de julho de 2017, o Juiz da 13ª Vara Federal de Curitiba, Sérgio “golpista” Moro, condenou, sem provas concretas, o ex-Presidente Lula a 9 anos e 6 meses de prisão pelos crimes de corrupção passiva (art. 317 do CP) e lavagem de dinheiro (art. 1º, *caput*, inciso V, da Lei nº 9.613, de 1998).

Neste momento, o Estado Democrático de Direito é ostensivamente negado e deixa de ser uma realidade. O Poder Judiciário, contrariando o seu papel constitucional de guardião da Constituição e garantidor do Direito e da Justiça, decide arbitrariamente condenar sem que tenham sido apresentadas provas objetivas que comprovem a culpa do acusado.



Contra a sentença, a defesa de Lula interpôs apelação para o TRF da 4ª Região, cuja sede é em Porto Alegre. A defesa pediu a absolvição do réu.

Em 24 de janeiro de 2018, as apelações foram julgadas pela 8ª Turma do TRF4, que é composta por três Desembargadores Federais: João Pedro Gebran Neto (relator do recurso); Leandro Paulsen (revisor); e Victor dos Santos Laus. Estes mantiveram a prisão de Lula por concordarem com a convicção do golpista Sergio Moro.

Ainda segundo os Desembargadores, a defesa poderia impetrar embargos de declaração. Portanto, Lula não poderia ser preso sem que fossem julgados os embargos.

Foram apresentados os embargos de declaração, mas ainda tínhamos o recurso especial e o recurso extraordinário pedindo a absolvição. Contudo, após o julgamento, os pedidos foram indeferidos pelo TRF4 em tempo recorde, assim como ocorreu no julgamento feito pelo juiz de primeira instância, o Sergio “golpista” Moro.

Neste último domingo, os Deputados Federais Paulo Pimenta, Paulo Teixeira e Wadih Damous impetraram, corretamente, um pedido de *habeas corpus*, uma ação autônoma de impugnação, constitucionalmente estabelecida, que tem por finalidade evitar ou fazer cessar violência ou coação à liberdade de locomoção decorrente de ilegalidade ou abuso de poder. O *habeas corpus* foi impetrado na instância do TRF, que é a instância competente.

Assim, o Desembargador Federal Rogério Favreto, que estava no plantão no dia, proferiu decisão concedendo “*o pedido liminar para suspender a execução provisória da pena para conceder a liberdade ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva*”.



Lembramos, como prioridade, que não se tratava de reiteração, porque havia um fato novo, ou seja, uma nova circunstância que não existia no momento em que esses três tribunais analisaram os pedidos de Lula. Se o pedido de liberdade é feito com base em um fato novo, não se pode dizer que esse pedido é uma mera reiteração. Reiterar é pedir de novo, com base nos mesmos fatos. Se os fatos são novos, trata-se de um novo pedido.

Até aí estaria tudo bem, Sr. Presidente, se não fosse a intransigência do Juiz Sergio Moro, que, além de não cumprir a decisão, levou o assunto para um lado não real, qual seja: o *habeas corpus* impetrado seria, sim, uma reiteração do pedido que já havia sido feito, e este pedido já teria sido apreciado tanto pelo TRF4 quanto pelo STJ e pelo STF, tendo sido negado por esses três tribunais.

Foi proferido mais um despacho do Desembargador, que, em sua competência, entendeu que o fato novo existiu e que estavam impedindo Lula de ser candidato à Presidência da República.

Além de não poder se negar a cumprir uma decisão proferida por um Desembargador, Sergio Moro não tinha competência para dar essa contraordem à Polícia Federal.

Após três decisões do Desembargador plantonista — tudo isso no mesmo dia —, foi provocado o Presidente do TRF4, o Desembargador Federal Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz, que, às 19h30min, determinou que Lula continue preso e que o processo retorne ao Relator, o Desembargador Federal João Pedro Gebran Neto.

Senhoras e Senhoras, isso é o golpe do golpe. Lembramos que o Juiz Sergio Moro estava de férias e fez todos esses contatos para desobedecer a uma decisão





judicial. Sergio Moro, quando se trata de Lula, suspende as férias e luta para que o País não seja justo e solidário e não tenha a garantia de direitos a todos.

Antes de finalizar o meu pronunciamento, lanço três perguntas, que certamente não serão respondidas pelos seguidores “juristas” de Moro: o Desembargador Relator poderia, durante o plantão de fim de semana, ter avocado o processo, retirando a sua análise do Desembargador plantonista? O Desembargador Presidente do Tribunal tem competência para rever atos jurisdicionais do Desembargador plantonista durante o plantão? O Juiz Sergio Moro não vai receber nenhuma sanção por não cumprir uma determinação judicial reiterada três vezes?

O que estão fazendo com o Presidente Lula é um crime de lesa-pátria, um crime que jamais será esquecido por todos os democratas deste País.

Termino reiterando uma frase do melhor Presidente que já houve neste País, que luta para tê-lo como candidato novamente: *"Não adianta perseguir o Lula. Não adianta não permitir que eu seja candidato. Nossas ideias já estão no ar e não desaparecem"*.

Era o que eu tinha a dizer.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Deputado Danilo Forte, por 1 minuto.

**O SR. DANILO FORTE** (PSDB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, mais uma vez, quero lamentar o momento que o Ceará vive e a violência que nós estamos enfrentando no nosso dia a dia.

Hoje nos deixou o Dr. Erivaldo Rodrigues, ex-Vereador de Caucaia, advogado criminalista, que foi assassinado dentro do seu escritório de advocacia. Ele tinha o escritório aberto ao público, em Caucaia, e sempre teve uma participação muito ativa na vida política do Município. Houve momentos em que estivemos juntos; em outros momentos, estivemos em palanques separados, mas sempre convivemos no diálogo democrático, fraterno, respeitoso. E deve ser assim o exemplo da convivência democrática.

Ele foi vítima de um assassinato brutal, a balas, dentro do seu escritório. O caos persiste no Estado do Ceará, com esse completo descontrole sobre a segurança pública.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Alberto Fraga, do DEM do Distrito Federal.

**O SR. ALBERTO FRAGA** (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiramente, eu queria parabenizar o meu filho Thiago, que passou para o vestibular de Medicina, com 17 anos, o que é um orgulho para todos nós pais que educamos nossos filhos. E é o sonho de todos nós ver um garoto, com 17 anos, conseguir passar num vestibular de Medicina.

Em segundo lugar, eu também queria agradecer ao Sr. Presidente Michel Temer, que ainda há pouco ligou para mim — o Deputado Laerte Bessa estava presente — para nos avisar que vai sancionar a lei que permite que o policial militar, civil ou bombeiro possa ser requisitado para trabalhar num Ministério, mesmo que não seja para exercer as funções de policial.

Eu agradeço ao Presidente, porque tenho criticado aqui o Governo Federal em alguns pontos que acho ruins. Por exemplo, os mais antigos nesta Casa sabem que luto pela criação do Ministério da Segurança Pública desde 1999, no meu primeiro mandato. Nós conseguimos criar o Ministério da Segurança Pública, mas os personagens ainda não estão de acordo com o que queremos. Lamento que o Secretário Executivo escolhido recentemente seja um economista. Eu acho que tinha que ser, no mínimo, alguém voltado para a área de segurança pública. Pegar um médico para falar de polícia é a mesma coisa que pegar um policial para falar de economia. Essas coisas não podem dar certo. Por isso, eu as critico. A minha formação me permite dar esses pitacos.



Presidente Michel, o senhor nos ligou dizendo que, apesar de os Ministérios quererem o veto, iria manter a sanção. Então nos ouça um pouquinho em relação a essas questões de segurança pública!

Nós vamos ter que derrubar aqui o veto ao sistema socioeducativo no SUSP, que é o Sistema Único de Segurança Pública. Não faz sentido uma classe que tem 30% de participação nos crimes violentos do País não fazer parte do banco de dados criado pelo SUSP!

Por isso, eu anuncio que, mesmo sendo da base do Governo, vou trabalhar para derrubar esse veto. Conversei com a Deputada Maria do Rosário, que realmente tem algumas coisas com as quais eu concordo. Mas, infelizmente, faltou um pouco de decisão no dia.

Presidente, solicito que o meu pronunciamento conste nos Anais da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Será dada publicidade ao pronunciamento de V.Exa.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Deputado Aliel Machado, por 1 minuto.

**O SR. ALIEL MACHADO** (PSB-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer o registro de uma visita que fizemos, na última sexta-feira, ao Município de Castro, acompanhado do Secretário de Estado do Esporte e do Turismo do Paraná, João Barbiero.

Foram feitos importantes investimentos em várias áreas do Estado, sem ninguém ter que vender a alma. É o novo Governo do Estado do Paraná que está fazendo jus ao que a população espera dos homens públicos. Castro, por exemplo, tem mais uma área poliesportiva, na qual foram investidos mais de 400 mil reais.

O Secretário João Barbiero tem realizado um excelente trabalho. E quero destacar aqui também o programa Esporte para toda Vida, que cuida dos nossos idosos e das nossas crianças. É um programa que tem a identidade da Governadora do Estado e do Secretário de Estado João Barbiero, que tem sensibilidade. Tenho certeza absoluta de que esse programa irá salvar muitas vidas.

Também destaco a importância para o Município Castro da conquista, anunciada na última semana, da instalação na cidade de uma empresa de 400 milhões de reais, que vai gerar emprego. Isso prova por que o Prefeito Moacyr Fadel é um dos mais bem avaliados no Brasil.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Tem a palavra ao Deputado Rocha, por até 3 minutos.

**O SR. ROCHA** (PSDB-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, acompanhei estupefato, com a grande maioria dos brasileiros, essa trama urdida em favor da impunidade, em favor da corrupção. Digo isso com muita tranquilidade, porque o alvo dessa trama era colocar em liberdade alguém que foi condenado em segundo grau, por corrupção.

Sr. Presidente, eu não posso deixar de lamentar que essa trama infelizmente jogue a imagem do nosso Judiciário na lata do lixo, principalmente quando aqueles que estão no entorno do ex-Presidente, hoje condenado, Luiz Inácio Lula da Silva tramam e trazem e esperam o plantão de um juiz — um desembargador que foi militante por mais de 20 anos, que ocupou cargos em administrações petistas, que foi colaborador, que foi doador de campanha — para entrarem com um *habeas corpus*, trazendo aquilo que diziam ser fato novo, que na verdade era a tentativa de candidatura do hoje condenado Luiz Inácio Lula da Silva, que tinha sido feita há 6 meses.

E há algo pior: esse desembargador aceita esse fato novo e ainda o defende, dizendo que o hoje condenado estaria impedido de participar do processo eleitoral e que alguém condenado em segundo grau não pode ter suprimidos os seus direitos políticos. Ora, na visão desse desembargador, Marcola, Beira-Mar e outros criminosos podem ser candidatos à Presidência e, com isso, sair da cadeia.

O que nós tivemos, Sr. Presidente, foi uma trama urdida por algumas pessoas que estavam no entorno do hoje condenado Luiz Inácio Lula da Silva para tentar dar



um golpe em favor da impunidade e da corrupção. Esperaram a conivência de um desembargador que aceita uma tese maluca.

Eu quero aqui, Sr. Presidente, registrar que estou pedindo ao Conselho Nacional de Justiça e ao Ministério Público Federal que investiguem esses fatos, porque nós temos muitas coisas a serem esclarecidas. Estou pedindo a triangulação dos telefones dos Parlamentares que foram ao Rio Grande do Sul, a Porto Alegre, para impetrar esse *habeas corpus*, para saber se não foi feita essa peça a quatro mãos: os Parlamentares e o desembargador. São dúvidas que pairam hoje sobre a cabeça do brasileiro.

O fato é que foi uma trama vergonhosa, em que se tentou colocar na rua alguém que é condenado em segundo grau e sob o falso pretexto de uma candidatura que não existe, porque Luiz Inácio Lula da Silva é ficha suja. Foi condenado por corrupção em segundo grau e tem que cumprir a pena como qualquer outro bandido.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Será divulgado o pronunciamento de V.Exa.



**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - O próximo orador inscrito é o Deputado Laerte Bessa, do PR do Distrito Federal, que terá 1 minuto do período dos discursos dados como lido, mais 3 minutos. S.Exa. terá, portanto, 4 minutos na tribuna.  
*(Pausa.)*

Enquanto S.Exa. se dirige à tribuna, concedo 1 minuto ao Deputado Caetano, do PT da Bahia.

**O SR. CAETANO** (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu estive no final de semana em Irecê, cidade central do sertão da Bahia, onde tive uma reunião com os proprietários irrigantes do Baixio de Irecê.

Desde menino eu ouvia falar do Baixio de Irecê. Finalmente ele saiu, mas não há condições de o pessoal trabalhar, de fazer suas plantações ali se não for aprovada aqui a Medida Provisória nº 824, de 2018, que está hoje na pauta. Nós não vamos deixar que ela saia da pauta.

Eu vou votar a favor dessa MP e tenho certeza de que todos os Deputados aqui também vão votar a favor dela.

Portanto, Sr. Presidente, nós pedimos que se mantenha essa MP na pauta, para que possamos votá-la e aprová-la hoje para ajudar os irrigantes do País, especialmente os do Baixio de Irecê.





**O SR. PRESIDENTE** Pedro Uczai) - O próximo orador é o Deputado Laerte Bessa.

**O SR. LAERTE BESSA** (PR-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, no último domingo, o nosso Judiciário chegou a uma situação crítica e deu uma demonstração da sua fraqueza. Onde já se viu um desembargador de plantão querer anular uma decisão do sistema jurídico brasileiro? A um condenado em segundo grau, cuja sentença transitou em julgado, é concedido o alvará de soltura. Chegamos a um absurdo!

E essa pessoa que foi beneficiada com o alvará de soltura se chama Luiz Inácio Lula da Silva, que é considerado o maior ladrão do mundo! Nós não temos dúvida disso. Basta pesquisar no Google quem é o maior ladrão do mundo, que ele vai responder que é o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva.

Lula é do Partido dos Trabalhadores. Saquearam os cofres brasileiros! Foram 13 anos de saques do bolso dos brasileiros, e agora se juntam para soltar alguém condenado a mais de 12 anos, sendo que a pena sequer iniciou o seu cumprimento.

Além dessas questões, Sr. Presidente, referentes ao julgamento e à competência para conceder o *habeas corpus*, existem outros fatos que preocupam a mim e a todo o povo brasileiro. O Desembargador Favreto não pode ser considerado um juiz. Hoje, para ser credenciado dentro da carreira, um juiz tem que ser eleito dentro de uma probabilidade, dentro do setor jurídico, por provas jurídicas e diplomas e de credenciamento. Nesse caso, o nosso imoral Favreto não tinha condições morais para conceder um *habeas corpus* em prol de um preso que está cumprindo pena transitada em julgado.



Nós estamos trabalhando aqui, Sr. Presidente, para que as coisas no nosso País possam ser remanejadas, para que o nosso Judiciário possa ter uma hegemonia como nunca teve. A primeira medida seria nós acabamos com indicações políticas para os cargos superiores. Nós não podemos mais ter no Supremo pessoas com indicações políticas. Também não pode haver nos conselhos de Municípios, nos conselhos das capitais. Não podemos aceitar esse tipo de coisa!

Temos que modificar a Constituição, e esta prevê, em seu art. 2º, a independência dos Poderes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no domingo, o Judiciário brasileiro deu uma demonstração de sua fragilidade. Vivemos uma situação sem precedentes em nosso País. E tudo isso para soltar o maior ladrão do mundo, condenado e preso na operação Lava-Jato a 12 anos e 1 mês de detenção.

Lula e o Partido dos Trabalhadores saquearam os cofres públicos e ainda querem sair impunes. Rogério Favreto, o juiz plantonista que tentou dar na canetada para liberar Lula, precisa dar algumas explicações. Por isso, entrei com uma representação no Conselho Nacional de Justiça para que as acusações sejam apuradas. O magistrado não ter competência para conceder *habeas corpus* a Lula. Precisamos reforçar a segurança jurídica, a moralidade e a impessoalidade do Poder Judiciário!

Mas, além dessas questões referentes ao julgamento e de quem é a competência para conceder o *habeas corpus*, existem outros fatos que preocupam a



---

mim e a todo o povo brasileiro: o Favreto, esse juiz imoral, foi filiado ao Partido dos Trabalhadores entre 1991 e 2010 e deu expediente na Casa Civil no Governo Lula, ao lado de José Dirceu. Ele também é homem de confiança de Tarso Genro. Também foi contrário às dez medidas contra a corrupção propostas pela Lava-Jato. Todos esses fatos depõem contra esse magistrado, se é que podemos chamá-lo de magistrado.

Não podemos aceitar um militante julgando ações tão importantes! Exigimos uma apuração rápida sobre o fato. É ultrajante que se queira soltar um condenado assim, dando canetada no plantão. Não podemos aceitar que os corruptos saiam impunes.



**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Tem a palavra o Deputado Valmir Prascidelli.

**O SR. VALMIR PRASCIDELLI** (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, por vezes eu penso que nós devíamos, em algum momento, ganhar insalubridade aqui neste plenário, principalmente depois de ouvir uma verdadeira diarreia verbal de alguns Parlamentares que, como filhotes da ditadura, como aqueles que defendem a tortura, utilizam a tribuna para achincalhar um homem honrado e íntegro que está sendo perseguido por parte da Justiça.

No domingo ocorreu aquela cena patética, aquela cena horrível de parte do Judiciário, protagonizada pelo tal paladino da justiça, que a justiça não defende em absolutamente nada, porque age parcialmente, no interesse daqueles que querem se apropriar do Brasil. Refiro-me ao tal Moro, que vive em conluio com o PSDB e com o Aécio Neves, que vive recebendo recursos, inclusive, de empresas que atuam na PETROBRAS, para dar palestras e que se julga aquele juiz *superstar*, superpotente, que não cumpre as prerrogativas e os ritos necessários da Justiça.

No último domingo, não só a atitude desse juizeco ficou exposta para o Brasil inteiro, como também ficou exposto o conluio dessa tal Operação Lava-Jato com parcela do Judiciário, especialmente aqueles que ocupam o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que obviamente agem em comum acordo, para impedir que o Presidente Lula possa ser candidato e volte à Presidência do Brasil, para acabar com esse desmonte do Estado brasileiro, que interessa sim a esse juizeco que age com o interesse americano, que age com o interesse internacional.

Portanto, Sr. Presidente, à parte dessas diarreias verbais que acompanhamos aqui de alguns Deputados, eu quero aqui hoje manifestar a minha gratidão ao



---

Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e ao Sindicato dos Metalúrgicos de Contagem, que estiveram aqui juntamente com os trabalhadores que protagonizaram a greve de 1968, na luta contra a ditadura, em sessão solene nesta Casa, combatendo o atual golpe também.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Tem a palavra o Deputado Valtenir Pereira, por 1 minuto.

**O SR. VALTENIR PEREIRA** (MDB-MT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero pedir ao Presidente Rodrigo Maia que faça a leitura da Medida Provisória nº 827, de 2018.

Essa medida provisória é extremamente importante para a saúde preventiva do Brasil, porque trata das atribuições dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate a endemias.

Se nós não lermos hoje esta medida provisória aqui no plenário, nós ficamos impossibilitados também de votá-la. E precisamos votar essa matéria! Medida provisória tem prazo. Entraremos em recesso, só voltaremos em agosto e, depois, teremos o período eleitoral.

Estou extremamente preocupado. Por isso chamo a atenção desta Casa e peço encarecidamente ao nosso Presidente Rodrigo Maia que leia a Medida Provisória nº 827, de 2018, que trata dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate a endemias e que a coloque em votação.

São esses os meus registros, Sr. Presidente. Peço que eles sejam divulgados no programa *A Voz do Brasil*.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Será dada publicidade ao seu pronunciamento.



**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Tem a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira, por 1 minuto.

**O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA** (PR-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço sejam que sejam dados como lidos dois pronunciamentos.

O primeiro refere-se à vinda ao Brasil, a São Paulo, da ativista do Paquistão Malala Yousafzai, que, quando tinha 15 anos, tomou um tiro na cabeça porque queria estudar. A educação é a fórmula para se vencer essa violência e essa improdutividade aqui do País.

O segundo pronunciamento é em relação ao Projeto de Lei nº 5.065, de 2016, que pune como crime de terrorismo incendiar ônibus e explodir caixas eletrônicos. Incendiaram mais um ônibus lá em Venda Nova, em Belo Horizonte, e os autores do crime exigem que os presos sejam tratados a pão de ló. Em Pernambuco e na Bahia, explosões acabaram com caixas eletrônicos.

Peço que estes pronunciamentos sejam divulgados no programa *A Voz do Brasil*.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - O seu pedido será atendido, Deputado.

#### PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ouvintes da *Rádio Câmara* e do programa *A Voz do Brasil*, telespectadores da *TV Câmara*, aproveito a vinda ao Brasil da jovem ativista paquistanesa Malala Yousafzai, que esteve ontem em São Paulo, para falar da importância da educação na formação cidadã do nosso povo e da necessidade de investimento na educação em longo prazo.



Malala é a pessoa mais jovem a receber o Prêmio Nobel da Paz, aos 17 anos de idade. Com 15 anos, ela foi baleada pelo Talibã por se manifestar contra a proibição da educação para mulheres.

Malala defende, em especial, a educação para as meninas, mas, aqui no Brasil, precisamos lutar pelo direito de todos à educação. Meninos e meninas vêm sendo cooptados cada vez mais jovens pelo tráfico e pela criminalidade, atraídos pelo dinheiro que não têm em casa, o que já é um reflexo da falta que a educação faz no nosso País. Os pais, sem educação, formação e qualificação, na maioria das vezes não conseguem condições mínimas para criar seus filhos.

Nossas escolas estão em situação precária. Nossos professores, desvalorizados e com salários atrasados, trabalham sem o menor incentivo.

Precisamos encontrar meios para que todas as nossas crianças, sem exceção, tenham acesso à educação de qualidade. Trabalhando junto com os defensores da educação e promovendo investimentos maciços no setor, é possível dar a todas as pessoas que vêm das camadas menos privilegiadas a esperança de terem um futuro diferente do que vivemos agora.

Malala afirmou que vai anunciar, em breve, um projeto do Fundo Malala para que a educação seja abordada pelas campanhas eleitorais. Aguardo esse anúncio para que possa colaborar.

A educação é a melhor maneira de transformarmos a nossa sociedade, é a melhor maneira de combatermos a violência e é a melhor maneira de vislumbrarmos um futuro digno para nosso País. Pensem nisso, nobres Deputados, e façamos um esforço conjunto pelo nosso desenvolvimento.

É o que tenho a dizer, Sr. Presidente!





Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ouvintes da *Rádio Câmara* e do programa *A Voz do Brasil*, telespectadores da *TV Câmara*, mais um ataque a ônibus em Belo Horizonte aconteceu ontem, 9 de julho. Por isso, peço atenção para que aprovemos urgentemente o Projeto de Lei nº 5.065, de 2016, de minha autoria, que transforma em terrorismo atos como esse.

Dessa vez, o incêndio foi ao coletivo da linha 635 (Estação Vilarinho-Jardim Comerciários), em Venda Nova. Dois homens colocaram fogo no veículo, por volta das 20h30min, e ameaçaram seguir com os incêndios criminosos caso agentes de Bicas II, uma penitenciária em São Joaquim de Bicas, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, continuem a maltratar os presos.

Ora, com nossa população precisando de tantas coisas — saúde, educação, segurança —, criminosos querem tratamento “a pão de ló”? Milhares de passageiros estão deixando de ser atendidos em Minas Gerais e em todo o Brasil devido aos incêndios criminosos, que não têm nenhuma relação com os serviços de transportes.

O PL 5.065/16 tipifica os incêndios de ônibus como crimes de terrorismo e aumenta a pena daqueles que os cometerem. Hoje, o art. 250 do Código Penal prevê prisão de 3 a 6 anos e pagamento de multa para quem provocar incêndios criminosos colocando em risco a vida, a integridade física e o patrimônio alheio. Com a aprovação do projeto, a pena mínima passaria para 12 anos e a máxima para 30 anos, além de esse crime se tornar imprescritível, caso em que pode haver punição mesmo muitos anos depois de cometido.



---

Entre 2016 e 2018, 68 incendiários foram presos somente em Belo Horizonte, mas 58 deles — ou seja, quase 90% — já foram soltos. Isso é consequência da impunidade. Atear fogo em ônibus virou moda, porque a punição não intimida, mas as consequências destes atos podem custar vidas e têm trazido o caos para nossas cidades.

O projeto também tipifica como crime de terrorismo as explosões de caixas eletrônicos, agências bancárias, assim como invasões de cidades, interceptações de carros-fortes e crimes com utilização de armamento pesado.

Já apresentei nesta Casa requerimento de urgência para que o projeto entre em votação, e não há motivo para que não seja aprovado. Conto com o apoio de V.Exas.

É o que tenho a dizer, Sr. Presidente!



---

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Deputado Samuel Moreira.

**O SR. SAMUEL MOREIRA** (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só quero deixar uma questão para reflexão. Eu gostaria muito de compreender o que estava por trás dessa iniciativa do PT nesse fim de semana, ao pretender soltar o Presidente Lula. Se ele fosse solto, qual desdobramento haveria, caso a Justiça, nas suas instâncias hierárquicas, tomasse a decisão de levar o Presidente de volta para a cadeia, para a prisão? Haveria a iniciativa de esconder o Presidente? Quais seriam os próximos passos, se a iniciativa não tivesse terminado como terminou, seja no momento da decisão do próprio Desembargador, Presidente do TRF4, seja, obviamente, a seguir? Eu gostaria muito de saber, porque eu acho que havia algo mais por trás dessa iniciativa.



**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Tem a palavra a Deputada Benedita da Silva, pelo tempo regimental.

**A SRA. BENEDITA DA SILVA** (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: *“Conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará”*.

O que ocorreu no domingo foi que caiu a máscara de um grande golpe que está sendo dado na Nação brasileira, com a força de alguém. Aliás, não sabemos — é para se indagar — que força é essa que sustenta o Moro, que ódio é esse que alimenta o Moro. E mais: por que Moro persegue Luiz Inácio Lula da Silva, mesmo quando ele não tem mais nenhuma competência para fazer nenhum julgamento em relação ao que decidiu o Desembargador? Tratava-se, na verdade, de um instrumento novo para soltura, baseado no fato de que Luiz Inácio Lula da Silva, querendo ou não, é candidato à Presidência da República pelo Partido dos Trabalhadores e tem o direito de participar das interpelações que estão sendo feitas aos pré-candidatos.

Foi nesse sentido então que os nossos Deputados — e eles têm sim competência e condição, enquanto advogados — entraram com a petição. Eles saberão, melhor do que eu, dar a esta Casa não explicações, mas os devidos esclarecimentos até para os indoutos nessa questão e também para os que têm se colocado hoje para nós como uma verdadeira aberração, quando aceitam que haja verdadeiramente uma invasão nos direitos e que se rasgue a Constituição brasileira diante desse fato.

*“Conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará”*. *“Não ficará pedra sobre pedra”*. E Moro terá o seu devido lugar para morar. Certamente, não será por



nenhum conluio, mas será pela lei, pela Justiça e pelo povo, que não é burro, está acompanhando e sabe que estamos vivendo um golpe.

Concluo, Sr. Presidente, prestando uma homenagem à cantora lírica, pesquisadora e escritora brasileira Ligiana Costa. No último domingo, na cidade de Pescara, na Itália, ela recebeu o Prêmio Flaiano de literatura, que está em sua 45ª edição e é uma das maiores premiações de artes da Itália.

Na ocasião, Sr. Presidente, a escritora dedicou o prêmio ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando disse: *“Luiz Inácio Lula da Silva construiu 17 universidades, apesar de não ter nenhuma”*.

A escritora Ligiana Costa pediu a liberdade do ex-Presidente, segurando um cartaz com os dizeres “Lula livre” e afirmando: *“Um dia compreenderemos todos a injustiça que se faz agora no Brasil com Luiz Inácio Lula da Silva”*.

Sr. Presidente, peço divulgação, nos meios de comunicação desta Casa, da íntegra do meu pronunciamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Defiro o pedido para que seja divulgado o pronunciamento de V.Exa.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ocupo esta tribuna para registrar a iniciativa da cantora lírica, pesquisadora e escritora brasileira Ligiana Costa, que, no último domingo, na cidade de Pescara, na Itália, recebeu o Prêmio Flaiano de literatura, que está em sua 45ª edição e é uma das maiores premiações de artes da Itália.



---

Na ocasião, Sr. Presidente, a escritora dedicou o prêmio ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva quando disse: *“Este prêmio é dedicado a Luiz Inácio Lula da Silva, o nosso Presidente. Uma pessoa que nunca fez universidade e, no entanto, construiu dezessete universidades públicas”*.

Além disso, a escritora Ligiana Costa pediu a liberdade do ex-Presidente, segurando um cartaz com os dizeres “Lula livre”, afirmando que: *“Um dia compreenderemos todos a injustiça que se faz agora no Brasil”*.

Era o que eu tinha a dizer.



**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Deputado Waldenor Pereira.

**O SR. WALDENOR PEREIRA** (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, atônita está a população brasileira com a atitude do Juiz justiceiro Sergio Moro, que, de férias, em outro país, em Portugal, tentou interferir no *habeas corpus* dado por um Desembargador, permitindo a liberdade do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Ele se autodenunciou como o grande perseguidor, um perseguidor implacável daquele que é reconhecido como o melhor Presidente da história do Brasil. Ele se autodenunciou como perseguidor e caracterizou, claramente, que o Lula está sendo alvo de uma grande injustiça, de uma grande perseguição. E o povo brasileiro, a partir de domingo, tomou conhecimento e se convenceu, definitivamente, do comportamento de perseguição...

*(Desligamento automático do microfone.)*

#### PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, faço este pronunciamento em homenagem ao Município de Aracatu, pelo transcurso dos 56 anos de emancipação político-administrativa, comemorados em 12 de julho.

O Município surgiu da Fazenda São Pedro do Coronel Salustiano Rodrigues de Souza Machado. Por ser um local cheio da árvore gameleira e em homenagem a família, o povoado recebeu o nome de Gameleira dos Machados. Elevado a distrito em 1933, passou a ser denominado Aracatu. A Lei Estadual nº 1.708, de 12 de julho de 1962, elevou Aracatu à categoria de Município, desmembrando-o de Brumado.



A cidade está localizada na mesorregião centro-sul baiana, na microrregião de Brumado, possui área de 1.490 quilômetros quadrados, fica a 618 quilômetros de Salvador e possui 13.732 habitantes, segundo dados do IBGE de 2010.

A economia da cidade é baseada na agricultura familiar. Ali se cultiva feijão, mandioca e milho, dentre outros produtos. Existe ainda atividade pecuária, indústria e um seguimento de serviços que a incrementa.

Nesta oportunidade, saudamos e parabenizamos todo o povo de Aracatu, dirigindo um abraço fraterno ao Presidente do PT no Município, Robério Virgens Aires; a Maria Aparecida; a Maria da Glória, da Associação do Coqueiro; a Anderson Amaro e Denilva Pinto, do MPA; a Eduarda Matias, do STR; a Ronildo Coqueiro, Presidente da Associação de Várzea da Pedra e Região; e a Márcio Oliveira, Presidente da Associação de Desenvolvimento Rural.

Ações do nosso mandato em parceria com o Deputado Estadual Zé Raimundo em diferentes áreas têm trazido maior infraestrutura, educação, saúde, inclusão social e aparato técnico para o progresso de Aracatu.

Por esse momento especial para toda sociedade de Aracatu, quero deixar registrada nos Anais desta Casa Legislativa a nossa homenagem, com a certeza de que um futuro ainda mais promissor está por vir para toda a sua população.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, faço este pronunciamento em homenagem ao Município de Malhada de Pedras, pelo transcurso dos 56 anos de emancipação político-administrativa.





Manifestamos nossa alegria pela passagem no dia 12 de julho de 2018, dos 56 anos de fundação do Município de Malhada de Pedras, que foi emancipado em 1962 do Município de Brumado.

Nesta oportunidade, saudamos e parabenizamos todo o seu povo, na pessoa dos companheiros Beto de Preto Neto, candidato a Prefeito em 2016; Fernando Ataíde; Salvador Pereira; Jadilson; dos Vereadores Evanio Oliveira, Jaime de Maroto e Nair de Alvenos; e dos ex-Vereadores Beto Ventura, Gonçalo Pessoa, Lurdinha Guimarães e Tim Monteiro.

Localizado no sudoeste baiano, o Município possui população estimada em cerca de 10 mil habitantes, segundo o IBGE, e concentra suas atividades econômicas na agropecuária, baseada na pequena e média produção, além de serviços básicos e comércio.

Ultimamente, em face da presença de investimentos e ações dos Governos Federal e Estadual, muitas delas com o apoio do nosso mandato e do Deputado Estadual Zé Raimundo, com a destinação de recursos para pavimentação de ruas e construção de praças, fortalecimento das ações de saúde, melhorias nas estradas, aquisição de tratores, retroescavadeira e implementos para a agricultura familiar, construção de sistemas de abastecimento e adutora, destinação de tubos e caixas d'água para abastecimento da zona rural, dentre outros importantes investimentos, a cidade vem se desenvolvendo.

Por esse momento especial para toda sociedade de Malhada de Pedras, quero deixar registrada nos Anais desta Casa Legislativa a nossa homenagem, com a certeza de que um futuro ainda mais promissor está por vir para toda a sua população.



**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Tem a palavra o Deputado Simão Sessim, que dispõe de 1 minuto.

**O SR. SIMÃO SESSIM** (Bloco/PP-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, amanhã, quarta-feira, dia 11 de julho, o Município de Mendes, uma das mais belas cidades fluminenses, estará vivendo um clima de festa, comemorando 66 anos de emancipação político-administrativa. Lamentavelmente, estou impossibilitado de comparecer ao evento, tendo em vista votações importantes neste Congresso Nacional.

Aproveito a minha presença nesta tribuna para registrar a importância desta data muito especial para aquela população trabalhadora, ordeira e muito hospitaleira, que, sem dúvida alguma, há muito conquistou o meu coração.

Mendes é de fato uma das cidades típicas interioranas mais acolhedoras do Estado do Rio de Janeiro. Como diz o seu povo, chegar a Mendes é como entrar num pedacinho do céu para testemunhar a exuberância da Mata Atlântica, com suas trilhas, rios e cachoeiras, fugindo, assim, da agitação das grandes cidades, em busca de tranquilidade e de um merecido descanso para respirar o ar puro da natureza.

O povo de Mendes, que já me outorgou o honroso título de Cidadão Mendense, tem me dado demonstrações inequívocas de apoio e carinho ao longo dos meus dez mandatos consecutivos de Deputado Federal.

Não tenho medido esforços no sentido de retribuir tamanho carinho, levando também minha singela contribuição para ajudar no crescimento e desenvolvimento de Mendes, cidade que eu, como um filho adotado, aprendi a admirar e a amar.



Nesta Casa, apresentei várias emendas ao Orçamento da União beneficiando a cidade de Mendes, inclusive com obras de infraestrutura, a exemplo da ampliação do Complexo de...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Conclua, Deputado.

**O SR. SIMÃO SESSIM** - Vou concluir. Quero apenas, Sr. Presidente, felicitar o Prefeito Rogério Riente e, através do Presidente da Câmara Municipal, Chico Tancredo, homenagear os demais Srs. Vereadores.

Muito obrigado.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amanhã, quarta-feira, dia 11 de julho, Mendes, uma das mais belas cidades fluminenses, estará vivendo um clima de festa, comemorando 66 anos de emancipação político-administrativa. Lamentavelmente, estou impossibilitado de comparecer ao evento, tendo em vista votações importantes neste Congresso Nacional.

Aproveito a minha presença nesta tribuna para registrar a importância desta data muito especial para aquela população trabalhadora, ordeira e muito hospitaleira, que, sem dúvida alguma, há muito conquistou o meu frágil coração.

Mendes é de fato uma das cidades típicas interioranas mais acolhedoras do Estado do Rio de Janeiro. Como diz o seu povo, chegar a Mendes é como entrar num pedacinho do céu para testemunhar a exuberância da Mata Atlântica, com suas trilhas, rios e cachoeiras, fugindo, assim, da agitação das grandes cidades, em



busca de tranquilidade e de um merecido descanso para respirar o ar puro da natureza.

O povo de Mendes, Sr. Presidente, que já me outorgou o honroso título de Cidadão Mendense, tem me dado demonstrações inequívocas de apoio e carinho ao longo dos meus dez mandatos consecutivos de Deputado Federal.

E sempre que posso, Sr. Presidente, não meço esforços no sentido de retribuir tamanho carinho, levando também minha singela contribuição para ajudar no crescimento e desenvolvimento de Mendes, cidade que aprendi a admirar e a amar como o filho adotado por seus habitantes que percebo ter sido.

Aqui, nesta Casa Legislativa Federal, apresentei várias emendas ao Orçamento Geral da União beneficiando a cidade de Mendes, inclusive com obras de infraestrutura, a exemplo da ampliação do Complexo de Abastecimento de Água Tratada.

São obras pelas quais lutei e continuo lutando com todas as minhas forças, certo de que não tenho feito mais do que a minha obrigação, como homem público e, principalmente, como cidadão mendense.

Muita coisa ainda está por fazer, é bem verdade. Mas, com certeza, Mendes haverá de conhecer um novo tempo de realizações para o seu povo, acompanhando o fluxo de modernização do mundo, nas áreas da saúde, da educação, da cultura, dos serviços públicos, do transporte e do meio ambiente, entre outras.

Aproveito a ocasião para felicitar o Prefeito, nosso correligionário Rogério Riente. Através do Presidente da Câmara Municipal, Chico Tancredo, homenageio também os demais Vereadores do Município.



Por fim, Sr. Presidente, entendo que a data que hoje festejamos deve ser vista como um pretexto a mais para que possamos continuar esta luta incansável, em benefício da cidadania e da dignidade de um povo que coloca suas esperanças e suas próprias vidas em nossas mãos.

Parabéns ao povo de Mendes! Muito obrigado por vocês existirem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Deputado Marcon.

**O SR. MARCON** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, eu quero dizer que a Justiça Federal não tem moral nem para segurar as portas abertas. É isso mesmo! Um desembargador toma uma posição, e um juiz de primeira instância, Sérgio Moro, que se encontrava em Portugal — um juiz que sempre está de férias e sempre está viajando —, toma uma posição que é válida.

O Supremo está desmoralizado. Se o Supremo não estivesse desmoralizado, Cármen Lúcia devia ter dito para se cumprir a ordem. Agora o QG da Direita, em âmbito nacional, está tentando desmoralizar o Desembargador Rogério Favreto. É isso o que a Rede Globo está fazendo. É isso o que a Rede Globo tenta passar para a opinião pública.

Ninguém lembra que Alexandre de Moraes se desfilou do partido dos tucanos para ir ao Supremo defender a quadrilha que está no Palácio do Planalto. Não se vê nenhum tucano ter a coragem de falar isso, porque muitos deles também devem explicação. Então, para eles pode, para eles vale tudo.

Agora dizem que a decisão do Dr. Rogério Favreto foi partidária, mas, pelo contrário, foi uma decisão corajosa, dentro da lei. Quem está fora da lei é o Sérgio Moro. Quem está fora da lei é o Supremo, que deve fechar as portas. A Cármen Lúcia tem que renunciar à Presidência do STF, porque ela não tem condições de mandar na Justiça brasileira. É isso o que a Cármen Lúcia tem que fazer. E outra, o Ministro da Segurança Pública do Governo Federal, Raul Jungmann, tentou fazer de tudo, até conchavos internos com a Polícia Federal, para não liberar o Lula.



Lula está preso, porque ele tem 53% de intenção de votos. Se o Lula não fosse perigo para a Direita deste País, para a Direita deste mundo, o Lula estava solto. O Lula é um perigo porque dá direito aos pobres de comer, dá direito aos pobres de estudar, dá direito aos pobres de ter casa. Por isso essa burguesia fedida tem que lavar a boca com soda, quando for falar do Lula. É isto o que essa burguesia tem que fazer: lavar a boca com soda. Essa burguesia não pode falar do Lula, não pode falar que o Lula é ladrão.

É ladrão para o Sérgio Moro, que não teve argumento de fechar o Lula em Curitiba, que não teve moral de dizer: *“Eu estou fora, estou de férias, não vou falar”*. Mas para eles vale tudo.

Lula vai ser Presidente do Brasil, mesmo que a Direita não queira.

Lula livre! Lula é inocente! Lula vai estar, no dia 1º de janeiro, Presidente do Brasil!



**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Deputado Paulão, por 1 minuto.

**O SR. PAULÃO** (PT-AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a máscara começa a cair, e a sociedade começa a compreender de uma forma clara, principalmente as camadas populares, o comportamento de parte significativa do Poder Judiciário responsável pelo golpe. Essa parte do Poder Judiciário é lambe-botas do sistema financeiro.

O *habeas corpus* é um instrumento normal, que até no período da ditadura militar foi utilizado. Para a prisão, há que se ter motivação. Houve colega aqui que questionou se o Lula ia sair do País. É piada fazer um questionamento desses. O Lula é ameaça à sociedade, quando ele está em primeiro lugar na pesquisa eleitoral? O Lula ia destruir provas?

Agora, o comportamento do Sérgio Moro não obedeceu à lei. A Polícia Federal ficou de cócoras, obedecendo às ordens do Juiz Moro, que não tinha competência para atuar no caso, porque estava em Portugal.

O pacato cidadão, Deputado Wadih, Deputado Betinho Gomes, compreende nesse processo que, há 9 meses, a Justiça tinha 59% de preferência do povo brasileiro e agora está com 9%. Toda vez que o Lula cresce, o Moro cai.

Lula livre! Lula Presidente do Brasil!





---

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Com a palavra a Deputado Janete Capiberibe. Em seguida, falará o Deputado Wadih Damous.

**A SRA. JANETE CAPIBERIBE** (PSB-AP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a caravana da Fundação João Mangabeira esteve no Arquipélago do Bailique com moradores e lideranças do Igarapé Carneiro, Franquinho — Colônia de Pescadores Z-5 —, Vila Progresso, Macedônia, Itamatatuba, Gurijuba e Limão do Curuá.

O Governo Waldez e a Prefeitura de Macapá fazem faltar todos os direitos: educação, saúde, segurança, assistência social. Ele tirou a energia durante 24 horas, causando um grande prejuízo!

Temer fechou os Correios e o Banco Postal. Aposentados e pensionistas viajam por 2 dias e gastam boa parte do benefício para o receberem.

Eu e o Senador Capi vamos destinar 3 milhões de reais à reconstrução da Escola Bosque, que está abandonada.

O PSB está construindo, com o povo do Amapá, o caminho da mudança.

Peço a divulgação do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Será deferido o seu pedido.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Tem a palavra o Deputado Simão Sessim, somente para o registro da presença de Vereadores na Casa. Quem tem dez mandatos nesta Casa pode, sim, registrar a presença de Vereadores.

**O SR. SIMÃO SESSIM** (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu só queria, Sr. Presidente, com satisfação e alegria, orgulhoso dos Municípios do meu Estado, fazer o registro da presença em nosso plenário de dois ilustres Vereadores de Três Rios, aquela cidade famosa, onde há um entroncamento ferroviário, de uma pujança muito grande, de um povo ordeiro, trabalhador, hospitaleiro. São eles o Vereador Clecius — o Clecinho, como é conhecido —, e o Vereador Nilcélio Sá, Presidente da Câmara daquele Município.

Peço a V.Exa. que permita que eles possam andar pela Casa e participar de alguns eventos da Câmara dos Deputados.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Bem-vindos, Vereadores! V.Exas. são Parlamentares Municipais, e aqui é o Parlamento, é o seu lugar também.



**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Tem a palavra o Deputado Wadih Damous.

**O SR. WADIIH DAMOUS** (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, na data de ontem eu protocolei dois projetos de lei procurando minorar os efeitos nefastos da reforma trabalhista que foi aprovada nesta Casa.

No primeiro desses projetos, nós estabelecemos que o trabalhador, para ser condenado em custas e honorários sucumbenciais, tem que ser vencido totalmente na causa. Quem advoga na Justiça do Trabalho sabe que as ações trabalhistas normalmente contêm vários pedidos, e essa nefasta reforma estabeleceu que basta que o empregado decaia de um pedido para ser condenado em honorários. Isso é um absurdo, é uma injustiça. A gratuidade da Justiça é um preceito constitucional. Nós também revogamos no nosso projeto o dispositivo de obrigatoriedade de pagamento de custas judiciais em caso de sucumbência parcial.

O outro projeto visa também a minorar efeitos nefastos da reforma trabalhista — neste caso, no que diz respeito à organização sindical. Ao tornar facultativa a contribuição sindical, essa reforma praticamente ditou a falência dos sindicatos. Ora, a Constituição obriga os sindicatos a promover a negociação coletiva. Nesse sentido, nós estabelecemos a taxa negocial, para compensar a revogação, na prática, da contribuição sindical. Então, aprovada em norma coletiva a taxa assistencial ou taxa negocial, como queiram, independerá de autorização expressa dos trabalhadores o pagamento dela.

A negociação coletiva, à qual, repito, os sindicatos estão obrigados por ditame constitucional, beneficia toda a categoria. Ela não beneficia tão somente os



---

sindicalizados, mas a todos os integrantes daquela categoria profissional ou daquela categoria econômica.

Nesse sentido, nada é mais justo e necessário do que dar aos sindicatos os meios materiais para darem conta dessa obrigação de realizar e promover a negociação coletiva. Isso requer a constituição de um corpo técnico especializado, requer a constituição de meios materiais. Então, instituimos a taxa negocial.



**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Deputado Reginaldo Lopes.

**O SR. REGINALDO LOPES** (PT-MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Quero registrar nesta Casa dois fatos importantes e históricos. O primeiro é que o Brasil precisa de novas ideias para superar os velhos e os novos problemas do país. Nesse sentido, vou protocolar na Casa um projeto para estabelecer normas, um marco regulatório para o que eu chamo de parcerias público-comunitárias.

Depois de pensar, debater e refletir sobre esse tema, eu acredito que várias políticas públicas podem ser implementadas por parcerias público-comunitárias, em contraponto a este debate que virou modismo de parcerias público-privadas, que têm causado enorme prejuízo ao País, aos cofres públicos e também às políticas públicas.

Quero registrar aqui também, como segundo fato histórico, colocando em prática esse debate, que, na quinta-feira, em São João del-Rei, nós estabelecemos uma parceria extraordinária entre a Universidade Federal de São João del-Rei e a Arquiconfraria de Nossa Senhora das Mercês. A Universidade assume a gestão do hospital, numa parceria público-comunitária que vai permitir que todo o conhecimento da universidade esteja a serviço das políticas públicas. Portanto, será superimportante não só para toda a saúde pública do Campo das Vertentes, mas em especial também para a cidade de São João del-Rei e o campo de prática, pesquisa e ciência da Universidade Federal.

Esse é um exemplo dessa iniciativa de buscar novas ideias em momentos de dificuldades econômicas.

Obrigado, Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Tem a palavra o Deputado Felipe Bornier. Em seguida falará o Deputado Valdir Colatto.

**O SR. FELIPE BORNIER** (Bloco/PROS-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, eu que faço a defesa dos Municípios no meu mandato não poderia deixar de registrar o transcurso, nesta semana, do aniversário de 66 anos do Município de Mendes, no Estado do Rio de Janeiro. Estarei presente às comemorações no Município, cuja população me elegeu três vezes para o mandato de Deputado, como o candidato com mais votos.

Vou levar para Mendes notícias positivas. Nós conseguimos empenhar recursos orçamentários no valor de 200 mil reais para a área de saúde do Município, o que muito afeta a população neste momento.

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, gostaria também de falar sobre um assunto de suma importância para o Brasil. Nos últimos 4 anos, 182 mil mulheres registraram ameaças em delegacias do Estado do Rio de Janeiro.

Hoje, às 6 horas, vai haver uma reunião com a Coordenação-Geral da Secretaria da Mulher desta Casa, à qual solicitei apoio para pedido de inclusão na pauta de votações do Projeto de Lei nº 5.524, de 2016, de minha autoria, que tem por objetivo garantir o atendimento da mulher vítima de violência por policial do sexo feminino em delegacias. Com certeza, esse projeto faz com que avance muito o combate à violência contra a mulher.

Pesquisas apontam que meninas são ouvidas de oito a dez vezes ao longo de um processo, que elas precisam repetir a situação de violência sofrida para representantes de diversos órgãos. Temos a certeza de que, se o primeiro atendimento for feito por uma policial, por uma mulher, o caso terá um fechamento



melhor. Temos o exemplo noticiado em toda a mídia do estupro coletivo na Ilha de Paquetá, o maior estupro coletivo ocorrido no nosso País, há mais de 5 anos. O principal suspeito ainda se encontra desaparecido. Ou seja, há dificuldade em se apresentar provas. Precisamos organizar as nossas delegacias e dar mais autonomia para as mulheres que vão denunciar e para as policiais as ouvirem.

Sr. Presidente, eu gostaria de dizer também que a posição da bancada do PROS em relação à Medida Provisória nº 841, que retira recursos do esporte, da educação e da cultura, é completamente contrária.

Vamos enfrentar unidos essa causa. Sabemos que o esporte promove a inclusão social e evita muitas vezes que a juventude se desvirtue pelo caminho do mal. Queremos que a juventude continue na positividade, no bem, no esporte. E a cultura, o esporte e o lazer são iniciativas que têm um fundamento muito importante para a nossa sociedade, principalmente para o combate à violência. Esporte é vida.

Nós não podemos permitir esse retrocesso no nosso País. A nossa posição é contrária à MP 841. Vamos defender isso na Comissão e derrotar a proposta no plenário desta Casa.

Muito obrigado.

#### **PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de parabenizar o Município de Mendes, no Rio de Janeiro, que amanhã completará 66 anos.

Será realizada uma sessão comemorativa. E eu, como defensor desse querido Município, estarei presente, para encontrar amigos e também para anunciar



o empenho de recursos destinados à área de saúde, no valor de 200 mil reais, para ajudar os moradores da região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos últimos 4 anos, 182 mil mulheres registraram ameaças em delegacias do Rio de Janeiro.

Duas em cada três pessoas que procuraram as delegacias do Rio entre janeiro de 2014 e janeiro de 2018 são mulheres.

Segundo a Organização das Nações Unidas, sete em cada dez mulheres já sofreram violência alguma vez na vida, por serem mulheres.

Solicitei à Coordenação da Secretaria da Mulher e à bancada feminina apoio para o pedido de inclusão na pauta de votações da Casa do nosso Projeto de Lei nº 5.524, de 2016. Precisamos preservar a integridade física dessas vítimas. Por isso apresentei o projeto, que permite às mulheres escolher prestar depoimento a policiais mulheres.

O maior caso de estupro em escolas da década ocorreu na Ilha de Paquetá, no Rio de Janeiro, há mais de 5 anos, sem que a investigação tenha sido concluída. É um absurdo que crimes tão perversos como esse caiam no esquecimento, não sejam investigados ou solucionados.

Até quando este País vai permitir tanta violência contra as mulheres?

Sras. e Srs. Deputados, peço o apoio de V.Exas., para que o projeto entre na pauta de votações desta Casa o quanto antes.

A Lei Maria da Penha nos fez evoluir muito no combate à violência contra a mulher, mas ainda é apenas um passo, diante de tudo o que ainda podemos e devemos fazer pelas mulheres brasileiras.





**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Os próximos oradores inscritos são os Deputados Felipe Maia, Gonzaga Patriota, Edmilson Rodrigues, Nilto Tatto, Luiz Carlos Hauly, Pedro Uczai — não vou usar a palavra neste momento —, Vicentinho Júnior e Floriano Pesaro.

Tem a palavra o Deputado Valdir Colatto por 1 minuto. Depois terão a palavra por 1 minuto também os Deputados Beбето e Chico Alencar.

**O SR. VALDIR COLATTO** (MDB-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, para quem não sabe e não acompanha a mídia queremos anunciar que em Santa Catarina, ontem à noite, nos Municípios de São Joaquim, em Urubici, em Urupema, houve uma nevasca muito grande. Com certeza é um fenômeno diferenciado que atrai o turismo e faz bem para a nossa agricultura, porque mata as pragas. Na Europa e nos Estados Unidos as pragas são exterminadas no inverno. Aqui é o contrário. Por isso precisamos usar defensivos agrícolas.

Sr. Presidente, o Deputado Osmar Terra está fazendo o maior esforço possível para buscar uma solução para a Medida Provisória nº 832, matéria de interesse dos caminhoneiros, para buscar um preço, um valor referencial e uma tabela, para que embarcadores e transportadores cheguem a um entendimento.

Que possamos votar a matéria, para que não fique nas nossas costas, sob a responsabilidade desta Casa a não solução desse problema. Vão nos cobrar lá fora. Precisamos urgentemente pôr na pauta de votações de hoje a MP 832.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Tem a palavra por 1 minuto o Deputado Chico Alencar.

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estamos a 1 semana do início do recesso parlamentar do meio do ano, no 18 de julho. É fundamental que hoje retomemos o que havia no horizonte de possibilidades na última sessão de quarta-feira. Na quinta-feira não houve nem Ordem do Dia. Falo da votação da Medida Provisória nº 827, que garante o piso salarial escalonado para agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias.

Isso é consenso. É estranho que, embora haja consenso, na sessão em que se vai votar a matéria não haja quórum para além dos 211 Deputados, como aconteceu na última quarta-feira à noite.

É preciso que o Presidente da Casa, o Deputado Rodrigo Maia, leia hoje a medida provisória, para que ela entre automaticamente na pauta. Até agora isso não aconteceu. O PSOL cobra isso, tanto quanto a votação da Medida Provisória nº 832.



**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Tem a palavra por 1 minuto o Deputado Beбето.

**O SR. BEBETO** (PSB-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero, desta tribuna, lamentar um episódio que causou perplexidade na população brasileira. Refiro-me aos atos praticados pelo Juiz Sérgio Moro e pelo Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Além da perplexidade que causou na população brasileira, o fato gerou um parafuso no próprio Poder Judiciário, gerou um conjunto de inseguranças.

A respeito dessas preocupações, Sr. Presidente, cito uma frase do pensador milanês Cesare Beccaria, um burguês do Iluminismo, um pensador do Iluminismo Penal, que ilustra muito bem esse quadro brasileiro. Disse ele que o processo se torna ofensivo quando o juiz se torna inimigo do réu e nele procura o delito, em vez da verdade do fato. É o que Moro está fazendo. Em vez da verdade do fato, persegue o Presidente Lula. Mesmo em férias, mesmo em outro país, tentou interferir, como de fato o fez, ao estabelecer uma contraordem para a Polícia Federal, ou seja, a de não promover a soltura do Presidente, insurgindo-se contra decisão de um desembargador.

Sr. Presidente, a ordem de um juiz de primeira instância que se insurge contra um desembargador fará ruir a estrutura do Judiciário neste País. Se essa moda pega, independentemente do caso — este é específico, é do Presidente Lula —, não haverá qualquer tipo de segurança para a cidadã brasileira, para o cidadão brasileiro.

Nós deploramos a atitude de Sérgio Moro e a atitude da Polícia Federal. É preciso que esta Casa repense o fato, que o analise do ponto de vista da Constituição Federal e tome medidas que gerem mais garantias jurídicas para a população brasileira.



**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Com a palavra o Deputado Floriano Pesaro.

**O SR. FLORIANO PESARO** (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, caros colegas, ocupo esta tribuna da Câmara dos Deputados para manifestar a minha preocupação e o meu repúdio aos fatos que se desenrolaram no último fim de semana em nosso País.

No domingo, enquanto as famílias de todo o Brasil descansavam de mais uma semana de trabalho, fomos todos surpreendidos pela notícia de uma decisão judicial pela soltura do ex-Presidente Lula. Como hoje estamos diante de uma verdadeira epidemia de notícias falsas — as chamadas *fake news* —, julguei que poderia se tratar de mais uma delas. Para a minha surpresa, era a mais pura verdade: um cidadão condenado a mais de 12 anos de prisão por corrupção e lavagem de dinheiro, tendo lesado milhões de brasileiros, seria posto em liberdade, ainda que tivesse acabado de cumprir apenas 3 meses da pena. Decidi procurar compreender melhor o que estava ocorrendo.

Três Deputados desta Casa, filiados ao Partido dos Trabalhadores, entraram com pedido de *habeas corpus* junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região para a soltura de Lula. Buscaram, contudo, não o expediente normal, mas, sim, o plantão judiciário, quando quem respondia pelas decisões era o Desembargador Rogério Favreto. Como viemos a saber mais tarde, o magistrado esteve por 20 anos filiado ao mesmo Partido dos Trabalhadores e serviu ao Governo do ex-Presidente Lula como subordinado do então Ministro José Dirceu. A decisão do Desembargador Favreto é, no mínimo, estranha para aqueles que acompanharam o desenrolar desse processo. Alegando que a candidatura de Lula à Presidência é um fato novo,



decidiu por sua soltura, mesmo com decisões do próprio colegiado da 8ª Turma do TRF4, do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal em direção contrária. Ora, a candidatura de Lula é um fato novo? Onde é um fato novo, ante as caravanas e os comícios que vem fazendo há mais de 1 ano por todo o País?

Sr. Presidente, tenho grande respeito pela magistratura e pelo Poder Judiciário, coisa que o PT não tem. E, por essa mesma razão, não posso concordar com essa decisão. No entanto, concordar ou discordar de decisões judiciais não cabe a mim, mas, sim, ao próprio Poder Judiciário, que, felizmente, restaurou a normalidade por meio das ações corretas e diligentes dos Desembargadores Gebran Neto, Relator original do caso, e Thompson Flores, Presidente daquele tribunal. Quero ainda registrar meu respeito e minha solidariedade ao Juiz Sérgio Moro, que, a despeito das acusações do PT e dos que buscaram essa manobra, comportou-se de maneira correta ao recomendar o aguardo do juízo competente, para que a decisão fosse consumada.

Por fim, Sr. Presidente e caros colegas, quero reafirmar a minha confiança no Estado Democrático de Direito vigente em nosso País e na garantia de uma justiça impessoal, como lembrou a Presidente do Supremo Tribunal Federal, a Ministra Cármen Lúcia, que tem o meu apreço e o meu respeito, com a plena certeza de que os pilares da democracia vigente desde a Carta de 1988 continuam sólidos e inabaláveis.

Sr. Presidente, nós acreditamos na democracia.

Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Deputado Roberto de Lucena.

**O SR. ROBERTO DE LUCENA** (Bloco/PODE-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero dar como lido o meu pronunciamento e peço que V.Exa. determine que ele seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Aqui, eu condeno a parcimônia e a letargia da ANTT — Agência Nacional de Transportes Terrestres, que já deveria ter atendido a reivindicações antigas da população de Arujá, Bairro do Cachoeira, pois no quilômetro 196 da Rodovia Presidente Dutra mais de 50 pessoas já perderam a vida fazendo a travessia daquela estrada.

Há mais de 1 ano, a ANTT nos comunicou que teríamos, antes da metade deste ano de 2018, uma passarela instalada ali para atender a demanda...

Sr. Presidente, eu peço a V.Exa. apenas mais 1 minuto para concluir.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - V.Exa. tem 30 segundos.

**O SR. ROBERTO DE LUCENA** - Obrigado.

Esse prazo se esgotou, e a informação da ANTT para as emissoras de TV regionais davam conta de que a passarela nem sequer estava no radar.

Eu tenho esperança de que isso nada tem a ver com qualquer problema relacionado à política regional. Nós estamos convocando o Ministro para vir aqui dar explicações. E àqueles que me disseram: *“Por que convocou o Ministro por uma passarela?”*, eu digo que não é por uma passarela, é por causa de mais de 50 pessoas que perderam a sua vida. Eu não sei se precisamos que mais uma pessoa ou mais 50 pessoas percam a vida, ou o que é preciso. Até onde é o limite e o necessário?



Aqui fica registrado o meu protesto e o pronunciamento que encaminhado à Mesa.

Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Daremos publicidade ao pronunciamento de V.Exa.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dezenas de pessoas já morreram no quilômetro 196 da Rodovia Presidente Dutra, em frente ao Bairro do Cachoeira, em Arujá; onde crianças e adolescentes fazem a travessia da rodovia para irem às escolas do Centro do Município; onde jovens e adultos fazem essa travessia para estudar, trabalhar ou se relacionar com a cidade.

Mais de 50 pessoas já perderam a vida ali, e isso poderia ter sido evitado! Uma passarela teria evitado essas mortes! Essa é a reivindicação da população do Bairro do Cachoeira, formada na maioria por gente simples, pobre, mas pessoas dignas, trabalhadoras.

Se tivesse havido uma única morte já seria demais, mas foram mais de 50 mortes!

Levei o assunto ao Presidente da República e, por sua orientação, levei o assunto ao então Ministro Maurício Quintella Lessa, no dia 14 de julho de 2017. O Ministro se sensibilizou, determinou providências à Agência Nacional de Transportes Terrestres — ANTT e, inclusive, gravou um vídeo anunciando o início da obra em até 3 meses, ou seja, até outubro de 2017.



Na ANTT, tive a informação de que o projeto funcional estava finalizado, de que estariam concluindo o projeto executivo e de que a passarela estava no planejamento para ser iniciada até o final do ano de 2017. Até agora, no entanto, não ocorreu. O atual Ministro dos Transportes, Valter Casimiro Silveira, esteve em Arujá semana passada para entregar outros dispositivos, e estranhou-me o fato de que não se tenha referido a essa passarela.

Uma reportagem da *TV Diário*, afiliada da *TV Globo* de Mogi das Cruzes, entrou em contato com a ANTT e recebeu de lá a informação de que essa passarela não está no planejamento de execução para este ano. Ora, se esteve em 11 de dezembro de 2017 e hoje não está, alguma coisa muito estranha está acontecendo.

Eu espero, sinceramente, que questões políticas regionais não estejam interferindo nessa situação. Vou lutar na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, Comissão que presido, para que o Ministro seja convocado a dar explicações. E vou convidar o Diretor-Geral da ANTT, o Sr. Mário Rodrigues Júnior, a vir à Comissão para que ele tenha a oportunidade de esclarecer nossos questionamentos.

A concessionária tem essa passarela contratada e, segundo a ANTT, aguarda a autorização da Agência. Vamos convidá-la também a se manifestar.

E até lá, se algum cidadão, seja criança, seja jovem, senhor ou senhora vier a morrer nessa travessia, eu responsabilizarei o Ministro Valter Casimiro Silveira e o Diretor-Geral Mário Rodrigues Júnior e a direção da CCR Nova Dutra, objetivamente. E Deus responsabilizará as forças ocultas que se opõe a essa resolução, se elas existirem.





---

Eu me uno aos moradores do Bairro do Cachoeira, em Arujá, na expectativa de que a concessionária CCR Nova Dutra seja autorizada imediatamente pela ANTT e inicie as obras da passarela do quilômetro 196 da Rodovia Presidente Dutra, para que cessem as mortes naquela localidade.

Era o que eu tinha a dizer.



**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Deputado Esperidião Amim.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco/PP-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assusta-me um pouco ser perseguido tão de perto pelo Deputado Delegado Edson Moreira, mas eu confio que ele guarde moderação.

Eu venho aqui fazer um rápido comentário sobre assunto a que vou dar prosseguimento na sessão do Congresso Nacional. Aproveitando a presença de V.Exa. na presidência da sessão, Deputado Pedro Uczai, quero dizer aos companheiros de Santa Catarina — e já conheço votos iguais de companheiros de outros Estados — que não aceito acordo em torno do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 13, de 2018. Nada contra o número 13. O problema é o conteúdo do PLN 13, que comete uma grave injustiça com Santa Catarina e outros Estados do Brasil ao fazer secarem verbas para a construção de estradas. Basta mencionar a situação da BR-282, que V.Exa., Sr. Presidente, percorre com frequência, e a BR-163, cujas obras estão simplesmente paralisadas.

E, com o testemunho de V.Exa., quero dizer que eu não posso aceitar acordo quanto a meio corte, um terço de corte ou três quartos de corte, em matéria de recursos para obras em rodovias que estão ou em ritmo muito lento, ou paralisadas, ou até não iniciadas, Sr. Presidente, como é o caso da via expressa de acesso a Florianópolis. Seja no extremo oeste do Estado, na BR-163, seja na BR-280, seja na BR-470, seja na BR-282, seja na BR-285, em todas elas, o que percebemos é que os recursos que foram amealhados, graças ao trabalho do Fórum Parlamentar,



---

estão sendo dissipados sem que eu perceba uma medida compensatória em termos de serviços públicos.

Completando os 3 minutos que me foram concedidos, eu gostaria de dizer que, na sessão do Congresso Nacional, eu, o Deputado João Paulo Kleinübing e outros Deputados de Santa Catarina vamos abordar esse assunto, para dizer que nesses termos não pode haver acordo, porque o Estado de Santa Catarina não discutirá supérfluos ou gorduras, mas discutirá se aceita que continuem sem início as obras não iniciadas ou que parem as obras que estão em ritmo lento.

Essa é a minha posição. Aceitarei argumentos. Mas essa é a posição que, tenho certeza, pelo espírito de servir Santa Catarina, vai prevalecer.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Com certeza, V.Exa. manifesta o sentimento dos 16 Parlamentares catarinenses nesta Casa.



**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Deputado Delegado Edson Moreira.

**O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA** (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu vou abordar três assuntos.

Primeiro, agradeço à população e a Câmara Municipal de São João Evangelista por ter concedido a este que vos fala o título de Cidadão Honorário daquela cidade. Em 1992, travei batalhas grandes e graves, com tiroteios homéricos, para colocar ordem naquela cidade e garantir a segurança pública. Agora, fui reconhecido pelos evangelistanos com o título de Cidadão Honorário. Portanto, agradeço à Câmara Municipal e a toda a população de São João Evangelista, que me prestigiaram na quinta-feira passada naquele evento.

Segundo, quero falar sobre Malala, que está no Brasil e é um símbolo da luta pela educação contra a violência. Mesmo tendo levado um tiro na cabeça, o que quase a deixou cega, lutou pelo que achava correto: educação para as mulheres do seu país. Queriam proibi-la de ter acesso à educação, mas ela venceu a brutalidade, a criminalidade e é exemplo para o mundo inteiro. Ela foi premiada com um título mundial, o que é importante, e veio ao Brasil explicar como a educação pode influenciar na segurança pública e diminuir a violência que campeia neste País.

O terceiro assunto é referente a um requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 5.065, de 2016, que será votado na Câmara Federal. De que trata esse PL? Explosões de caixas eletrônicos que ocorrem, diariamente, cotidianamente, assim como incêndios de ônibus serão transformados em crimes de terrorismo.

Aqui há um desfile de veículos incendiados: ônibus, caminhões de lixo, carros públicos, e bancos são explodidos por todo o País — em Minas Gerais, isso não é



---

diferente —, em ações comandadas de dentro dos presídios pelo crime organizado, como é o caso do PCC, que domina o tráfico de drogas e também outras instituições. O crime organizado é com certeza uma ideologia.

Sr. Presidente, eu gostaria que meu pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*. E que o requerimento de urgência para o PL 5.065 seja colocado em votação hoje no plenário, para votarmos urgentemente esse projeto de lei, que criminaliza como terrorismo essas ações do crime organizado.

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Que se dê publicidade ao pronunciamento do Deputado Delegado Edson Moreira.



**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - É com muita honra que passo a palavra ao Deputado Nelson Marquezelli, do Bloco PTB/PROS, pelo tempo regimental.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** (Bloco/PTB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna, em nome dos moradores, comerciantes e empresários dos Distritos de Bonsucesso e de Pimentas, do Município de Guarulhos, no Estado de São Paulo, para solicitar ao Presidente Michel Temer e ao Ministro dos Transportes, Valter Casimiro Silveira, a realização de estudo técnico para a liberação imediata ao acesso público do viaduto do Km 207 da Rodovia Presidente Dutra.

Duzentos e cinquenta mil habitantes sofrem diariamente com os congestionamentos decorrentes do intenso fluxo de veículos na região de Bonsucesso e de Pimentas. Os moradores contam com apenas um trevo de acesso aos distritos, que está em obras e sem previsão para sua conclusão.

Os cidadãos reclamam, com razão, do uso privativo pela GLP Guarulhos do viaduto do km 207 da Rodovia Presidente Dutra. O viaduto possui portaria, cancela e segurança 24 horas para interditar o acesso público. A liberação do viaduto para a comunidade sem dúvida contribuiria para a melhoria do trânsito, para a qualidade de vida dos moradores e para a plena garantia do direito de ir e vir dos munícipes que lá residem.

Assim sendo, informo que estou encaminhando ofício ao Presidente da República e indicação ao Ministro dos Transportes para que sejam adotadas as providências cabíveis de modo a permitir livre acesso e liberação do viaduto ao público.



Tenho certeza de que os órgãos responsáveis atuarão em prol da qualidade de vida e do direito de ir e vir dos moradores de Guarulhos e região.

Sr. Presidente, é lamentável fazer um viaduto em cima da Dutra com dinheiro público para atender meia dúzia de empresários e proibir o público de usá-lo. Isto é um absurdo no Brasil. Nós não podemos concordar com tamanha ousadia e tamanha incompetência do Ministério dos Transportes. Não podemos permitir isso!

Estamos encaminhando um ofício e vamos tomar as medidas legais cabíveis para a liberação desse viaduto à população que reside nesses dois bairros do Município de Guarulhos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*O Sr. Pedro Uczai, 3º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Caetano, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*



**O SR. PRESIDENTE** (Caetano) - Antes de conceder a palavra ao Sr. Deputado Arnaldo Jordy, passo a palavra, por 1 minuto, ao Sr. Deputado Pompeo de Mattos.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, neste final de semana estive na cidade de Faxinal do Soturno, na localidade de Linha São Luiz, onde honrosamente, juntamente com a Sra. Adriana, esposa do Vereador Baratão, fomos recebidos pelo Sr. Jandir Somavilla, presidente da comunidade, numa confraternização muito concorrida, juntamente com o Vereador Erli Barbieri e com Vereador Paulo Chelotti.

Construímos uma ponte de concreto armado na Linha São Luiz e outras duas pontes na linha Val Veronês e na linha Guarda Mor. Com recursos do meu gabinete, ainda houve a construção de três unidades habitacionais na Vila Medianeira e também na Linha Nova Palma, no valor de 2 milhões e 192 mil reais.

Além dessas três pontes construídas, cujas obras estão concluídas, também liberei recursos, Sr. Presidente, para a aquisição de insumos para correção, recuperação e conservação do solo, no valor de 200 mil reais. Estes são recursos importantes para a comunidade de Faxinal do Soturno, para a qual temos trabalhado com muita honra, com muito orgulho — isso, só no ano de 2016. Antes, nós liberamos recursos, também do meu gabinete, para obras de acesso à cidade, para a construção da Casa de Cultura, para reformas e equipamentos. A nossa querida comunidade de Faxinal do Soturno tem recebido do Gabinete do Deputado Pompeo de Mattos importantes recursos.

Quero agradecer ao Vereador Baratão, ao Sr. Jandir Somavilla, ao Sr. Vereador Paulo Chelotti e, especialmente, ao Vereador Barbieri, a recepção.





---

Parabéns a todos, especialmente à comunidade de Faxinal do Soturno!

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Pompeo de Mattos, o Sr. Caetano, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Pedro Uczai, 3º Suplente de Secretário.*



**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Arnaldo Jordy. Em seguida, falará o Sr. Deputado Celso Pansera.

**O SR. ARNALDO JORDY** (PPS-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria cumprimentar todos os conselheiros e conselheiras tutelares do Estado do Pará, bem como a ACONEXTTEL — Associação de Conselheiros e ex-Conselheiros Tutelares dos Municípios Paraenses, porque, na quinta-feira da semana passada, nós conseguimos cobrir praticamente os 164 Conselhos Tutelares do Estado do Pará com equipamentos, carro, lancha, computadores, impressoras, geladeiras. Todos esses equipamentos fazem parte do *kit* para que estes conselhos possam melhor atuar na proteção e na defesa dos direitos de crianças e adolescentes no Estado do Pará.

O Pará está entre os seis Estados da Federação com maior incidência de vulnerabilidade dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes previstos na Constituição brasileira e no Estatuto da Criança e do Adolescente, lei de 1990 que protege os direitos dessas crianças e adolescentes.

Não vamos esquecer que no Brasil há 3 milhões de crianças em condições de vulnerabilidade. Lamentavelmente, a oitava economia do planeta ainda convive com números absurdamente criminosos, como esse de crianças e seres que são tutelados.

E o Pará é primeiro Estado da Federação que tem todos os seus Conselhos Tutelares equipados com lancha, carro, equipamentos, para poder melhor prestar esse serviço essencial na proteção dos direitos das crianças e adolescentes.

Eu queria também cumprimentar toda a população do Marajó. Este fim de semana, nós prestamos conta do nosso mandato nos Municípios de Breves, Bagre,



Melgaço, Afuá e Chaves e entregamos serviços e equipamentos para as unidades de saúde, ajudando esses Municípios a superarem suas enormes dificuldades.

O Arquipélago do Marajó tem um dos piores índices de desenvolvimento humano do Estado do Pará e do Brasil. São 16 Municípios com uma população de quase 700 mil pessoas que, lamentavelmente, ainda convivem com indicadores sociais, econômicos e renda per capita muito baixos.

Nós percorremos, neste fim de semana, esses cinco Municípios, ajudando os Prefeitos, os Vereadores e, em última instância, a população a superarem as dificuldades e entraves na área da assistência, da saúde, da educação, inclusive com equipamentos para hospitais.

Parabenizo, portanto, a população desses cinco Municípios.

Peço, Sr. Presidente, que V.Exa. autorize o registro da nossa fala no programa *A Voz do Brasil*.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Obrigado. Defiro o pedido de V.Exa. Será dada a devida publicidade no programa *A Voz do Brasil*.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, realizamos na última semana a entrega de *kits* para Conselhos Tutelares de 44 Municípios do Pará. O Estado se tornou, portanto, o primeiro a ter todos os seus 144 Municípios atendidos por *kits* que proporcionarão melhores condições de trabalhos aos conselheiros tutelares.

Os Municípios de Tailândia, Bragança, Marapanim, Bagre e Santana do Araguaia foram recentemente agraciados com a entrega do carro, do *kit*, realizada nesta sexta-feira, 6.



Estes *kits*, compostos por carro, computadores, refrigerador e bebedouro, são fruto de emendas ao orçamento e de gestões junto aos Governos Federal e Estadual e permitirão que estes heróis e heroínas, que são os conselheiros tutelares, tenham melhores condições na tarefa de proteger a vida de nossas crianças e adolescentes que se encontram em situação de maus-tratos, além do aliciamento de jovens para o crime.

Era o que tinha a dizer Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - O próximo orador inscrito é o Deputado Padre João.

Enquanto S.Exa. se dirige à tribuna, tem a palavra o Deputado Celso Pansera, por até 1 minuto.

**O SR. CELSO PANSERA** (PT-RJ. Sem revisão do orador.) - Presidente, queria registrar que, com a Resolução nº 729, de 2018, do CONTRAN, que estabelece o sistema de placas no padrão único do MERCOSUL, com *chip*, com identificação baseada no sistema RFID, nós estamos dando à Casa da Moeda do Brasil uma grande oportunidade de ela provar a sua capacidade de produzir bens, produtos e serviços para o nosso País.

Segundo a Lei nº 5.895, de 1973, a Casa da Moeda do Brasil é que tem a exclusividade para a fabricação de selos fiscais federais. A placa contendo *chip* também é exclusividade da Casa da Moeda do Brasil.

Então, nós parabenizamos o CONTRAN pela resolução e a Casa da Moeda do Brasil pela capacidade de atender a fabricação das placas unificadas com *chip* do MERCOSUL.

Concluindo, Presidente, iniciou-se nas últimas semanas um debate no Brasil culpando a greve dos caminhoneiros pela queda do PIB brasileiro. Ora, trabalhavam com um cálculo errado do PIB! Não sei de onde tiraram que o PIB brasileiro iria crescer 3%, com um governo ruim como este, com uma economia tão desorganizada como esta.

E agora, como está ficando provado que o PIB não vai crescer mesmo, que, no limite, vai para 1,5%, provavelmente não chegará a isso, começam a culpar os caminhoneiros pela queda do PIB, que nunca subiu.

Então, eu queria fazer aqui um desagravo aos caminhoneiros, por sua greve, por sua luta: o Governo é o culpado pelo PIB que não cresce.



**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Deputado Padre João, do PT de Minas Gerais, pelo tempo regimental.

**O SR. PADRE JOÃO** (PT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente. Parabéns pela condução dos trabalhos de forma de fato democrática, respeitando as inscrições digitalizadas!

Eu venho a esta tribuna denunciar o ataque do Governo golpista a Minas Gerais, que hoje está despistando, nomeando Ministro do Trabalho, dizendo que é mineiro. Mas eu acho que a bancada mineira da base deste Governo golpista não foi sequer consultada.

O problema é estruturante, mais grave.

Na oportunidade, eu quero cumprimentar o Deputado Dr. Jean Freire, que é o único Deputado do Partido dos Trabalhadores do Vale do Jequitinhonha. É a primeira vez que o Partido dos Trabalhadores elege um Deputado dessa região. É uma honra e motivo de orgulho para nós a atuação do Deputado Estadual Dr. Jean Freire não só pela luta em defesa dos mais pobres, dos quilombolas e dos povos indígenas, mas também pelo cuidado, pelo zelo com a agricultura familiar, com a agroecologia, com as estradas.

A BR-367 sempre foi uma bandeira de luta do Deputado Dr. Jean. Ontem, dia 9 de julho, ele realizou uma audiência pública na Assembleia Legislativa para discutir a questão da BR-367 com diversas lideranças políticas.

Alguns trechos que nunca tiveram asfalto estão em fase de licitação. Entre uma notícia e outra, o Superintendente do DNIT disse que não há recurso, não há orçamento, sobretudo para os trechos de Minas Novas a Virgem da Lapa e de Almenara a Salto da Divisa.



Há Municípios totalmente isolados, como o de Chapada do Norte. Como haverá desenvolvimento econômico e social ali? Educação, saúde, tudo fica comprometido. O acesso a serviços fundamentais está comprometido há séculos, ao longo de toda a história.

Havia a garantia de um recurso. A bancada mineira tinha 40 milhões. Já tiraram 35 milhões num PLN. Agora, nesta quarta-feira, estão querendo tirar mais 3 milhões dos 5 milhões que restam.

É um absurdo esse ataque do Governo golpista, desrespeitando Minas Gerais, desrespeitando a atuação da bancada mineira, que tinha emenda de bancada, retirando esse dinheiro. Para quê? Talvez para compensar aqueles mesmos golpistas que impediram a investigação do Temer, que estão entregando a soberania no nosso País para as multinacionais, sejam ligadas ao agrotóxico, sejam ligadas ao petróleo, sejam ligadas ao sistema elétrico.

Então, o que nós pedimos aqui é o mínimo de respeito para com o povo mineiro, sobretudo para com as áreas que mais precisam, como o Vale do Jequitinhonha.

Parabéns, Deputado Dr. Jean Freire pela audiência pública! Infelizmente, as notícias do Superintendente do DNIT não foram boas, uma vez que o Governo retira dinheiro de infraestrutura, de uma área tão estratégica, tão importante para todos nós.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Obrigado, Deputado Padre João.



**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Concedo a palavra, por 1 minuto, ao Deputado Alan Rick.

**O SR. ALAN RICK** (DEM-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o povo do Acre pede socorro. Hoje, a taxa de mortalidade por homicídio no nosso Estado é a maior do Brasil. Enquanto em todo o território nacional a média de assassinatos é de 26,8 por 100 mil habitantes, no Acre é de 63 homicídios por 100 mil habitantes.

Nosso Estado faz fronteira com dois países historicamente produtores de drogas: a Bolívia e o Peru. Aliada a essa geografia, além da falta de políticas públicas para o fortalecimento da indústria e para a geração de emprego, temos hoje o panorama em que a maioria dos jovens de 20 anos de idade que entram para o mundo do crime está sendo morta — eles estão perdendo a oportunidade de ter uma vida digna.

Sr. Presidente, o Estado do Acre pede socorro! Nós hoje vivemos um caos! Nos últimos dias, foram mortas várias pessoas nessa guerra entre as facções criminosas.

Sr. Presidente, nós viemos aqui clamar ao Governo Federal que atenda ao nosso Estado. Nós alocamos 5 milhões e 300 mil reais de emendas individuais para a segurança pública; garantimos o apoio do Ministério da Justiça na entrega de coletes balísticos para os nossos policiais; entregamos recentemente veículos para a Polícia Rodoviária Federal; temos garantido o nosso apoio com uma emenda de bancada de 45 milhões de reais para a segurança pública.





---

Portanto, Sr. Presidente, nós temos feito a nossa parte. Buscamos agora o fortalecimento da nossa segurança com o apoio do Governo Federal e, se possível, uma intervenção federal no Acre, porque a população pede socorro.

Solicito que este pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Defiro o seu pedido.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Tem a palavra a Deputada Maria do Rosário.

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** (PT-RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, o preço do gás de cozinha voltou a subir e já consome 40% da renda de uma família mais pobre.

Em 2017, segundo o IBGE, 1 milhão e 200 mil famílias voltaram a utilizar lenha e carvão. Novecentas mil famílias brasileiras perderam o benefício do Bolsa Família, renda para garantir a permanência de suas crianças na escola e o cumprimento do calendário de vacinação. Enquanto isso, alguns Estados brasileiros estão enfrentando um surto de sarampo! A mortalidade infantil sobe.

Eu peço, Sr. Presidente, que tenhamos uma audiência pública ou uma Comissão Geral nesta Casa destinada a avaliar os resultados dessa política econômica que empobrece as famílias brasileiras.

Peço que se divulgue este meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*, com a minha indignação.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Defiro o seu pedido.



**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Tem a palavra a Deputada Euricelia Cardoso, pelo tempo regimental.

**A SRA. EURICELIA CARDOSO** (Bloco/PP-AP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, cidadãos do Brasil e do meu querido Amapá, quero hoje trazer boas notícias.

Foi creditado ontem, nas contas dos Municípios brasileiros, pouco mais de 4 bilhões de reais, através do Fundo de Participação dos Municípios, fruto de extensa e árdua luta iniciada pelo Partido Progressista, proponente desse aumento do FPM, por intermédio da querida Senadora Ana Amélia, do PP do Rio Grande do Sul. É o que determina a Emenda Constitucional nº 84, de 2014.

Esse ato demonstra o grande compromisso do PP com os Municípios brasileiros e com toda a sociedade. Em tempos da crise financeira aguda por que passam as nossas cidades, esses recursos são muito relevantes, lembrando que 25% deles estão vinculados à educação e 15%, à saúde.

Para o Amapá, serão destinados pouco mais de 16 milhões de reais, que ajudarão os gestores municipais a fazer frente a seus compromissos de prestar melhores serviços públicos à população, injetarão dinheiro na economia e farão a roda girar, o que é muito importante em tempos de desemprego alto e crescimento baixo.

Eu tive oportunidade de administrar uma cidade por dois mandatos, Laranjal do Jari, e não é diferente a realidade de outros Municípios do Amapá. Nós temos uma dependência financeira muito forte das transferências constitucionais. Evidentemente, quando ocorre um fato dessa natureza, sabemos que há um impacto muito significativo na vida da sociedade brasileira, principalmente dos



---

Municípios mais carentes. Essa é uma realidade muito comum na maioria dos Municípios brasileiros.

Gostaria, Sr. Presidente, que fosse divulgado o meu discurso pelo programa *A Voz do Brasil*. E, mais uma vez, parabenizo a iniciativa extraordinária da Senadora Ana Amélia.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Obrigado, Sra. Deputada, pelo seu pronunciamento.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Comunico aos Srs. Deputados a presença em plenário de delegação parlamentar da República da Indonésia, chefiada pelo Deputado Alita Her e composta por membros da Comissão 8 da Casa dos Representantes da Indonésia, especializada em temas sociais, que veio ao Brasil para colher informações sobre os programas brasileiros de transferência de renda e combate à pobreza.

Em nome da Câmara dos Deputados, apresento-lhes as boas-vindas e os votos de que a cooperação entre as Casas Legislativas dos dois países seja cada vez mais produtiva e que sirva para a consolidação da democracia e da cidadania tanto no Brasil quanto na Indonésia.

Sejam bem-vindos ao Parlamento brasileiro!



---

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - Sr. Presidente, V.Exa. me permite?

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Concedo a palavra com muita alegria a V.Exa.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco/PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu quero complementar a sua saudação, de maneira muito especial e particular. Não apenas conheço a Indonésia, como também a Ilha de Bali e Blue Point. O meu filho já foi à Indonésia mais de 11 vezes, e a minha filha Maria, que recentemente teve a sua primeira filha, a minha primeira neta Catarina, casou com o seu marido Rafael na Indonésia. (*Palmas.*) Aquele belíssimo panorama de Bali os meus olhos e a minha memória não esquecerão.

A Indonésia é um país hospitaleiro que tem graves problemas sociais, mas acima de tudo é um grande exemplo de convivência e de honestidade do seu povo. Vou repetir: honestidade disseminada dos seus cidadãos no zelo pela ordem, no zelo pelos pertences de turistas, de visitantes. Eu sou testemunha, com algum conhecimento de causa.

Já que não sei falar o indonésio, permitam-me dizer: sejam muito bem-vindos! Estão em casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Bem-vindos! Sintam-se em casa no Parlamento brasileiro.

Os programas de transferência de renda no Brasil têm base histórica e mudaram a vida de milhões de brasileiros. Espero que sirvam de referência para a Indonésia.



**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Hildo Rocha, para uma Comunicação de Liderança, pelo MDB.

**O SR. HILDO ROCHA** (MDB-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Pedro Uczai, que ora preside esta sessão, Sras. e Srs. Deputados, esse fim de semana foi marcado por um litígio no âmbito do Judiciário Federal. Um Desembargador que estava no plantão da 4ª Região atendeu a um pedido de *habeas corpus* e determinou a soltura do ex-Presidente Lula. Acontece que quem estava no plantão da polícia não atendeu à determinação do Desembargador. O que foi feito? Chamaram um juiz que estava de férias para intervir no caso. Mas sabemos que determinação judicial tem que ser cumprida. Depois se recorre, mas tem que ser cumprida.

O que aconteceu nesse fim de semana foi um verdadeiro absurdo. Além disso, mostra-se nitidamente uma grande perseguição contra o ex-Presidente Lula, que já deveria estar solto, até porque a nossa Constituição Federal é bastante clara no que diz respeito à prisão das pessoas. Se a pessoa está recorrendo, não pode ser presa, porque ainda não está condenada, ainda não foi transitado em julgado. Estava condenada em duas instâncias, mas ainda havia mais duas instâncias para recorrer.

Presidente, peço a V.Exa. que seja corrigido o tempo da Liderança do MDB: 7 minutos e mais 3 minutos das Breves Comunicações totalizam 10 minutos. Então, no mínimo, eu teria mais 8 minutos. Esse tempo está errado.

Continuando, o que aconteceu nesse fim de semana, essa guerra dentro do Judiciário, que não é comum, é algo que entristece a todos nós. O certo seria liberar Lula e depois recorrer, nem que fosse feita nova prisão dele. Mas o que vimos foi um



mau exemplo, Sras. e Srs. Deputados, até porque a Constituição Federal tem que ser respeitada. A Constituição Federal diz que a pessoa só pode ser considerada culpada depois do processo transitado em julgado. E o processo do ex-Presidente Lula não foi concluído. Há recurso a ser feito, há recurso a ser demandado.

Então, quando um juiz começa a decidir fora do que diz a lei, acontece o que estamos vendo: vários juízes decidindo fora do que diz a lei, fora do que diz a Constituição Federal. E não me refiro apenas aos juízes de primeiro grau. Estou falando aqui dos juízes, Desembargadores, Ministros do STJ e do Supremo Tribunal Federal. E isso não pode continuar a acontecer. É um absurdo o que está ainda acontecendo em nosso País. Cria-se um clima de insegurança jurídica, um clima muito ruim para o nosso País.

Sr. Presidente, quero ainda aproveitar esta oportunidade para pedir aos Deputados Federais, às Deputadas Federais que estão aqui hoje, aos Líderes de partido, que nós aprovemos, no dia de hoje, a Medida Provisória nº 827, de 2018, que trata das condições de trabalho dos agentes de combate às endemias e dos agentes comunitários de saúde, tendo em vista que já faz 4 anos que essas categorias não têm reajuste no seu salário. Isso faz com que não haja motivação no trabalho, porque a inflação, por menor que seja, já corroeu parte do salário deles. Nós temos duas categorias — os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias — que têm grande importância na saúde pública. São eles os principais agentes da saúde preventiva, e nós não podemos deixar de apoiá-los.

Essa medida provisória faz a devida justiça, além de permitir que haja uma data-base para essas categorias, que será a partir de janeiro, e permitir também que os três entes da Federação — Município, Estado e União — promovam a





capacitação e a requalificação desses profissionais. Está chegando o sarampo novamente. É muito mais caro, muito mais dolorido enterrar uma pessoa do que investir nesses profissionais.

Digo que esses profissionais são importantes porque eu os conheço desde o tempo em que fui Vereador, na cidade de Cantanhede, e fui Prefeito. Eu realmente sei da importância deles. Os indicadores diminuem através dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias também. Nós temos uma vacinação acompanhada, as cadernetas são acompanhadas, porque são eles que vão de casa em casa fazer esse acompanhamento da vacinação, são eles que vão ver se o cachorro está doente, são eles que estão lá no dia a dia das comunidades.

Então, é fundamental que esses profissionais trabalhem bastante motivados. Como é que vão trabalhar motivados se ganham menos de mil reais por mês? Não podem ter nenhuma motivação. Esse aumento não vai encarecer a conta dos Municípios. Deputado Pedro Uczai, assim como V.Exa., eu sou um dos maiores defensores da descentralização dos Municípios. Mas mesmo que houvesse aumento das despesas dos Municípios, seria um aumento justo, porque nós não podemos deixar de fazer com que os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias tenham condições de trabalhar e dar um conforto para a família.

Quero também, Sr. Presidente, parabenizar o time do Sampaio Corrêa, lá do Maranhão, que se consagrou campeão da Copa do Nordeste. Ou seja, o melhor time hoje do Nordeste brasileiro é lá do Maranhão, o Sampaio Corrêa. Não sou boliviano — quem torce para o Sampaio é boliviano —, sou motense. Mas o Moto Club também é o Papão da Copa do Norte, é o Papão do Norte. E, agora, temos



outro time do Maranhão, que é o Sampaio Corrêa, Papão do Nordeste: ganhou essa Copa, alegrou todos nós maranhenses. Quero, portanto, parabenizar todos os bolivianos.

Quero também, Sr. Presidente, neste tempo que nos resta, registrar a minha ida, nesse fim de semana, à cidade do Marajá do Sena. Estivemos lá com o Prefeito Lindomar Araujo, demais membros do seu grupo político, vários Vereadores, Secretários, e participamos da entrega de um caminhão basculante para a Prefeitura por meio de uma emenda de nossa autoria.

Esse caminhão basculante vai servir muito para as pessoas mais pobres do Município, porque haverá um carro para carregar barro, areia e pedra, para que sejam construídas as casas e vai diminuir o custo da construção das casas, além de o Prefeito poder utilizá-lo para outro serviço de interesse da Prefeitura.

Conseguimos também recursos para a construção do mercado municipal em Marajá do Sena, através da CODEVASF, por meio de uma emenda de nossa autoria, e outra emenda para o Ministério do Turismo, a fim de que seja construída uma praça naquela cidade.

Sr. Presidente, nessa minha visita pude constatar que a estrada de Marajá do Sena tem apenas 23 quilômetros. Essa estrada teve início em 2013. Eu lá estive quando fui Secretário de Estado no Governo da Roseana. Nós iniciamos a construção, e dessa obra só foram feitos 6 quilômetros. O Governador atual está há 3 anos e 6 meses e o dinheiro que é do BNDES ficou na conta. Até agora, infelizmente, essa estrada não foi concluída. A cidade é pequena, tem pouco mais de 8 mil habitantes, mas há maranhenses que moram lá e merecem dignidade e respeito do Governo do Estado.



Espero que o Governador ainda conclua a obra antes das eleições, porque, caso ele não conclua, não terá votos, não haverá um eleitor para contar a história de que votou nele. Então, é bom que o Governador preste atenção e conclua esses 15 quilômetros, porque o dinheiro está na conta. Não acredito que esse dinheiro tenha sido desviado.

Sr. Presidente, quero também, com muita tristeza, lamentar a morte, ocorrida hoje, ao meio-dia, do ex-Prefeito Avelar Sampaio, da cidade do Barra do Corda. Ele foi um excelente Prefeito, que me ajudou na minha eleição. Estou aqui graças ao apoio que ele me deu. O filho dele atualmente é o Vice-Prefeito de Barra do Corda, o Leandro Sampaio. Realmente, fiquei muito triste com a notícia do falecimento do Avelar Sampaio.

Manifesto a minha tristeza e meus pêsames à família enlutada e também aos amigos do Avelar, que foi um grande Prefeito e que poderia ainda voltar à Prefeitura. Ele tinha muita saúde. Para mim essa notícia foi uma surpresa. Ele nasceu em Pernambuco, foi para o Maranhão onde fez história. Era um pernambucano arretado e porreta que muito ajudou no desenvolvimento da cidade de Marajá do Sena.

Sr. Presidente, por fim, quero solicitar aos Deputados e Deputadas atenção especial no que diz respeito ao PLP nº 137, de 2015, que regulamenta o art. 18, § 4º, da nossa Constituição Federal.

A Rede Globo está equivocada em relação a esse PLP. Esse PLP não vai criar 300 Municípios, e, sim, regras para fusão, incorporação, criação e desmembramento de Municípios. Ao votar esse PLP, estamos fazendo o que estabelece a Constituição Federal. Nós temos que fazer uma lei complementar. É simples, é apenas isso. Eu queria inclusive participar de um debate com alguém da



---

Rede Globo ou com esse estúdio que a Globo botou lá e que não conhece nada de economia do nosso País.

Peço a V.Exa. que o meu discurso seja divulgado nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Defiro o seu pedido. Peço que seja dada publicidade do seu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.



**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Deputado Wilson Filho.

**O SR. WILSON FILHO** (Bloco/PTB-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, no dia de hoje, neste 10 julho de 2018, eu gostaria de parabenizar uma das cidades mais importantes do sertão da Paraíba e de todo o Estado: a cidade de Sousa, a cidade do sorriso, a cidade dos dinossauros, detém muitas coisas boas, dentre elas o segundo parque paleontológico mais completo do mundo.

Muita gente não conhece a Paraíba, não conhece o Sertão paraibano, mas lá temos um turismo diferenciado, e a cidade de Sousa caminha a passos largos para que possa haver dias melhores a cada momento.

Quero parabenizar o Prefeito Tyrone e parabenizar todos da cidade.

Peço, por gentileza, Sr. Presidente, mais 30 segundos, apenas para dizer que durante esse 1 ano e meio como Deputado Federal, representando a cidade de Sousa, nós conseguimos para a gestão municipal 1 milhão de reais, para asfaltar várias ruas da cidade; 2 milhões e 100 mil reais para ajudar a custear a saúde, para manter as portas da UPA abertas para ajudar as pessoas; duas novas ambulâncias, mais de 120 mil reais para equipar a policlínica da cidade, quase 2 milhões de reais para a construção de uma nova creche, e, agora, mais de 1 milhão e 300 mil reais estão sendo cadastrados para a compra de vários tratores.

Ajudamos o Hospital Regional de Sousa, ajudamos o centro de reabilitação da cidade, construímos duas quadras para duas escolas estaduais e ainda estamos trabalhando junto ao Ministério da Educação, no tocante ao bom andamento da construção da escola técnica. Tudo isso em um 1 ano e meio. Foi um trabalho feito



---

ao lado da Prefeitura Municipal de Sousa, do Prefeito Tyrone e de toda a sua equipe.

Parabéns, Sousa, pelos 164 anos!

Muito obrigado, Sr. Presidente.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Deputado Valtenir Pereira.

**O SR. VALTENIR PEREIRA** (MDB-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, eu quero aqui registrar um grande equívoco da Confederação Nacional dos Municípios.

A Confederação Nacional dos Municípios está orientando os Prefeitos a entrarem em contato com os Parlamentares para não aprovarem a Medida Provisória nº 827, de 2018, que trata dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, alegando que vai aumentar as despesas para as Prefeituras. Isso é mentira! Hoje o Governo Federal, que já repassa 1.014 reais para as Prefeituras pagarem os salários dos agentes, na medida provisória vai para 1.250 reais, depois para 1.400 reais e depois para 1.550 reais. Todos esses valores quem vai bancar é o Governo Federal.

Então, é uma grande mentira da Confederação Nacional dos Municípios que, em vez de prestar um serviço para os Municípios, está prestando um desserviço, porque está usando a mentira para atrapalhar a vida dos Prefeitos do Brasil.

Esse o registro que faço. Sr. Presidente, peço a V.Exa. que o pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Defiro o pedido de V.Exa.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Deputado Afonso Motta.

**O SR. AFONSO MOTTA** (PDT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar que se realiza aqui em Brasília a Expotchê, uma feira de comercialização de produtos, de valorização da cultura gaúcha e do Rio Grande do Sul. Está aqui conosco na Expotchê nossa companheira Maria Ivone Serpa, junto com a artista Cadica Borghetti, que vem abrilhantar esse evento e valorizar a cultura do Rio Grande do Sul. Ela, como educadora, tem uma grande participação neste momento e vem visitar a Câmara Federal.

Também quero saudar o Prefeito de São Lourenço. Tenho certeza de que o Deputado Pompeo de Mattos, em nosso nome, em nome do PDT, vai saber valorizar o nosso Prefeito.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que registre nos meios de comunicação da Casa e no *programa A Voz do Brasil* a importância desse evento.





**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Contando com a generosidade do Deputado Daniel, porque há aqui lideranças locais, eu concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos, para registrar a presença do Prefeito.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. e quero dizer que estou aqui, juntamente com o nosso Prefeito Rudinei Harter, lá da nossa querida São Lourenço do Sul, região sul do Estado. Ele veio visitar este Parlamentar e o Deputado Afonso Motta.

Nós temos um compromisso com São Lourenço, com Pelotas, com a zona sul do Estado.

Rudinei é um grande Prefeito, é advogado, foi Vereador, é Presidente da Associação dos Municípios da Zona Sul — são 23 Municípios daquela região. E nós estamos aqui na luta pelo hospital-escola da Universidade Federal de Pelotas 100% SUS. Essa é uma bandeira que o Prefeito Rudinei vem defendendo. E nós vamos instalar a Frente Parlamentar. Tenho a honra de presidir a Frente Parlamentar aqui em Brasília, e o Vereador Marcus Cunha, lá em Pelotas. E vamos lutar pelo nosso hospital lá em Pelotas 100% SUS.

Obrigado, Rudinei.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Deputado Giovani Feltes, para registro da presença dos Vereadores.

**O SR. GIOVANI FELTES** (MDB-RS. Sem revisão do orador.) - Agradeço, Sr. Presidente, a generosidade de V.Exa. e do colega Deputado que ocupa a tribuna e está escalado e inscrito para falar.

Gostaria de registrar a presença de duas lideranças de Nova Prata, na Região Serrana do meu Estado, o Rio Grande do Sul, o Vereador Gilmar e o Vereador Altir, que estão aqui para encaminhar demandas da comunidade e, em especial, do Hospital São João Batista, lá daquela cidade, que atende a região.

Estivemos em uma audiência no Ministério da Saúde exatamente para tratar desse assunto.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Com a palavra o Deputado Daniel Almeida.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB-BA. Pela ordem. Com revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a sociedade brasileira acompanhou com perplexidade, no último domingo, a verdadeira orgia jurídica em que se transformou o episódio envolvendo o ex-Presidente Lula.

Se alguém tinha alguma dúvida sobre o comportamento do Juiz Sergio Moro, hoje não terá nenhuma razão para manter essa dúvida. O Juiz Sergio Moro se comporta como acusador, julgador e carcereiro do Presidente Lula, com um único objetivo: motivação política. Foi o desespero de alguém que se encontrava de férias para não permitir que Lula, cumprindo uma decisão judicial que não podia ser questionada, de forma absolutamente legítima, de forma a cumprir aquilo que preceitua os regimentos do Poder Judiciário, tivesse o direito de estar livre, mesmo que fosse por algumas horas, por alguns dias.

O Juiz Sergio Moro, aqueles que se motivam, por razões políticas, para impedir que Lula concorra à Presidência da República entraram em pânico.

Neste episódio fica claro que há uma motivação política, que se tem como objetivo retirar a possibilidade de o Presidente Lula concorrer à eleição, sequer de se apresentar como pré-candidato, colocando suas opiniões, suas ideias, se apresentando ao povo brasileiro, já que ele se encontra com direitos políticos que não lhe foram retirados. Portanto, Sr. Presidente, nós queríamos aqui manifestar o nosso apoio, a nossa solidariedade ao Presidente Lula.

A nossa preocupação é com a violação da institucionalidade do processo democrático, com a ação que agride a tradição do próprio Poder Judiciário. O Poder



Judiciário sai diminuído, o processo político brasileiro sai maculado, e o povo do nosso País sai com a certeza de que o Presidente Lula será o próximo Presidente do Brasil, o que é a vontade democrática dos brasileiros, e é disso que eles têm medo.

Portanto, fica aqui o nosso apoio ao Presidente Lula, nossa defesa da democracia e nossa condenação à utilização política de setores do Poder Judiciário. O Moro hoje está desmascarado.

Eu ouvi algumas colocações aqui sobre a vinculação política do desembargador no passado. Eu não vi ninguém levantar a voz sobre a vinculação política do passado de tantos outros que estão no STF e que julgam hoje — e eu vejo aqui muitos aplaudindo posições desses. Portanto, nenhuma razão pode ser levantada para justificar, como eu disse no início, essa verdadeira orgia jurídica em que se transformou esse episódio envolvendo setores do Poder Judiciário. Nossa condenação a isso.



**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o Deputado Danilo Forte, do PSDB do Ceará.

**O SR. DANILO FORTE** (PSDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados — uma saudação especial à ex-Deputada Moema São Thiago, do Estado do Ceará —, essa lambança de domingo nada mais reflete do que o momento institucional que o Brasil está vivendo.

Isso é um reflexo, inclusive, do descrédito da política e dos políticos. Isso é a desarrumação da sociedade brasileira, criada dentro de um ambiente de luta permissiva, no que diz respeito à implantação do ódio, do sentimento de disputa de nós contra eles, o que, na realidade, não cria um ambiente de pacificação, não cria sequer uma harmonização para se dar ao Poder Judiciário o direito de exercer o seu papel de harmonizar a sociedade, de encontrar uma convivência social harmônica, em que todos os segmentos da sociedade possam confiar no Poder Judiciário, ter a segurança de que o Estado existe para defender direitos, indiferentemente de quem quer que seja o protagonista, de quem quer que seja o acionado.

Graças a Deus, esse momento de confusão foi vivido num domingo. Se isso tivesse ocorrido num dia de semana, teríamos tido reflexos, inclusive com muita força, na economia, o que teria gerado alta no dólar, queda na bolsa, perda de investimento, desemprego, em função do volume de informações que dali saiu, devido à gravidade do fato.

Mas a realidade fática é a seguinte: o Brasil precisa se rearrumar. Nós precisamos nos rearrumar na política; precisamos encontrar uma centralidade para diminuir essa polarização nociva que não reflete o desejo da sociedade de buscar a construção de uma plataforma de desenvolvimento econômico e social; precisamos



nos rearrumar na Justiça, no que diz respeito a termos uma uniformidade processual diante da formalidade necessária.

E temos lutado para garantir a conclusão da votação do novo Código de Processo Penal. Temos nos esforçado para dar ao País uma estabilidade jurídica, no que diz respeito às leis criminais, para que não se crie uma informalidade nem uma justiça seletiva, como é o caso daqueles que têm uma boa mídia, bons advogados ou um juiz plantonista que absolva o entendimento daquilo que o advogado quer, para se resolver uma questão pontual.

Quantos brasileiros comuns não estão aí vagando, sejam presos desprezados dentro dos presídios, sejam soltos de forma equivocada, como ocorre no meu Estado do Ceará? Lá cinco desembargadores foram afastados do tribunal porque vendiam *habeas corpus* nos plantões. Talvez a única diferença dessa pixotada de domingo tenha sido a forma de convencimento, mas, muitas vezes, é a insubordinação. Não pode, de forma alguma, em nenhuma instância do Direito, uma decisão monocrática passar por cima de uma decisão coletiva do mesmo colegiado. Isto fica muito claro no nosso novo Código de Processo Penal: a necessidade da hierarquia dos poderes dentro do próprio processo. Esse avanço precisa ser dado.

Então, esta Casa, saindo da disputa político-eleitoral, tem que partir para a resolução dos fatos e dar à sociedade uma resposta. E a resposta mais imediata que nós podemos dar é a conclusão da votação do novo Código de Processo Penal, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Vamos divulgar o seu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.



---

*Durante o discurso do Sr. Danilo Forte, o Sr. Pedro Uczai, 3º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Delegado Edson Moreira, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*



**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Tem a palavra o Deputado Pedro Uczai. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

**O SR. PEDRO UCZAI** (PT-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, o que me traz a esta tribuna é a boa notícia que construímos ao lado da luta municipalista. Está aqui o Deputado Danilo Forte, que presidiu a Comissão Especial em 2014, e eu tive a honra de coordenar, em nome da Presidenta Dilma Rousseff, a negociação de 1% extra do FPM destinado aos Municípios brasileiros.

Da semana passada até ontem, os Municípios receberam 4,1 bilhões de reais. Entre eles, Santa Catarina, meu Estado, recebeu 228 milhões e minha querida cidade de Chapecó, algo em torno de 2,3 milhões de reais.

Deputado Danilo Forte, V.Exa. foi Presidente da Comissão Especial na qual foi aprovado o 1% do FPM, que representou uma luta importante, necessária e estratégica. Já tínhamos 1% no mês de dezembro, e o Deputado Danilo Forte propôs uma PEC para mais 1% para o mês de março e 1% para julho. Nesta semana, todas as Prefeituras do País receberam, como já vinham recebendo desde dezembro, 1% a mais, ou seja, um extra.

Nós temos outra luta necessária na luta municipalista: a do Imposto Sobre Serviços — ISS. Já votamos nesta Casa, mas o Presidente Michel Temer vetou, e nós derrubamos o veto. Nós construímos em forma de lei, mas, infelizmente, o Ministro Alexandre de Moraes, capacho dos banqueiros, deu uma liminar aos banqueiros. Foi a FEBRABAN que entrou na Justiça, não foi o Município de Barueri nem de Osasco — a FEBRABAN é que entrou na Justiça.

Agora, estamos no plenário, em regime de urgência, com a possibilidade de votar o PLP 461, que poderá destinar — se o votarmos ainda neste ano — mais 6





bilhões de reais para os Municípios brasileiros, 228 milhões para Santa Catarina e 8,2 milhões de reais para Chapecó, minha terra.

Esta luta municipalista é fundamental para descentralizar o dinheiro público em transferência direta e promover os programas sociais na área da saúde, educação, infraestrutura, construção de estradas, bem como o desenvolvimento local dos Municípios brasileiros.

Espero que este Plenário vote o PLP 461. Quando comemoramos nesta semana 1% do FPM a mais, 4,1 bilhões para todos os Municípios brasileiros, 162 milhões para Santa Catarina e 2,3 milhões para Chapecó, não há outra alegria para este Parlamentar, bem como para o Deputado Danilo Forte, aqui presente, que presidiu com maestria a construção do acordo com o Governo Federal, senão comemorar a aprovação destes recursos para os Municípios brasileiros.

Muito obrigado.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (Bloco/PP-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Delegado Edson Moreira, ontem São Paulo comemorou o aniversário da Revolução Constitucional de 1932, o Nove de Julho, com a importante presença do Governador, do Presidente do Tribunal de Justiça, do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, entre outras autoridades. Depois do grande desfile que aconteceu, fomos todos ao Regimento de Cavalaria 9 de Julho para mostrar a força de São Paulo.

Foi da luta de 1932 que nasceu a Constituinte de 1937 e, sem dúvida nenhuma, o espírito dos paulistas está eternizado.

Quero cumprimentar desta tribuna o Coronel Sales, Comandante-Geral da Polícia Militar de São Paulo, organizador do grande desfile, que contou com o apoio e a participação do Exército, bem como do Comando Militar do Sudeste e do Comandante da Marinha. Foi um grande evento!

Parabéns, Nove de Julho de 1932!



---

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nesta tarde vamos instalar e inaugurar a Frente Parlamentar em Defesa da Construção do Hospital Regional de Pelotas, que é 100% SUS, na Zona Sul do Rio Grande do Sul, ligado à nossa Universidade Federal de Pelotas.

Eu tenho a honra de presidir esta Frente Parlamentar, que conta com a assinatura de mais de 200 Congressistas, entre Deputados e Senadores. Além disso, ela está replicada numa Frente Parlamentar na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e numa Frente Parlamentar na Câmara Municipal de Vereadores de Pelotas, presidida pelo Vereador Marcus Cunha.

Trata-se de uma luta e de um esforço coletivo da sociedade civil organizada e das forças políticas. A Associação dos Prefeitos da Zona Sul, presidida pelo Prefeito Rudinei Harter, da nossa querida São Lourenço do Sul, também está imbuída do mesmo propósito.

A direção, a reitoria, os professores, os gestores e os administradores da nossa Universidade Federal de Pelotas, além dos médicos, Secretários Municipais de Saúde da região e do pessoal ligado à saúde, todos estão imbuídos deste propósito, para que possamos fazer desta obra algo de grande magnitude e repercussão, para atender às demandas de alta complexidade, no que diz respeito à saúde na Zona Sul do Rio Grande do Sul.

Trata-se de três módulos. O terceiro módulo está em franco andamento. Para a sua conclusão, são necessários 7 milhões. Nós vamos trabalhar para que cada



---

Parlamentar da bancada federal gaúcha possa disponibilizar no mínimo 200 mil reais, algo próximo de 7 milhões, numerário necessário para construir o terceiro módulo.

O primeiro e o segundo módulos necessitam de valores mais expressivos, podendo chegar a 200 milhões. Para isso, é preciso uma emenda de bancada. Este trabalho e esforço cabem à Frente Parlamentar do Hospital Regional de Pelotas — 100% SUS —, da nossa Universidade Federal.

Eu tenho esta responsabilidade.

Junto com meus colegas Deputados Federais e Senadores da bancada gaúcha, estamos imbuídos de todos os esforços, esforços coletivos, para que possamos buscar recursos e fazer esta que é uma obra magnífica. Os profissionais já estão disponíveis na Universidade Federal de Pelotas.

Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Concedo a palavra à Sra. Deputada Soraya Santos, para uma Comunicação de Liderança, pela Coordenação da Bancada Feminina. S.Exa. dispõe de 5 minutos.

**A SRA. SORAYA SANTOS** (PR-RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Sr. Presidente Delegado Edson Moreira.

Subo novamente a esta tribuna para chamar a atenção sobre um assunto importante. No dia de hoje, o jornal *O Globo* traz reportagem acerca de levantamento feito pelo Tribunal Superior Eleitoral, que aponta que, na última eleição, houve 14.417 mulheres candidatas a vereadora com zero voto. Isso é um assunto seriíssimo, tendo em vista que estamos prestes a iniciar o processo eleitoral. Este é um assunto seriíssimo, principalmente quando observamos que a sociedade brasileira é composta por 51,7% de mulheres e, mesmo assim, não conseguimos ter 10% de representação feminina em cada Estado. Pelo contrário: em cinco Estados brasileiros, nem sequer uma candidata a Deputada Federal chegou a esta Casa.

Nós temos mais de 1.900 Municípios no Brasil em que nem sequer há uma vereadora mulher. Como fazer política e representar a sociedade se existe uma parede invisível que impede as mulheres de chegar a esta Casa?

Não é verdade que as mulheres não gostam de política! Acontece que as mulheres têm sido usadas para compor uma nominata obrigatória de 30%. É por isso que precisamos conclamar todos os homens e todas as mulheres deste País a observar as candidaturas femininas. Nós temos que virar este jogo.

Neste ano, o Tribunal Superior Eleitoral determinou que, se temos, no mínimo, 30% de mulheres para disputar, deverão ser aplicados os recursos. E nós



precisamos estar atentos a essas dobradas. Uma mulher pode ter uma dobrada com um Deputado Estadual. O que não pode acontecer é a ausência de voto, e o Deputado Estadual receber voto no mesmo Município. Isso representa fraude!

Tendo em vista que é falsidade ideológica o uso de mulher como “laranja”, precisamos conclamar a sociedade brasileira para estar atenta ao processo eleitoral que se aproxima, virar o jogo e trazer mais mulheres para o Parlamento, para que possamos avançar em temas que nos são muito caros, como a violência doméstica, que mata muitas mulheres a cada dia no Brasil.

Por isso, não é possível a ausência de mulheres. Precisamos ter a representação de mulheres de todos os Estados neste Parlamento, Deputada Jô Moraes. Cada uma de nós precisa estar atenta, porque as mulheres agem de forma suprapartidária em seus partidos, criando um verdadeiro exército, para que não aconteçam situações como a do vereador no Piauí que foi o mais votado na cidade, mas teve o mandato cassado porque tinha a própria mãe com apenas um voto.

O vereador teve o mandato cassado, perdeu em segunda instância e, em setembro, o Tribunal Superior Eleitoral vai decidir o caso.

Sr. Presidente, aproveito para fazer um agradecimento ao Tribunal Superior Eleitoral, que proclamou uma decisão histórica quando decidiu pela obrigação e inclusão de recursos para as campanhas femininas. Com isso, esperamos que, em setembro, o Tribunal Superior Eleitoral também tome uma decisão histórica: quando houver alguma candidatura ou resultado de nominata com mulheres como “laranjas”, que a nominata caia por terra.

Este é o primeiro caso de vereador entre os mais de 70 vereadores que tiveram as candidaturas impugnadas por uso de mulheres como laranja.



É isso que esperam a bancada feminina e as mulheres do Brasil, que não aguentam mais ter esta burca invisível que nos impede de avançar.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que sejam divulgadas pelo programa *A Voz do Brasil* estas palavras que eu encaminho como Coordenadora da Bancada Feminina.

Muito obrigada.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Concedo a palavra ao Deputado Chico Lopes. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

**O SR. CHICO LOPES** (PCdoB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero parabenizar não apenas a Associação Cearense de Imprensa — ACI, que comemorou ontem 93 anos, mas também os jornalistas e empregados da empresa, que foram homenageados em sessão solene promovida pela Assembleia Legislativa do Ceará.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que nossas congratulações à ACI e à sua direção sejam divulgadas pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - O pedido de V.Exa. será deferido, Deputado.





**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Concedo a palavra ao Deputado Bohn Gass. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

**O SR. BOHN GASS** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero chamar a atenção para a pesquisa Medo do Desemprego. Trata-se do Índice de Medo do Desemprego — IMD. Desde 1996, não tínhamos um índice tão alto. Hoje o índice chega a 67,9%. É o maior índice de medo do desemprego. Nos tempos de Fernando Henrique Cardoso, segundo o Banco Central, observavam-se mudanças na qualidade do emprego, com crescente terceirização e aumento da informalidade.

Com a aprovação da reforma trabalhista, esta tragédia só piorou.

Por isso, temos que lutar dia e noite contra esta reforma, já que ela está gerando um grande impacto para a população. Nunca o índice de medo do desemprego esteve tão alto, e a culpa é do Governo golpista do MDB.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para quem não sabe, há um cálculo que mede o índice de medo do desemprego no País. Trata-se do IMD — Índice de Medo do Desemprego. Em junho, este índice bateu o recorde: chegou a 67,9. É o maior valor, desde 1996. É interessante que tenha chegado aos padrões da época em que o Brasil era governado pelos tucanos.

Em 1996, em pleno Governo FHC, o boletim do Banco Central dizia: *“Observaram-se mudanças na qualidade do emprego, com crescente terceirização e aumento da informalidade”*.

É a história se repetindo, como uma tragédia.



Da mesma forma que em 1996, agora em 2018 as pessoas estão apavoradas com a ideia de perder o emprego.

Por que aumentou a terceirização e aumentou a informalidade? Vinte e dois anos depois, com o Brasil praticando, de novo, a mesma política econômica neoliberal dos tucanos, o resultado é o pavor para o povo brasileiro, além do medo e da insegurança.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Concedo a palavra ao Deputado Pedro Uczai.

**O SR. PEDRO UCZAI** (PT-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero dar publicidade ao convênio assinado entre o Ministério da Saúde e o Hospital Santa Terezinha de Joaçaba, publicado no *Diário Oficial*, da última sexta-feira, contemplado com nossa emenda individual de 4 milhões de reais. Esses recursos serão destinados para fortalecer o curso de Medicina da UNOESC e equipar o Hospital Santa Terezinha para atender à população de Joaçaba, além de 55 Municípios do entorno.

Quero comemorar junto com Joaçaba, com a região e com o Hospital Santa Terezinha a assinatura do convênio, por meio da maior emenda individual deste Parlamentar, nesta legislatura, a fim de que o setor de saúde seja prioridade para o nosso povo.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que autorize a divulgação do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Deferido.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Concedo a palavra ao Deputado Antonio Brito.

**O SR. ANTONIO BRITO** (PSD-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu queria fazer um registro importante. Quero solicitar ao Presidente desta Casa, Rodrigo Maia, que coloque em pauta a Medida Provisória nº 827, de 2018, de cuja Comissão Mista fui membro.

Agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias da Bahia e do Brasil inteiro estão nesta Casa, como a Hilda, a Valda e a Maria Aragão, que está ao meu lado e me estimulou a entrar nesta causa por Ribeira do Pombal e região.

Portanto, apelo para V.Exa., Sr. Presidente dos trabalhos, e para o Presidente Rodrigo Maia, a fim de que se coloque em pauta hoje essa medida provisória tão importante para o destino dessa categoria no País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Tem a palavra o Deputado Paulão.

**O SR. PAULÃO** (PT-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, eu quero ser solidário aos agentes comunitários de saúde e aos agentes de combate a endemias, no que se refere à Medida Provisória nº 827, de 2018. Fernando Cândido, Presidente da Federação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes Comunitários de Saúde, está nesta Casa, com um grupo de trabalhadores, para pedir que seja cumprido o compromisso do Presidente Rodrigo Maia de colocar na pauta essa matéria, como ficou acordado na semana passada, para que seja votada.

Segundo, quero tratar da questão referente a distribuidoras do setor elétrico. Nós vamos discutir os destaques. O mérito da questão foi debatido, mas os destaques ainda serão discutidos. Espero, já que a bancada do Governo ofereceu na bacia das almas o setor elétrico — duas distribuidoras no Nordeste e quatro na Região Amazônica —, que consigamos, pelo menos para atenuar a situação, aprovar as emendas que foram discutidas nesta Casa. Eu tive a sorte, a honra de apresentar quatro emendas referentes a esse processo gradativo.

Espero que também consigamos, Deputado Solla, apresentar essa alternativa, para que as distribuidoras não sejam oferecidas na bacia das almas.

Por fim, Sr. Presidente, digo que a máscara, de novo, caiu. A sociedade, o pacato cidadão que tem ilusão relativamente ao Poder Judiciário compreendeu que o Judiciário tem lado. Tinha há muito tempo, mas a maioria da população não compreendia isso. Há 9 meses, pesquisa de opinião indicou que 59% do povo



brasileiro manifestava-se favoravelmente ao Poder Judiciário, e hoje indica que 9% apenas se manifestam dessa forma.

Nesta Casa, alguns questionaram aquela decisão do Desembargador plantonista. Eu quero me referir ao Ministro Gilson Dipp, que foi Vice-Presidente do STJ, Corregedor do Conselho Nacional de Justiça — CNJ. Ele disse que foi normal a decisão do Desembargador plantonista. Anormal foi a postura de Moro, que estava de férias, e interferiu no caso, não respeitou a decisão do Desembargador. A Polícia Federal ficou de cócoras, apequenou-se, não teve a altivez de discutir essa situação. E o que está em jogo é o Estado Democrático de Direito.

Nesta Casa pode haver discussão quanto a se votar em Lula ou a não se votar em Lula. Agora, o que não podemos fazer é rasgar a Constituição, que diz que o Estado Democrático de Direito, o contraditório, a ampla defesa e a titularidade do Poder Judiciário têm que ser respeitados. O que está em jogo é a democracia. Temos que compreender isso. Esta Casa tem o dever de fazer essa defesa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

*Durante o discurso do Sr. Paulão, o Sr. Delegado Edson Moreira, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário.*



---

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Eu gostaria de registrar a presença aqui de dois amigos. Estou aqui com o Doutor Pinheiro, que é juiz de direito, foi policial militar, promotor. Ele se filiou ao PSL e é pré-candidato a Deputado Federal.

Muito obrigado, Doutor Pinheiro, pelo serviços prestados ao Estado do Espírito Santo.

Está presente aqui também o Coronel Foresti, que se filiou igualmente ao PSL e é nosso pré-candidato a Governador do Estado do Espírito Santo.

Eu lhes agradeço a visita. Daqui a pouco, vamos conversar com a direção nacional do partido.

Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Jorge Solla, que dispõe de 1 minuto.

**O SR. JORGE SOLLÁ** (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, toda vez que há votação importante nesta Casa, nós vemos a discriminação que a Presidência faz em relação a interlocutores. Quando a matéria é de interesse de empresários, eles entram neste plenário, seus lobistas, seus representantes ficam arregimentando votos aqui, e ninguém diz nada. Agora, quando a matéria é de interesse de trabalhador, ele é barrado!

É um absurdo o que estão fazendo com os agentes comunitários de saúde e com os agentes de combate a endemias. Suas lideranças vieram do Brasil inteiro, Sr. Presidente, para acompanhar a votação. Estão aqui de forma organizada, militante, e estão proibidos de entrar neste plenário pela direção da Casa.

Eu queria fazer um apelo, porque isso não é justo, não é legal, não é legítimo. Eu sei que, depois do golpe, lei é coisa do passado. Rasga-se a lei todo dia no Brasil. Rasgaram-na para tirar uma Presidente, rasgaram-na para prender um ex-Presidente. Então, não vai ser a lei que vai garantir a entrada do povo brasileiro aqui, pois querem impedi-lo de entrar nesta Casa.

Sendo assim, eu nem vou apelar para a legislação. Vou apelar para o bom senso da Direção desta Casa, que sabe que são companheiros, são lideranças que sempre atuaram aqui de forma pacífica, organizada, ordeira, não vão tirar nenhum pedaço desta Casa. Muito pelo contrário, tê-los aqui vai representar a garantia de que ainda há algum pedaço de democracia neste Legislativo. Se eles continuarem barrados lá, do lado de fora, essa vai ser mais uma forma de desmascarar o estado de exceção que estamos vivendo. O estado de exceção que proíbe a soltura do





Presidente Lula, um preso político inocente, é o mesmo estado de exceção que barra a entrada de trabalhadores na Casa que deveria ser a Casa do Povo.

Portanto, Presidente, insisto na necessidade de abriremos estas galerias para a representação dos agentes comunitários de saúde, dos agentes de combate a endemias, a fim de que acompanhem a apreciação dessa medida provisória, que deve sim entrar em votação, que deve sim ser garantida, porque é uma reivindicação justa dos trabalhadores.

É claro que os golpistas querem cortar salário, querem cortar direitos dos trabalhadores, querem garantir o uso indiscriminado de agrotóxicos neste País, querem usurpar as riquezas do Brasil para entregar às multinacionais, querem impedir o reajuste salarial do funcionalismo, querem impedir a contratação de trabalhadores a partir do ano que vem, querem destruir o Estado de Direito, querem destruir o patrimônio público, querem destruir os direitos trabalhistas. Para conseguirem isso, foi dado o golpe, tiraram uma Presidente honesta e botaram em seu lugar uma quadrilha para usurpar o poder e dilapidar, destruir o patrimônio brasileiro.

Vou insistir, Sr. Presidente, vou fazer mais um apelo ao bom senso desta Casa: permita a entrada das lideranças dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate a endemias, que têm o legítimo direito de reivindicar seus direitos.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Deputado, eu só gostaria de dizer que V.Exa. falou por 3 minutos porque estava inscrito. Deixei então que não falasse por 1 minuto apenas.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Deley, por 1 minuto.

**O SR. DELEY** (Bloco/PTB-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Carlos Manato, o Governo Federal deve achar que nós temos cara de imbecis. Está aí a medida provisória que tira os recursos do esporte, das confederações, dos clubes. Está parado o esporte brasileiro. O próprio Governo diz que errou, mas continua faturando com as loterias.

Governo, nós não somos imbecis. Resolva o problema. Não tire de quem não tem dinheiro.

Outra questão, Sr. Presidente: falou-se muito na intervenção federal no Rio de Janeiro, principalmente porque o Governo não tinha desculpas para votar a reforma da Previdência Social. Ele usou a intervenção no Rio de Janeiro. Só que o dinheiro não chegou lá até hoje. Isso nos faz crer que a intervenção, infelizmente, parece mesmo ter sido uma questão política.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Obrigado, Deputado.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Alceu Moreira, por 1 minuto.

**O SR. ALCEU MOREIRA** (MDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma das questões de que esta Casa mais tem que se orgulhar, principalmente a vanguarda do progresso — a vanguarda do atraso se ofende com isto —, é a reforma da legislação trabalhista.

Ela modernizou a relação capital-trabalho, que hoje é muito mais leve, mais tranquila, e, principalmente, sepultou esse câncer que é o parasitismo sindical. Fazer o cidadão, lá numa ferraria, pagar para alguém da CUT botar fogo nos Ministérios, queimar ônibus, fazer baderna em todos os lugares? Sepultamos isso.

Pensamos que eles estavam no limite da patacoada, mas, não, dois Deputados desta Casa, de uma picaretagem vergonhosa, foram tentar soltar o chefe da “Larapiolândia”, o maior larápio que a história já construiu, num domingo, quando as pessoas estão descansando.

É muita cara de pau! Só falta cair cupim! Tomem vergonha!



---

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Sandro Alex.

**O SR. SANDRO ALEX** (PSD-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero comunicar que entreguei, na última semana, à Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa, equipamentos para compor essa unidade hospitalar que somam 7,7 milhões de reais. No setor de hemodiálise, são 20 novas máquinas alemãs que salvam centenas de vidas diariamente; nas UTIs, são equipamentos que mantêm o paciente vivo, inclusive na UTI neonatal, com um novo centro, para que os bebês possam sair com saúde do hospital. São investimentos na hemodinâmica nova, nos equipamentos de lavanderia, que compõem o quadro da Santa Casa. E vamos, sim, implantar o acelerador linear.

Sr. Presidente, peço a divulgação do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Deputada Janete, faltam dois Deputados. Depois V.Exa. fala por 3 minutos e faz um discurso mais tranquilo.

A senhora pode fazer isso? (*Pausa.*) Obrigado.

Com a palavra o Deputado Rocha, por 3 minutos.

**O SR. ROCHA** (PSDB-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero aqui, mais uma vez, reportar-me ao triste episódio que o Brasil acompanhou esse fim de semana.

Estou me reportando à tentativa de desmoralizar a Operação Lava-Jato. Nós já tivemos aqui uma relação de Parlamentares que fizeram um abaixo-assinado para tentar enterrar a Lava-Jato.

Agora, três Parlamentares do Partido dos Trabalhadores, mancomunados com um desembargador que exerceu cargos no Governo petista, que foi colaborador de campanha de um dos impetrantes desse malfadado *habeas corpus*, urdiram uma trama para colocar em liberdade aquele que foi condenado por corrupção e apontado como o chefe de uma organização criminosa que saqueou o Brasil.

Infelizmente, aqueles que tanto falaram do golpe tentaram aplicar um golpe no cidadão de bem, que paga impostos, que tem as contas em dia e que não aceita mais tanta impunidade e tanta corrupção.

Ainda bem que a tentativa naufragou, até porque ela foi fundada num argumento débil, num argumento frágil, o tal fato novo da candidatura do Lula, que já havia sido anunciada 6 meses atrás. Trouxeram como fato novo uma candidatura inexistente! Basta lembrar que o ex-Presidente Lula é ficha-suja, foi condenado em segundo grau.



Sr. Presidente, eu estou apresentando à Procuradoria-Geral da República e ao Conselho Nacional de Justiça duas representações pedindo a investigação desses fatos. Há muita suspeita sobre o que aconteceu. Há suspeita sobre se, de fato, os Parlamentares não fizeram a peça a quatro mãos, com o Judiciário. O que aconteceu? Foi tão célere esse processo! Queremos saber o porquê da escolha de um desembargador plantonista, que tem uma estreita ligação com o Partido dos Trabalhadores e que acatou, como eu disse, o argumento débil de um tal fato novo, que, na verdade, o Presidente do TRF4 jogou por terra quando disse que é inexistente.

Mais uma vez, eu repito: o ex-Presidente Lula não é candidato a nada! Ele é ficha-suja. Ele foi condenado por corrupção. E contra ele pesam mais oito processos, que certamente irão redundar em outras condenações com penas elevadas.

Agora, lamento que aqueles que tanto falaram de golpe tentaram aplicar um golpe, a favor da impunidade, a favor da corrupção, tentando colocar nas ruas alguém que foi condenado pela Operação Lava-Jato por corrupção e por ser chefe de uma quadrilha criminososa que saqueou o Brasil.

Presidente, peço a V.Exa. a divulgação do meu pronunciamento nos meios de comunicação desta Casa, em especial no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

*O Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodrigo Maia, Presidente.*



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Betinho Gomes.

**O SR. BETINHO GOMES** (PSDB-PE. Sem revisão do orador.) - Presidente, manifesto aqui a minha indignação com a Caixa Econômica Federal e com a Companhia Energética de Pernambuco — CELPE, duas empresas insensíveis e, neste momento, irresponsáveis. Romperam um convênio que permitia o pagamento das contas de energia dos pernambucanos nas casas lotéricas, causando o maior transtorno, principalmente para os consumidores de baixa renda.

Hoje eu recebi um vídeo que mostra a população do Bairro de Ponte dos Carvalhos, na minha cidade, Cabo de Santo Agostinho, enfrentando uma fila enorme, de 4 horas, para pagar sua conta de luz.

Infelizmente, as duas empresas não voltam a se entender. Nós discutimos isso numa audiência pública realizada pela Comissão de Defesa do Consumidor. O lucro cego que tanto a Caixa como a CELPE buscam ter faz com que não dialoguem para oferecer um serviço digno à população carente, de baixa renda, que quer pagar a sua conta de luz.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Raimundo Gomes de Matos, do PSDB do Ceará.

**O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS** (PSDB-CE. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, neste exato momento cerca de 300 mil colaboradores da saúde, que são os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate a endemias, aguardam ansiosamente a deliberação de V.Exa., para que nós possamos fazer a leitura da Medida Provisória nº 827, de 2018, haja vista que, na Comissão Mista, da qual eu tive a felicidade de ser o Presidente e o Senador Cássio Cunha Lima, Relator, houve o consenso de apresentar essa proposta.

Nós sabemos que há as Medidas Provisórias nºs 824, 825 e 826, mas V.Exa., que tão bem conduz os trabalhos nesta Casa, irá fazer com que nós possamos ter esse momento.

Também solicitamos, através da Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, aqui presente, coordenada em Maracanaú pela agente comunitária de saúde Ilda Angélica, que V.Exa. permita, como das vezes anteriores, que esses profissionais possam adentrar e participar da plenária, haja vista que sempre se comportaram dignamente, fazendo suas reivindicações, mas deixando esta Casa trabalhar.

Então, nosso pleito é justamente esse, em nome desses profissionais.

Muito obrigado.





**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Carlos Andrade.

**O SR. CARLOS ANDRADE** (PHS-RR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 9 de julho, última segunda-feira, a minha cidade natal, Boa Vista, Capital do Estado de Roraima, completou 128 anos de fundação.

Às margens do Rio Branco, Boa Vista começou a ser construída por portugueses, brasileiros, mestiços, índios e alguns negros vindos das índias ocidentais, o que formou um senso cultural muito forte de acolhimento entre a população. E podemos observar esse sentimento latente até os dias atuais.

Assim como Brasília, Boa Vista também foi planejada com o objetivo de manter a cidade ordenada e oferecer mais qualidade de vida para a população.

Eu, pessoalmente, guardo boas memórias de Boa Vista. Foi nessa cidade que comecei a minha família, formei uma grande rede de amigos e iniciei minha trajetória profissional como técnico da Boa Vista Energia, até alcançar a Presidência da companhia.

E hoje, para mim, é uma grande honra estar aqui na Câmara dos Deputados, representando o povo de Roraima, em especial o de Boa Vista, trabalhando pelo bem-estar da população e retribuindo tudo aquilo que a cidade me proporcionou.

Sr. Presidente, não sei se V.Exa. sabe, mas Boa Vista é a cidade mais distante de Brasília. Ela pode estar até longe fisicamente, mas com toda a certeza mora nos nossos corações.

Parabéns a toda a população de Roraima! Parabéns a Boa Vista! Que Deus reserve grandes alegrias para a cidade!

Muito obrigado, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra a Deputada Janete Capiberibe, por 3 minutos.

**A SRA. JANETE CAPIBERIBE** (PSB-AP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. e Sras. Parlamentares, nós queremos, com este discurso, fazer o registro dos 9 anos de promulgação da Lei nº 11.970, de 2009, de nossa autoria, que previne e combate os acidentes por escarpelamento na região ribeirinha da Amazônia, em especial na foz do Rio Amazonas, nos Estados do Amapá e Pará, no Arquipélago do Marajó.

Houve a aprovação dessa lei. O debate ocorreu. Primordial para o seu sucesso foram a criação de um programa que o Governo Federal desenvolveu, sediado no Gabinete do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e as amazônidas ribeirinhas que fazem parte da Associação das Mulheres Ribeirinhas e Vítimas de Escarpelamento da Amazônia.

Nós alcançamos a vitória e reduzimos em até 75% o número desse acidente terrível que marca a vida dessas mulheres para sempre e que podem ocorrer quando elas são ainda crianças ou jovens, mas também adultas ou idosas. Essa redução, além do fato de não ter ocorrido nenhum acidente de 2009 até agora, é uma grande vitória, em especial da mobilização da AMRVEA, que merece nossos parabéns.

Sr. Presidente, peço a divulgação desta minha fala pelo programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação desta Casa, devido à importância para a Amazônia e para as amazônidas.

Muito obrigada.



---

**PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dia 6, a Lei de Prevenção ao Escalpelamento completou 9 anos, e reduziu em 75% o número de acidentes com escalpelamento na foz do Rio Amazonas, que acontecem quando o cabelo comprido enrosca no volante ou no eixo dos motores adaptados aos barcos e arranca violentamente o couro cabeludo.

No Amapá, são 2 centenas de mulheres e meninas acidentadas. Com a Lei nº 11.970, de 2009, houve anos sem nenhum acidente registrado. Elas saíram da invisibilidade, participaram politicamente, ganharam apoio e passaram a ser respeitadas e a exigir políticas públicas.

Com a lei, a cobertura no volante e no eixo dos motores adaptados aos barcos da Amazônia tornou-se obrigatória. Numa ação com a Defensoria Pública da União, a Marinha do Brasil recebeu apoio do BASA para instalar gratuitamente as coberturas, sem custo para o ribeirinho.

As mulheres acidentadas, organizadas em associação, no Amapá, fizeram e ainda fazem campanhas de prevenção pelos rios, igarapés, paranás e furos do Amazonas.

No governo do PSB, do Governador Camilo, o Amapá realizou mutirões de cirurgias plásticas reparadoras. O Governo pagou todos os custos da ação feita com médicos voluntários da Sociedade Brasileira de Cirurgias Plásticas e Defensoria Pública da União para atender 64 pacientes. Quem precisava recebeu passagem, acompanhamento de equipe multidisciplinar, hospedagem em hotel e bolsa de meio salário mínimo mensal para se dedicarem ao tratamento delicado.



---

Tiveram a solidariedade do Brasil e da América Latina. Servidores da EBC, trabalhadoras da Via Campesina, mulheres e homens anônimos mandaram cabelos e máquinas de costura. Elas mesmas aprenderam a fazer as perucas com cabelo humano, distribuídas gratuitamente às vítimas. Recuperaram a autoestima e a cidadania.

Agora, além da prevenção, estamos empenhadas para que as cirurgias reparadoras sejam feitas pelo SUS. O projeto espera ser aprovado pela Comissão de Seguridade Social e Família para ir para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e para o Senado Federal.

Agradeço a todas e a todos os envolvidos nessa caminhada que fizeram ouvir sua voz. Pediram a lei e a atenção do Poder Público Estado.

Parabéns a essas mulheres.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Delegado Edson Moreira.

**O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA** (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como já falei, um ônibus foi incendiado, mais uma vez, na cidade de Belo Horizonte.

Uma mulher grávida e com um filho no colo não pôde usar a linha de ônibus de madrugada, porque, após serem incendiados ônibus lá em Belo Horizonte, o que causa grande prejuízo às empresas, as mesmas tiraram os ônibus de circulação, e a população ficou ao léu, aterrorizada pelos incêndios constantes.

Houve também a explosão de caixas eletrônicos em Pernambuco, em Alagoas, em Minas Gerais e em outros Estados, o que quer dizer que o terrorismo está penetrando em todo o País, coordenado pelas facções criminosas, principalmente o PCC, que já entrou forte no Rio de Janeiro. Essa organização começou no Estado de São Paulo e já estendeu suas raízes até outros países, como Paraguai e Venezuela.

Portanto, Sr. Presidente, como V.Exa. já disse, é importante que se vote o requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 5.065, de 2016.

Já mudando o giro da conversa, quero dizer que nós estivemos, na quinta-feira passada, em São João Evangelista, onde recebemos o título de cidadão honorário. Enviamos para aquela cidade algumas emendas, afora os trabalhos que lá prestamos como delegado de polícia e, agora, como Parlamentar. Enviamos também recursos para outras cidades, como Santa Luzia, Vespasiano, Município da Grande Belo Horizonte, Dionísio, Montes Claros e tantos outros.



---

Para cuidar da saúde, encaminhamos recursos ao Hospital Eduardo de Menezes, em Belo Horizonte, bem como ao Instituto Mário Penna. Esses hospitais cuidam de pacientes com câncer e também com doenças infectocontagiosas. O Hospital Eduardo de Menezes é um importante hospital nessa área. Também encaminhamos recursos para o Hospital da Polícia Civil de Belo Horizonte.

Gostaria que o meu discurso fosse divulgado pelo programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Felipe Maia.

**O SR. FELIPE MAIA** (DEM-RN. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero deixar registrada minha solidariedade ao povo da cidade de Touros, no litoral norte do Rio Grande do Norte, com algo em torno de 30 mil habitantes, que desde o último fim de semana tem sofrido com o grande volume de água na região. No último fim de semana, o Município decretou estado de emergência. Mais de 8 mil pessoas já foram atingidas direta ou indiretamente pela inundação, e várias famílias estão desalojados.

Segundo a Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte, o grande volume de água causou inundação nos bairros do Frei Damião, Conjunto Calcanhar, Portal de Touros e na comunidade da Praia do Cajueiro.

Eu quero deixar aqui a minha solidariedade e, na qualidade de coordenador da bancada do Rio Grande do Norte, quero dizer que nós já estamos pensando em formas de atender àquela população, que está sofrendo com o excesso de água.

Normalmente, o Nordeste é famoso pela seca, mas a água tem caído nos locais errados.

Também deixo registrada aqui a minha palavra no sentido de que a bancada federal do Rio Grande do Norte tem buscado formas de atender à população da cidade de Touros.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Wadih Damous, para uma Comunicação de Liderança, pelo PT.

**O SR. WADIH DAMOUS** (PT-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o episódio ocorrido no domingo, em razão da impetração de um *habeas corpus* — no caso em que eu sou advogado e um dos signatários como impetrante —, gerou um debate que tem sido presidido pela irracionalidade e pelo oportunismo político.

Eu peço aos meus pares nesta Casa que enfrentem essa questão de uma forma responsável, e não com paixão política ou oportunismo eleitoral.

O que aconteceu no domingo foi a subversão da hierarquia no âmbito do Poder Judiciário. Vamos esquecer se o Desembargador era filiado ao PT no passado e se combinou com os impetrantes a impetração do *habeas corpus*, até porque isso é mentira. Vamos esquecer isso. Vamos apenas nos ater à questão sobre se o Juiz Sergio Moro poderia se insubordinar contra a ordem judicial ou não. Um Juiz de primeira instância insuflando a desobediência a uma ordem judicial: essa é a questão.

Nesta Casa, temos Deputados de corporações policiais. Por exemplo, temos aqui Deputados da Polícia Militar. Eu peço a esses colegas que reflitam. Um oficial dá uma ordem a um soldado de hierarquia inferior, e o soldado simplesmente resolve descumprir, desobedecer à ordem!

Sras. e Srs. Deputados, o Poder Judiciário não é uma instituição militar, mas ele é hierarquizado, ele tem uma espécie de pirâmide, com a base de Juízes de primeiro grau. Temos Tribunais intermediários e as Cortes superiores. Ora, se a base do sistema simplesmente diz que não vai obedecer aos estamentos superiores,





aonde nós vamos parar? Se simplesmente um Juiz de primeiro grau diz que não vai obedecer a uma ordem judicial de um Desembargador, isso quebra a lógica do sistema. E se o sistema de Justiça vira anarquia, como de fato já virou aqui no Brasil, nós temos uma seriíssima ameaça à democracia, nós simplesmente desmantelamos as bases institucionais do Estado brasileiro. Isso é muito grave!

Eu peço às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que vejam essa questão com cuidado, responsabilidade e racionalidade. Fico imaginando hoje como não devem estar pensando os outros Desembargadores do restante do País. Ora, se acontecer de a atitude do Juiz Sergio Moro ser chancelada como legal, ser chancelada como natural, aonde é que nós vamos parar? Desembargador que der ordem à polícia, a um Juiz de primeiro grau pode ter a sua ordem simplesmente desrespeitada porque o Juiz vai se aconselhar ou simplesmente dizer: *“Não, não concordo com essa decisão, não vou obedecer e vou insuflar a desobediência”*. Eu já vi aqui Deputados hoje falarem as maiores barbaridades e eu gostaria que eles refletissem melhor sobre isso.

Esqueçam o apreço ou o despreço que têm por Lula. Esqueçam o apreço ou o despreço que têm pela Operação Lava-Jato. Esqueçam o apreço ou o despreço que têm pelo Desembargador Favreto. Vamos nos ater à ordem jurídica. Vamos nos ater à racionalidade do sistema de Justiça, que não pode ser subvertido como está sendo a partir de Curitiba.

O Juiz Sergio Moro não é o dono da Operação Lava-Jato. Ele não é o dono de nenhum setor do Judiciário. Ele não é proprietário do corpo do Presidente Lula. *“O Presidente Lula é meu, ninguém tasca, eu vi primeiro”*. Não é assim que as coisas funcionam. Nós temos que raciocinar de acordo com os ditames da



Constituição, com os ditames da Lei Orgânica da Magistratura. Isso é desobediência. Isso é irracionalidade. Isso é insubordinação.

Sras. e Srs. Deputados, o episódio de domingo nos revelou algo muito grave. Revelou-nos que há um território no sistema de Justiça brasileiro que é inexpugnável, que tem dono, que tem regras próprias, e essas regras não dizem respeito à Constituição, não dizem respeito ao Código de Processo Civil, não dizem respeito ao Código de Processo Penal; enfim, não dizem respeito às leis. Isso parte do próprio Poder Judiciário! Nós vamos tolerar esse tipo de comportamento nesta Casa?

Sras. e Srs. Deputados, processo não tem dono, prisioneiro não tem dono. O País tem que ser regido pelo seu ordenamento jurídico. Os sistemas, as corporações têm a sua lógica. Como pode um juiz de primeiro grau sem jurisdição fazer o que fez? O chamado Juiz Sergio Moro não tem mais jurisdição naquele processo. Ele estava em agravante. Ele estava em férias usufruindo do seu bacalhau e do seu vinho lá em Portugal e telefona para o Polícia Federal, troca mensagens e telefonemas com a Polícia Federal, insuflando a desobediência. Deu um despacho, e eu não sei onde ele vai enfiar esse despacho, porque no processo não pode mais. Ele não é sequer Juiz da execução penal nesse processo. A Juíza da execução penal é a Carolina Lebbos.

Faço um apelo a esta Casa, aos meus pares, para que enfrentemos esse quadro como ele deve ser enfrentado. Nós estamos diante de um Juiz que não faz isso pela primeira vez. Esse Juiz já se insubordinou contra decisões do Supremo Tribunal Federal, já se insubordinou contra decisões do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e, agora, insubordina-se contra uma decisão de um Desembargador



competente para o caso, porque era o Desembargador de plantão, ao qual foi submetida a apreciação de um *habeas corpus*, e ele concedeu liminar.

Se a decisão estava certa, se a decisão estava errada, isso tem que ser apreciado pelas instâncias previstas em lei: ou pelo colegiado do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, ou pela Corte imediatamente superior. Nós não podemos aceitar desobediência a ordens judiciais.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**

**Número Sessão: 180.4.55.O**

**Data: 10/07/2018**

**REDAÇÃO FINAL**

**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**

**Montagem: 4176**

---

**V- ORDEM DO DIA**

*PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:*



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A lista de presença registra o comparecimento de 251 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**

**Número Sessão: 180.4.55.O**

**Data: 10/07/2018**

**REDAÇÃO FINAL**

**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**

**Montagem: 4176**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Prorrogo a sessão por 1 hora.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item 1.

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 824, DE 2018**

**(DO PODER EXECUTIVO)**

*Votação, em turno único, da Medida Provisória nº 824, de 2018, que “altera a Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação; tendo parecer da Comissão Mista, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação desta e das Emendas de nºs 1 a 3 e 8; e pela aprovação parcial da Emenda de nº 9, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2018; e pela rejeição das Emendas de nºs 4 a 7 e 10 a 36 (Relator: Senador Eduardo Amorim).*



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Henrique Fontana, pela Liderança da Minoria.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, população brasileira que nos acompanha em mais esta sessão da Câmara Federal, o último domingo representou um dia que provavelmente não tem precedente na história do País.

Nós já vivíamos uma crise institucional gravíssima, uma perda de credibilidade e confiança da população no Judiciário brasileiro enorme. O que aconteceu no último domingo? Nós tivemos um pedido de *habeas corpus* impetrado em favor do Presidente Lula, assinado por três Deputados Federais, dois deles, advogados. Esse pedido foi acolhido pelo Desembargador do Tribunal Regional Federal da 4ª Região Rogério Favreto.

Quais foram os embasamentos que acolheu para conceder a liberdade para Lula, para conceder o *habeas corpus*? Um dos fundamentos foi idêntico ao que cinco Ministros do Supremo Tribunal Federal também acolheram votando a favor do *habeas corpus* para a soltura de Lula.

E não me consta que seja argumento razoável, como querem alguns Líderes da Oposição, partidizar o *habeas corpus* assinado pelo juiz natural que detinha o plantão do TRF4 Rogério Favreto. Para serem coerentes, então, deveriam partidizar os votos, por exemplo, de Celso de Mello, de Marco Aurélio Mello, que votaram a favor do *habeas corpus* para Lula no Supremo Tribunal Federal. Então, essa partidização seletiva que V.Exas. estão usando nestas tribunas de onde falam os golpistas é a mesma partidização seletiva que a grande mídia utiliza, especialmente a Rede Globo, tentando, num movimento fascista, desrespeitar um





Desembargador do TRF4 que tem história digna e formação qualificada e que embasou nos autos a sua posição.

Essa tentativa de atacar a pessoa que assinou o *habeas corpus* de Lula é típica dos movimentos fascistas, é típica do estado de exceção que nós estamos vivendo. E, aí, volto a perguntar: vão atacar os cinco Ministros do Supremo Tribunal Federal que também acolheram o pedido de *habeas corpus* para Lula? Esses cinco juízes também serão acusados de serem do partido A ou do partido B? Ou vamos respeitar um mínimo de Estado Democrático de Direito no nosso País?

Agora, o que ficou escancarado no domingo, isso sim, foi a seletividade, a partidarização da ação de Sergio Moro, que não tinha nada a ver com o *habeas corpus*, que não tem nada a ver com a execução penal injusta de Lula, que foi imputada a Lula por ele. Esse, de férias em Portugal, tentou intervir na Polícia Federal num processo que ele não tinha nada a ver, mostrando que o Estado Democrático de Direito, neste País, não existe mais.

Moro agiu de maneira absolutamente ilegal e deve responder por isso. Um juiz que não está no TRF4, que está na primeira instância, que jamais poderia se insurgir, defendeu a desobediência judicial. Essa é a anarquia e o caos em que o golpe que os senhores apoiaram junto com Moro jogou o nosso País. A crise será cada vez mais grave. Enquanto não devolverem a democracia e o Estado Democrático de Direito para o povo brasileiro, a crise se aprofundará e o povo brasileiro não se conformará.

Outra coisa que chama a atenção neste último domingo: para Lula, tudo é diferente na Justiça brasileira; para Lula, é o vale-tudo da denúncia, da suposta investigação, da suposta fraude, num julgamento fraudado, e da prisão, e da



negativa do cumprimento de uma decisão judicial para lhe devolver a liberdade, que era o que deveria ter sido feito no domingo; para Lula, tudo é exceção. E por que tudo é exceção, Deputados Wadih Damous, Pedro Uczai? Porque o jogo do golpe, onde está Moro, onde atuou Gebran, onde atuou o Presidente do TRF, Thompson, para a turma do golpe dentro do Judiciário é: Lula não pode ser candidato a Presidente, porque o povo brasileiro já está indicando que quer Lula Presidente. Esse é o escândalo que está sequestrando a democracia brasileira.

Aliás, uma das alegações do *habeas corpus*... Uma, porque a primeira eu já disse: é a decisão do Supremo, em vigor neste momento, de que pode haver prisão em segunda instância, mas não obrigatória, desde que haja fundamentação da necessidade de se prender alguém em segunda instância. Sabe qual é a fundamentação que Moro utilizou para prender Lula? O favoritismo dele, pelo povo brasileiro, para voltar a presidir o País. Essa é a fundamentação desse que não chamo mais de juiz, porque Moro não é juiz: Moro é partidário. Moro deveria ter vergonha na cara e se candidatar a Presidente da República, se quer comandar o País.

Por fim, eu fico sempre pensando no argumento que estava no *habeas corpus* — e nós vamos vencer essa batalha —, que também falava sim do direito do Presidente Lula, que hoje, dizem as pesquisas, tem mais de 60 milhões de votos no Brasil, de poder falar com o povo brasileiro, de poder defender o seu programa, as suas posições, as suas ideias.

Mas, no Brasil do golpe, no Brasil do estado de exceção, no Brasil da quebra do Estado Democrático de Direito é o vale-tudo, é a anarquia judicial, é a anarquia da maioria Parlamentar rasgando 54 milhões de votos; é o vale-tudo, Deputado



---

Caetano, que quer manter um Governo ditatorial e que quer fraudar a grande oportunidade que tem o povo brasileiro de repactuar o País com eleições livres e diretas e com a participação de Lula no próximo mês de outubro.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Pergunto ao Partido dos Trabalhadores se retira os requerimentos e deixo claro que o nosso acordo sobre a Medida Provisória nº 824, em relação ao destaque do art. 4º, está mantido.

**O SR. CAETANO** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero só um esclarecimento. Nós vamos votar agora a MP 824, a MP da Irrigação?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Vamos.

**O SR. CAETANO** - Parabéns!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Pelo acordo que nós fizemos. Parece-me que há um acordo entre a base e a Oposição em relação ao art. 4º. Deixo claro que ele será cumprido.

**O SR. CAETANO** - O.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Vamos avançar com a MP 824. Depois, antes do término da sessão, eu darei a palavra aos Líderes.

**O SR. CAETANO** - Vamos avançar com a MP 824, vamos fechar logo a MP 824!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Encaminhamento.

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Em relação ao art. 4º, tudo está resolvido, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Está resolvido.

**O SR. EVANDRO GUSSI** (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta seria a única medida provisória a ser votada nesta noite?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Esta é a primeira. Depois, nós vamos votar a dos distribuidores e a MP 825, a do crédito do Rio de Janeiro, que tem prazo.



---

O recurso não será empenhado até o vencimento da medida provisória. Então, a medida provisória precisa ser votada.

Passa-se à votação.

Encaminhamento.

Tem a palavra o Deputado Hildo Rocha. (*Pausa.*) Não está presente.

Encerrado o encaminhamento.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Em votação o parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Orientação de bancadas.

Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

Como vota o PP? *(Pausa.)*

Como vota o PR? *(Pausa.)*

Como vota o PSD? *(Pausa.)*

Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

Como vota o DEM? *(Pausa.)*

Como vota o PT? *(Pausa.)*

Como vota o PDT? *(Pausa.)*

Como vota o PSOL? *(Pausa.)*

Como vota o PCdoB? *(Pausa.)*

Alguém vai orientar? *(Pausa.)* Ninguém quer orientar? *(Pausa.)*

Como vota o PSOL?

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

O PSOL orienta “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - PSOL, “não”. Todos os partidos, “sim”.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**

**Número Sessão: 180.4.55.O**

**Data: 10/07/2018**

**REDAÇÃO FINAL**

**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**

**Montagem: 4176**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Em votação.





---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento de preferência para o texto original:

*Senhor Presidente:*

*Requeremos, nos termos do Artigo 161, inciso IV e do § 2º do Regimento Interno, destaque da preferência para votação da MP nº 824/2018, sobre o PLV oferecido à referida MP.*

*Sala das Sessões, em 10 de julho de 2018.*

*Deputado Orlando Silva*

*Líder do PCdoB*



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Orlando Silva.

**O SR. ORLANDO SILVA** (PCdoB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós defendemos a preferência da votação do texto original apresentado pelo Governo porque o PLV votado na Comissão Especial traz temas que não têm relação com a matéria originalmente apresentada pelo Governo. Eu considero que o Plenário da Câmara deve estar atento a isso. Nós precisamos parar com isso. Foram colocados no PLV assuntos que não têm nada a ver com a política de irrigação, que não têm nada a ver com as alternativas para financiamento de projetos de irrigação, para a facilitação do acesso de agricultores ao financiamento para a irrigação. Nós consideramos que não é adequado tratar de temas como licenciamento ambiental, por exemplo, numa matéria que tinha outro objetivo.

Há setores que já foram beneficiados com REFIS em outros projetos de lei. E a mudança que está sendo feita no PLV amplia para outras pessoas jurídicas, além de pessoas físicas, o gozo de benefícios, o que não seria adequado. Trata-se inclusive de mudança de competência de Ministérios.

Por isso, Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Estou começando a achar que V.Exa. está certo.

**O SR. ORLANDO SILVA** - Concluo defendendo que votemos o texto original, e não o PLV votado na Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Eu acho que os argumentos do Líder Orlando são coerentes e preocupantes. Se nós formos reabrir REFIS aqui, tratar de



mais incentivo fiscal, daqui a pouco não haverá dinheiro para a educação e para a saúde do Brasil.

Tem a palavra o Deputado Rodrigo Garcia.

**O SR. RODRIGO GARCIA** (DEM-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, que o Deputado Orlando chama a atenção do Plenário para temas que estão no PLV que eventualmente não têm relação com a política de irrigação. Eu queria destacar que muito do PLV, do que foi aperfeiçoado, tem, sim, a ver com a política de irrigação, inclusive a possibilidade de liquidação, por parte da CODEVASF, de dívidas de pessoas jurídicas. Isso é um tema correlato.

Cabe ao Plenário decidir sobre isso. Agora, podemos avaliar em relação ao mérito. Eu sugiro, enfim, que a equipe do PCdoB estude o PLV. Há coisas que o Democratas concorda em retirar. Aliás, o art. 4º é uma proposta do Deputado Arthur Oliveira Maia, do nosso partido, que inclui as pessoas jurídicas nesse tema. Agora, podemos avaliar.

Só queria chamar a atenção para o fato de que não é tema...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Em relação ao art. 4º há acordo para a sua supressão, Deputado Rodrigo. Eu falei aqui antes de começar a votação.

**O SR. RODRIGO GARCIA** - Só queria registrar que são temas correlatos com a política de irrigação. Mas o Democratas está pronto para o acordo e para o entendimento, porque sente a importância de votarmos a medida provisória na tarde de hoje.

**O SR. ORLANDO SILVA** (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Permita-me, Sr. Presidente, dialogar com o Deputado Rodrigo Garcia.



É evidente que há temas que foram incorporados ao PLV que têm a ver com a temática da irrigação.

Só faço um alerta, Sr. Presidente: as despesas tributárias alcançaram mais de 350 bilhões do Orçamento da União. É importante que nós analisemos com cuidado atalhos que significam mais despesas tributárias, mais renúncias e mais incentivos para quem já recebeu.

Esse era o protesto que queria registrar aqui na votação desta matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Eu concordo com V.Exa.

Orientação de bancada.

Como vota o PP?

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - Sr. Presidente, se V.Exa. me permite, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco/PP-SC. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - A matéria já está pacificada. Isso aqui é inclusão de medidas absolutamente discrepantes. Há sentença do Supremo Tribunal Federal, há acórdão do Supremo Tribunal Federal. Isso aqui não é nem jabuti. A prática legislativa dessa inclusão já está condenada por acórdão do Supremo Tribunal Federal. E é da competência do Presidente desta Casa e do Senado expungir do texto tudo o que seja inclusão indevida.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Na verdade, Deputado...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - Faço um apelo a V.Exa.: consulte. A Secretaria da Mesa sabe disso.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Se tiver matéria estranha...



**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - O acórdão é da Ministra Rosa Weber e do Ministro Edson Fachin. E o assunto era...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputado, vou tocar aqui...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - Era a famosa Medida Provisória nº 838, que nasceu com um artigo e recebeu 22 artigos nesta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Eu sempre tenho a tese de que o texto aprovado Comissão Mista resolve a questão da constitucionalidade, mas...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - Não...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Calma. Mas de fato tem acontecido a inclusão de muitos artigos, principalmente sem nenhum tipo de cobertura legal, em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, em relação à própria emenda constitucional do teto.

Então, daqui para a frente, eu vou começar a... Nesta eu não posso porque já comecei a fazer a votação, mas, a partir da próxima, sobre a que tiver inclusão de despesa que não tenha previsão de cobertura nós vamos avaliar o que faze, assim como em relação ao mérito, sobre o que não tiver relação direta com o mérito.

Como vota o PT? *(Pausa.)*

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - Já existe um acórdão do Supremo Tribunal Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Nós vamos cumpri-lo.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - E não é por acrescentar despesa, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - É mérito.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - Basta que seja assunto estranho ao objeto da medida provisória.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Vou começar a olhar isso, Deputado.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - Que a Mesa socorra V.Exa., para V.Exa. socorrer a Constituição.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - É isso.

Como vota o PT?

**O SR. CAETANO** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a bancada do PT vota “sim”. Nós entendemos que é preciso fortalecer o texto original e votar o texto original.

Os pequenos agricultores, os agricultores, os irrigantes estão ansiosos para que a MP 824 seja aprovada aqui hoje.

Parabenizo V.Exa. pela posição, Sr. Presidente. Os partidos de Oposição suspenderam a obstrução para votar exatamente a MP 824.

O PT vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PP?

**O SR. ARTHUR LIRA** (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PP vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - PP, “não”.

Como vota o DEM? (*Pausa.*)

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a base aliada vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Base aliada, “não”.

Como vota o PSOL?

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós achamos que é menos pior a proposta original. As



mudanças no art. 22 implicarão certamente o aprofundamento do desequilíbrio ecológico. E há o problema de uma espécie de benefício sobre benefício, de cumulatividade, de pessoa física e pessoa jurídica, no que diz respeito às dividas, o que não é correto ser incluído no PLV.

Então, a nossa posição é favorável a esta proposta.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, evidentemente, nós encaminhamos o voto “sim”, para que tenha preferência a votação do projeto original.

Temos concordância com a garantia de que o refinanciamento e as condições dos projetos de irrigação tenham continuidade na prestação de serviços para a atividade produtiva. Agora, a ampliação que se propõe nas modificações que se fizeram é inaceitável, ou seja, abrir mão de critérios ambientais para a irrigação, estender esse refinanciamento, de forma ampla, geral e irrestrita, para setores que não necessitam e que não devem ser beneficiados com refinanciamento, nos mesmos critérios de pessoa física e de pequenas atividades.

Nós votamos “sim”, para ter preferência a proposta original.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT?

**O SR. LEÔNIDAS CRISTINO** (PDT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como orienta o PSB? (*Pausa.*)





**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**

**Número Sessão: 180.4.55.O**

**Data: 10/07/2018**

**REDAÇÃO FINAL**

**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**

**Montagem: 4176**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Em votação.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem a favor permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

REJEITADO.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Em votação o Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2018, adotado pela Comissão Mista, da Medida Provisória nº 824, de 2018, ressalvados os destaques.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Orientação de bancada.

Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

Como vota o PP? *(Pausa.)*

Como vota o DEM? *(Pausa.)*

Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

Como vota o PSD? *(Pausa.)*

Como vota o PR? *(Pausa.)*

Como vota o Solidariedade? *(Pausa.)*

Como vota o PRB? *(Pausa.)*

**O SR. VANDERLEI MACRIS** (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSDB vota “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A base vota “sim”.

Como vota o PT? *(Pausa.)*

Como vota o PSB? *(Pausa.)*

Como vota o PSOL? *(Pausa.)*

**O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA** (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PR vota “sim”.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar o voto do PP.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSOL vota “não” e já quer fazer um apelo a V.Exa. O apelo que nós queremos fazer é para que, logo depois de terminada a votação desta medida provisória, seja dada prioridade à votação da matéria dos agentes comunitários de



saúde e, logo depois da matéria dos agentes comunitários de saúde, das matérias relativas ao frete dos caminhoneiros. E que, então, outras medidas provisórias não sejam lidas, para que tenhamos a garantia da votação da matéria dos agentes comunitários.

Esse é o apelo que nós fazemos a V.Exa., Sr. Presidente. Vamos priorizar os agentes comunitários de saúde e o frete dos caminhoneiros.

A esta medida provisória o PSOL vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT?

**O SR. AFONSO MOTTA** (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT, pela supressão objeto de acordo, vai votar “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PP?

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Partido Progressista orienta a votação “sim” e diz claramente que não há nenhum tipo de alteração ou fato novo em relação à proposta original. O que nós fizemos? Haja vista que temos a área de abrangência da CODEVASF em áreas de irrigação, algumas bacias, alguns Municípios passam a integrar a área de atuação da CODEVASF. Ou seja, não é matéria estranha à MP original.

Eu quero nesta oportunidade, ao encaminhar o voto “sim”, agradecer aos partidos de Oposição, em especial ao Partido dos Trabalhadores, ao PCdoB e ao PSOL, por saírem da obstrução e votarem esta medida provisória importantíssima para os projetos públicos de irrigação, em especial para o Projeto Baixio de Irecê, que se tornará uma nova fronteira agrícola na Bahia. Nós estamos felizes com essa posição da Câmara dos Deputados.



O Partido Progressista vota “sim”.

**O SR. CAETANO** - Sr. Presidente, pelo PT.

**O SR. CARLOS MANATO** (PSL-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSL orienta “sim”.

Eu aproveito para demonstrar a minha tristeza com o veto que o Presidente da República acaba de apresentar em relação à Guarda Portuária. Nós aprovamos nesta Casa que a Guarda Portuária ia pertencer ao Ministério da Segurança Pública, e o Presidente vetou. Nós lamentamos muito, porque essa é uma categoria importante. Sabemos que crimes estão sendo cometidos nos portos, que o contrabando tem aumentado cada vez mais e que a Guarda Portuária está ali presente, dedicada, combatendo isso.

Para a nossa tristeza, houve o veto, mas nós vamos nos mobilizar aqui nesta Casa e, com certeza, na hora certa, vamos derrubar esse veto.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PT?

**O SR. CAETANO** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós votamos, inicialmente, pelo texto original, que não passou. Nós sabemos que o PLV tem algumas distorções, mas, nos destaques, nós vamos votar para corrigir essas distorções.

Queremos que essa medida provisória seja aprovada e que possa ajudar os pequenos e médios irrigantes, especialmente os do Baixo do Irecê, do Sertão da Bahia.

Portanto, o PT, neste instante, vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?



---

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, nós encaminhamos o voto “sim”. Consideramos esses recursos fundamentais para que os projetos de irrigação tenham reforço, continuidade, porque eles já estão bastante atrasados, especialmente o projeto que se refere ao Baixio do Irecê, na Bahia. Aliás, houve gente que andou dizendo que o PCdoB estava com posição diferente. E nós queremos afirmar aqui a nossa posição em favor da irrigação no Baixio do Irecê, em Rodelas, em Curaçá, em Glória, em Chorrochó, em Abaré, enfim, em tantos perímetros irrigados na Bahia e pelo País afora.

No entanto, nós queremos deixar claro que a opção pelo projeto original seria melhor. Como isso não foi possível, porque o requerimento já foi derrotado, nós vamos votar a favor e tentaremos corrigir algumas distorções nos destaques.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**

**Número Sessão: 180.4.55.O**

**Data: 10/07/2018**

**REDAÇÃO FINAL**

**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**

**Montagem: 4176**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Em votação o projeto.





---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

APROVADO.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento com o seguinte teor:

*Sr. Presidente:*

*Requeremos, nos termos do Art. 161, inciso I e § 2º, do Regimento Interno, destaque do art. 1º do PLV nº 15/18, apresentado à MP nº 824/18.*

*Sala das Sessões.*

*Dep. Paulo Pimenta*



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Paulo Pimenta. *(Pausa.)*

Chamo o Deputado Carlos Zarattini ou o Deputado Caetano para falar a favor do destaque. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Caetano, para falar a favor do requerimento, Destaque nº 1.

**O SR. CAETANO** (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, somos pela supressão desse destaque, porque nós temos que proteger o meio ambiente e garantir que todos os irrigantes sejam beneficiados. Devemos aprovar a Medida Provisória nº 824. Porém, na apresentação dos destaques, pretendemos corrigir exatamente as questões que prejudicam o meio ambiente e a sociedade, para que possamos ter condições de ver aprovados os financiamentos para atender aquela população, tão necessitada, que precisa muito da ajuda desta Casa. Hoje, esta Casa está fazendo justiça quando aprova essa MP e, conseqüentemente, ajuda o conjunto dos irrigantes.

Esse final de semana, tive reunião, na cidade de Irecê, com vários irrigantes, que nos pediram que hoje defendêssemos a aprovação dessa medida provisória, desse PLV, para que possamos contribuir e ajudar todos os irrigantes que estão assistindo a esta sessão ansiosos.

Portanto, essa é a nossa posição.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Orientação de bancada.

Como vota o Bloco do PP? *(Pausa.)*

Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

Como vota o PSDB? *(Pausa.)*



Como vota o DEM? *(Pausa.)*

Como vota o PR?

**O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA** (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PR vai manter o texto, vota "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - PR vota "sim", para manter o texto.

Como vota o PRB? *(Pausa.)*

Como vota o PSD? *(Pausa.)*

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esse destaque precisa ser rejeitado.

A orientação é "sim". Por quê? Porque o destaque tira a essência da medida provisória, que é justamente abrir o financiamento e considerar os projetos de financiamento dos lotes automaticamente licenciados, por uma questão de celeridade, para não haver burocracia.

Portanto, a orientação é "sim" à manutenção do texto e "não" ao destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - "Sim" à manutenção do texto.

Como vota o PSD? *(Pausa.)*

Como vota o PSDB?

**O SR. SILVIO TORRES** (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSDB vota "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSB?

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (PSB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, trata-se de destaque para votação em separado do art. 1º do projeto de lei de conversão. Não é isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Isso.



**O SR. ALESSANDRO MOLON** - Assim sendo, Sr. Presidente, a orientação do PSB é "não". Nós não queremos que o art. 1º conste do texto aprovado, porque ele representará uma grave ameaça ao meio ambiente, já que qualquer projeto de irrigação em área de preservação permanente será considerado de interesse público. Portanto, não há qualquer necessidade dessa declaração pelo próprio poder público, quanto à existência do interesse público. Isso representa uma grave ameaça ambiental nas áreas de preservação permanente.

Por essa razão, o PSB vota "não" a essa parte da matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PT?

**O SR. PEDRO UCZAI** (PT-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Na mesma direção, nós também votamos "não". Projeto de irrigação é importante para o desenvolvimento, mas não à custa do desmonte, da destruição do meio ambiente, em área de preservação permanente. É preciso destacar que projetos de infraestrutura de irrigação são considerados de utilidade pública. Portanto, não dá para fazer a flexibilização.

Os Deputados de todos os partidos devem votar favoravelmente à matéria, como votamos na medida provisória, e têm que votar "não" a este destaque, para haver o mínimo de preservação ambiental em projetos de irrigação, senão vai haver o contraditório: vai haver irrigação, de um lado, e destruição do meio ambiente, do outro lado.

É preciso haver equilíbrio. E só vai haver equilíbrio se houver manutenção da infraestrutura de irrigação, como de utilidade pública, e não a flexibilização dessa legislação.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?



---

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Nós não podemos flexibilizar áreas de preservação permanente. Exatamente por esse motivo o PSOL orienta “não”. Este destaque não pode ser aprovado.

Sr. Presidente, eu aproveito o tempo para pedir a V.Exa. que, assim que encerrada a votação da medida provisória, coloque de imediato em votação a medida provisória que trata dos agentes comunitários de saúde. É muito importante que possamos dar uma resposta a pessoas que se deslocaram de longe, que estão passando por dificuldades, que estão brigando por um direito.

Logo depois que votarmos a matéria que trata dos agentes comunitários de saúde, poderíamos, sim, votar a proposta referente aos caminhoneiros, ao frete, e que as outras medidas provisórias que sobre a mesa estão não sejam lidas, para que tenhamos a garantia de votação de matéria tão importantes.

Flexibilizar áreas de preservação permanente, “não”. O PSOL orienta “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, o PCdoB considera que pode haver irrigação em área de preservação permanente, mas isso tem que ser feito com absoluto controle, cuidado, estudo, pesquisa, para preservar a questão ambiental.

Não pode haver nenhum descuido que permita agressão às áreas de preservação permanente. O destaque busca exatamente corrigir isso.

Portanto, nós votamos “não”, para suprimir o que está no texto e garantir que os estudos necessários para o licenciamento ambiental sejam assegurados e que as áreas de preservação permanente tenham a garantia de não serem violadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT?



**O SR. AFONSO MOTTA** (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como está posta, esta matéria traz muita complexidade. É claro que nós gostaríamos de votar na direção da aprovação. Em função do texto, mas também como uma reserva, por não termos a compreensão exata desta matéria, quanto à questão da irrigação, à questão da consequência ambiental e até à referência ao próprio órgão financiador dos pequenos agricultores, o PDT vai votar “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSD?

**O SR. JOAQUIM PASSARINHO** (PSD-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu acho que nós temos hoje condições técnicas suficientes para fazer irrigação sem depredar o meio ambiente. Hoje, há tecnologias de ponta, e o Brasil já domina essa tecnologia. Por isso, fazer irrigação não significa depredar o meio ambiente de jeito algum. Pelo contrário, podemos até melhorar o meio ambiente, se soubermos fazer com qualidade, com eficiência e com competência.

Por isso, nós votamos “sim”, contrariamente à mudança do texto.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PPS?

**O SR. ALEX MANENTE** (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PPS orienta “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. JOÃO DERLY** (REDE-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A REDE orienta “não”, Presidente.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**

**Número Sessão: 180.4.55.O**

**Data: 10/07/2018**

**REDAÇÃO FINAL**

**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**

**Montagem: 4176**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Em votação.





---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem pela manutenção do texto permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

MANTIDO.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Destaque nº 3. O próximo é o do acordo.

*Requeiro, nos termos do art. 161, inciso I e § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado do § 2º do art. 22 da Lei nº 12.787/2013, com redação dada pelo art. 1º do PLV nº 15, de 2018, para sua supressão.*

*Sala das Sessões, 4 de julho de 2018.*

*Deputado Chico Alencar*

*Líder do PSOL*



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Chico Alencar. (*Pausa.*)

Com a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** (PSOL-PA. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu quero aproveitar este momento para reforçar o apelo feito pelo nosso camarada Glauber Braga, porque foi muito vergonhoso, até para este Poder, que V.Exa. tenha proposto o encaminhamento e, naturalmente, depois de horas de trabalho, tenha saído da Mesa. O Deputado Carlos Manato assumiu a presidência e houve uma debandada de Deputados, tirando o quórum e inviabilizando a votação da Medida Provisória nº 827.

É de fundamental importância agir com seriedade, para que possamos aprovar hoje uma medida provisória fundamental para viabilizar a humanização do sistema de saúde.

Hoje, o sistema hospitalocêntrico está inviabilizando o atendimento de urgência e emergência de média e alta complexidade, porque há uma fragilização da atenção básica tradicional nos postos convencionais de saúde. Com o Programa Saúde da Família, os agentes de combate às endemias, que trabalham como educadores na profilaxia, são fundamentais para o sistema de modo integral, mas eles estão fragilizados exatamente por não ter sido ainda concluído aqui o processo de reconhecimento da carreira e do direito deles a uma renda mínima. Programas federais podem ajudar as Prefeituras menores para viabilizar os direitos dos agentes. Então, este é um apelo que eu faço.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, eu queria me solidarizar com a família de Francisco Bezerra Targino, de 57 anos, que era Secretário de Agricultura e



Recursos Hídricos do Município de Janduí, no Rio Grande do Norte, um velho militante de esquerda do Partido Socialismo e Liberdade, o PSOL. Francisco Bezerra saía de um restaurante quando recebeu — pasmem! — 50 tiros. A motivação, não se sabe. É verdade que esse é um crime realmente bastante cruel contra um servidor público, de um Município pequeno, do nosso grande Rio Grande do Norte, que perde um importante secretário. Deixo minha solidariedade à família de Zé Bezerra.

Por fim, o art. 22 desta medida é um complicador no que diz respeito ao objetivo do equilíbrio ambiental. A possibilidade de supressão da vegetação legalmente protegida...

*(Desligamento automático de microfone).*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o Governo?

**O SR. AGUINALDO RIBEIRO** (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Governo orienta o voto “sim”, pela manutenção do texto, e recomenda a todos os partidos da base que também orientem o voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A base vota “sim”.

Como vota o PDT? *(Pausa.)*

Como vota o PCdoB?

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, faço, mais uma vez, um apelo para que se acate este destaque, porque ele corrige de forma muito precisa a hipótese da agressão ao meio ambiente, sem que provoque qualquer prejuízo para a atividade dos irrigantes.

Portanto, é muito importante que este destaque seja aprovado. Acho ainda que nós deveríamos votar esta matéria com rapidez para, logo em seguida, termos a



oportunidade de pautar e votar, ainda hoje, a Medida Provisória nº 827, que atende aos agentes comunitários de saúde.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL? (*Pausa.*)

Como vota o PSB?

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (PSB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB orienta “não” a esta matéria, por uma razão simples — a mesma que nós mencionamos há pouco —: permitir a reinclusão desse trecho no texto do projeto de lei de conversão significará uma agressão ao meio ambiente, uma vez que ele vai tornar qualquer projeto de irrigação em área de preservação permanente algo de interesse público, e nem sempre isso deve ser assim.

Portanto, em defesa das áreas de preservação permanente, nós votamos “não” a esse trecho, em defesa do meio ambiente. Portanto, devemos manter a lei atual, que diz que algumas áreas poderão ser consideradas de interesse público ou não, dependendo da manifestação do poder público.

Por essa razão, nós votamos “não” a esse destaque de votação em separado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PT?

**O SR. PEDRO UCZAI** (PT-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Para manter o equilíbrio entre projetos de irrigação e a defesa do meio ambiente, nós votamos “não”. A bancada orienta “não”, nesse sentido.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, e apelo a V.Exa., no sentido de que o clamor dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias possa ser contemplado na votação desta noite do Parlamento brasileiro, para fortalecer a política pública de saúde. Fortalecer os agentes comunitários de saúde e de



combate às endemias é fortalecer efetivamente as famílias que mais precisam desses profissionais.

A votação da Medida Provisória nº 827 é fundamental e decisiva, porque ela é o reconhecimento de que saúde é prioridade pública. Valorizar os agentes comunitários de saúde e de combate às endemias é uma prioridade deste Parlamento.

No encaminhamento de votação, a bancada do PT indica “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

**O SR. CHICO ALENCAR** - O PSOL pede que seja incorporado o tempo de Líder, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Pode falar, Deputado. *(Pausa.)*

**O SR. VITOR VALIM** (Bloco/PROS-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Presidente, enquanto o Deputado Chico Alencar se desloca para a tribuna, venho aqui falar muito claro em apoio aos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias.

Peço que seja votada, com brevidade, a medida provisória que está aqui. Eu quero até que a Mesa se pronuncie dizendo se vai colocá-la em votação ou não, nobre Deputado Chico Alencar.

Eu tenho orgulho de dizer que o trabalho dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias começou no meu querido Estado do Ceará e hoje está presente em praticamente todo o País. Eles desempenham um brilhante serviço e dão uma grande contribuição para a saúde pública.

Não é possível que um direito básico deles — a melhoria salarial e condições de trabalho — não possa ser votado nesta Casa! Este é um apelo que faço em



---

nome de todos os agentes de saúde e de combate às endemias do meu querido Estado do Ceará.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. HÉLIO LEITE** - Sr. Presidente...

**O SR. CHICO ALENCAR** - Há um Líder na tribuna!

**O SR. HÉLIO LEITE** - Sr. Presidente, quero também ressaltar...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Aguarde 1 minuto, Deputado.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Chico Alencar, pela Liderança.

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Há um Líder bem-educado na tribuna.

Restitua o tempo, Presidente. *(Pausa.)*

Obrigado.

Deputadas, Deputados, servidores, todos que acompanham, com dificuldade, esta sessão das galerias, ponto um, denuncio o assassinato do Secretário de Agricultura de Janduí, no Rio Grande do Norte — administração do PSOL —, executado hoje com 50 tiros, o Seu Francisco Bezerra, um homem de bem, um homem querido. Isso precisa ser esclarecido. Não queremos outro caso Marielle e Anderson, que completa, agora, 120 dias, 4 meses, sem nenhuma solução! Que eficaz essa intervenção militar na segurança pública do Rio, hem?!

Ponto dois, como o PSOL já disse na semana passada, queremos prioridade absoluta para a Medida Provisória nº 827, de 2018, que nem sequer estava na pauta da sessão extraordinária que não se realizou em termos de Ordem do Dia porque 302 Deputados faltaram. Eles estavam aqui. Em 15 minutos, como num passe de mágica, foram todos embora. Fiz o levantamento: 16 partidos tinham mais Deputados fora da sessão do que na sessão; apenas sete partidos tinham a maioria ou a totalidade dos seus Parlamentares aqui, cumprindo com o dever.

Não se votou nada e se leu outra medida provisória, a Medida Provisória nº 824, de 2018, que, lida já com prazo esgotado, tranca a pauta. É esta que estamos examinando aqui e agora.





Nós exigimos a posição ao Presidente de ler agora, nesta sessão, a MP 827/18. Nós a examinaremos e daremos o quórum depois, numa próxima sessão. É assim que o Regimento determina. Isso é cristalino! Isso é claro! Isso é evidente!

Quem está na história da luta pela dignidade dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate a endemias há muito tempo... Eu me recordo do então Presidente Henrique Eduardo Alves — que hoje está em apuros, como tantos —, aqui, no Auditório Nereu Ramos, garantindo a votação de uma lei, para o reconhecimento dos agentes, que estabelece um piso mínimo, irrisório, para falar a verdade. Essa garantia básica, por etapas, tem que ser votada. Para isso, precisa haver Deputado em plenário, vontade política e decisão do Presidente da Casa. Eu ouvi dizer que há unanimidade, todos os partidos pedem. Por enquanto, só dois ou três cobraram isso aqui.

Por fim, entrando no nosso destaque a esta matéria, nós entendemos que área de preservação permanente não pode ser vulnerabilizada, a não ser em situações excepcionalíssimas, por qualquer projeto, mesmo de irrigação. Por esta medida provisória, por este projeto de lei de conversão, ela fica aberta quase de maneira determinante sempre que houver interesse da empresa que está fazendo o projeto de irrigação, que tem que ter muito cuidado ambiental. É claro que a água, a irrigação em si é absolutamente necessária. É vital! Mas toda obra grande, como uma estrada, uma hidrelétrica, pede atenção e cuidado ambiental.

Portanto, nós queremos suprimir do texto essa possibilidade de vulnerabilizar áreas de preservação permanente. Mesmo que haja o chamado interesse público na irrigação, isso não pode acontecer como rotina, como regra, como algo que mudará inclusive a legislação.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Orientação de bancada.

Como vota o PP? (*Pausa.*)

Como vota o MDB? (*Pausa.*)

Como vota o PSDB? (*Pausa.*)

Como vota o DEM? (*Pausa.*)

Como vota o PR? (*Pausa.*)

Como vota o PRB? (*Pausa.*)

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós gostaríamos de deixar claro para o Plenário que esses são projetos públicos de irrigação. Não são projetos particulares. São terrenos públicos onde estão sendo feitas concessões para irrigantes da agricultura familiar, médios e grandes.

Nós temos em vista que o que estamos colocando nesse artigo não é a eliminação da regularidade ambiental, pelo contrário, é a sua manutenção, porém com um caráter mais célere, por se tratar de projetos públicos de irrigação de interesse absolutamente público.

Por isso, mantemos o texto e orientamos o voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSL?

**O SR. MAJOR OLIMPIO** (PSL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSL vota “sim”, Presidente.

Aproveito para dizer que o bandido tentou armar a teresa — corda de lençol — para fugir da cadeia, utilizando o desembargador de plantão, ex-ativista petista. Graças a Deus, nós tínhamos o Juiz Sergio Moro, que pode até ser punido administrativamente de novo, mas que mais uma vez salvou o povo brasileiro da



---

irresponsabilidade de ter um criminoso perigoso de volta às ruas. Vai apodrecer literalmente na cadeia sim!

É preciso se avaliar a conduta desse magistrado que tomou essa atitude que diminui a magistratura brasileira. Ele tem que ser responsabilizado.

**A SRA. RAQUEL MUNIZ** - Presidente...

**O SR. ALESSANDRO MOLON** - Presidente...



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**

**Número Sessão: 180.4.55.O**

**Data: 10/07/2018**

**REDAÇÃO FINAL**

**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**

**Montagem: 4176**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Em votação.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem a favor da manutenção do texto permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

MANTIDO.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Requerimento de destaque do art. 4º, em que há acordo, apenas para supressão.

*Senhor Presidente,*

*Requeremos, nos termos do artigo 161, inciso I e § 2º, do Regimento Interno, destaque do art. 4º do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2018, apresentado à Medida Provisória nº 824, de 2018.*

*Deputado Paulo Pimenta*



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Caetano.

*(Pausa.)*

**O SR. AGUINALDO RIBEIRO** (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é só para registrar que, enquanto o Deputado Caetano vai à tribuna, como houve acordo, no período de orientação, todo mundo...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A base vota “não”.

**O SR. AGUINALDO RIBEIRO** - ...vota “não”, para suprimir o art. 4º, conforme o acordo que foi feito, repito.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Pode colocar no painel que a base vota “não”.

Tem a palavra o Deputado Caetano.

**O SR. CAETANO** (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como já disse nesta Casa, no dia 6, nós tivemos uma reunião na cidade de Irecê com o Prefeito Elmo Vaz, o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Figueiredo, diversas lideranças e representantes da sociedade, quando ali se assinou a ordem de serviço de uma emenda nossa para construir a via que liga o Mercado à BA-052, a Estrada do Feijão. Foi um sucesso total.

Paralelamente ao encontro, tivemos uma reunião com os irrigantes do Baixo de Irecê, sob a direção do nosso companheiro Marinho, que ali estava.

Quanto a este destaque do art. 4º, nós queríamos dizer que somos a favor da supressão do texto. Por quê? Porque a pessoa física, os pequenos já foram beneficiados. Aqui, basicamente, vão se beneficiar as empresas da agroindústria, que são as pessoas jurídicas e que já tiveram REFIS.



Portanto, como nós aprovamos a MP 824/18, conforme o acordo feito, somos favoráveis à supressão. Por isso, vamos indicar, através da bancada do PT, o voto “não”, para suprimir esse texto.

Eu queria ainda, Presidente, destacar a nossa posição com o objetivo de que hoje também seja votada a MP 827/18, que trata dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate a endemias, para fortalecer a categoria e ajudar esses companheiros e companheiras que fazem um trabalho tão importante nas comunidades.

Quando fui Prefeito da cidade de Camaçari, fui o primeiro do Estado da Bahia que legalizou a situação dos agentes de saúde. E hoje eles estão participando conosco desta sessão, no Congresso Nacional, na esperança de que votemos também a MP 827/18.

A MP 824/18 atende a sociedade, atende os irrigantes. A MP 827/18 atende os agentes de saúde. Vejam que coisa belíssima se hoje saírem todos daqui felizes com a participação desta Casa. Seria um bom fechamento para o semestre concluir a votação da MP 824/18 e da MP 827/18.

Obrigado, Sr. Presidente.

**A SRA. RAQUEL MUNIZ** (PSD-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PSD orienta o voto “não”.

**O SR. ORLANDO SILVA** - O PCdoB, Sr. Presidente...

**A SRA. RAQUEL MUNIZ** - Nós aqui respondemos pelas regiões norte e noroeste de Minas Gerais, que precisam muito dessa política nacional de irrigação, especialmente para o Projeto Jaíba, que abrange uma área que é um dos maiores





produtores da América Latina de frutos. Quero aproveitar para falar também que aquela região é uma grande produtora de soja, graças à irrigação.

Quero ainda fazer um convite a todos os Parlamentares. Amanhã, às 9 horas, neste plenário, vamos fazer uma homenagem ao Estado de Minas Gerais pelo seu aniversário. Então, conto com a bancada mineira aqui, com a presença de todos, recebendo os nossos convidados que vêm comemorar o Dia de Minas Gerais a partir das 9 horas.

Sr. Presidente, quero que seja registrado pelo programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação este nosso convite.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSB?

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (PSB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB vota “não” a esta matéria.

O PSB também defende a votação da MP 827/18, em respeito aos agentes comunitários de saúde. Deixo nossa solidariedade e nosso respeito ao trabalho que realizam.

Nós do PSB vamos brigar no Senado para retirar esse trecho que acaba de ser incluído na MP 824/18. Na prática, é uma maneira que se encontrou de burlar, de fraudar a Resolução nº 369, de 28 de março de 2006, do CONAMA, que proíbe supressão de área de preservação permanente ou intervenção em nascentes, veredas, manguezais e dunas, desde que não sejam de utilidade pública. O que se quer nesta MP 824/18 é fazer com que qualquer projeto de irrigação seja considerado de utilidade pública, para burlar a sua proteção de APP.

Nós vamos lutar contra isso no Senado. O PSB não aceita.

**O SR. ORLANDO SILVA** - Presidente...



**O SR. HILDO ROCHA** - Eu quero orientar pelo MDB.

**O SR. AFONSO MOTTA** (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O PDT vota “não”.

Como vota o PCdoB? (*Pausa.*)

**O SR. ORLANDO SILVA** - Presidente, eu quero usar o tempo da Liderança.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Não, porque não vai dar tempo.

**O SR. ORLANDO SILVA** - Presidente, eu quero usar o tempo da Liderança.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Calma! V.Exa. vai ouvir.

**O SR. ORLANDO SILVA** - Eu posso usar agora, somando com o encaminhamento, ou ao final?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - V.Exa. vai entender. O tempo da sua Liderança é de quantos minutos?

**O SR. ORLANDO SILVA** - Quatro 4 minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Quatro 4 minutos. Faltam 3 minutos para orientação. Eu só tenho mais 14 minutos de sessão. Quem está na fila para falar pela Liderança é o Líder da Oposição, que tem 10 minutos.

Então, do ponto de vista regimental, é impossível.

**O SR. ORLANDO SILVA** - Então, requeiro que seja adicionado ao tempo de encaminhamento o meu tempo de Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Não pode, Deputado. Vamos às orientações, porque eu vou ter que passar a palavra. Matematicamente, é impossível V.Exa. falar pela Liderança agora.

**O SR. ORLANDO SILVA** - Presidente, está aberta a votação.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Calma!

**O SR. ORLANDO SILVA** - Só vai ser encerrada a sessão quando acabar a votação.

**O SR. AGUINALDO RIBEIRO** - A votação é por acordo, não é nominal.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Eu vou fazer o seguinte: vou colocar em votação, conceder a palavra ao Deputado José Guimarães quando faltarem 3 minutos, e V.Exa. termina o tempo regimental da sessão. É só isso, porque ele está na frente.

**O SR. PEDRO UCZAI** - Dá para orientar pelo PT? Queremos orientar pelo PT.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**

**Número Sessão: 180.4.55.O**

**Data: 10/07/2018**

**REDAÇÃO FINAL**

**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**

**Montagem: 4176**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Em votação.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

REJEITADO.



**O SR. EDMILSON RODRIGUES** - Presidente, e a orientação do PSOL?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Vou conceder a palavra ao Deputado José Guimarães. Eu vou deixar todo mundo falar. É só por causa do tempo.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado José Guimarães, pela Liderança da Oposição, por 8 minutos, para que o Deputado Orlando Silva tenha tempo para falar depois.

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, poucas vezes subo a esta tribuna para falar carregado de profunda emoção. Esta não é uma emoção do ponto de vista político, não. Quero falar da minha alma. Há mais de 35 anos eu o conheço, convivo com ele e sei muito bem o que significa o Presidente Lula, a sua índole, o seu caráter e tudo aquilo que ele fez para o Brasil.

Deputado Marquezelli, eu sou amigo do Presidente Lula, muitos aqui são amigos do Presidente Lula. Nós vimos aquilo no domingo, Sr. Presidente. Eu quero dizer isso aqui em alto e bom som para aquelas pessoas que estão nos assistindo, para aquelas pessoas que foram para as ruas no domingo, para as pessoas que foram para a Cinelândia, Deputada Jandira, no Rio, foram para a Praça do Ferreira, em Fortaleza. Eu entrei no avião, que ia também para São Paulo. Quando cheguei ao aeroporto em Fortaleza, todo mundo perguntava: *“O que vai acontecer com o Brasil?”* O povo, que estava acompanhando o que poderia vir a se transformar numa tragédia na Tailândia, o resgate das crianças que estavam naquela caverna, ao mesmo tempo estava ligado no que ia acontecer naquele final de tarde.

E o que nós presenciamos? Eu quero chamar a atenção deste Plenário. Não está em discussão aqui nada, absolutamente nada, a não ser aquilo que para nós lutadores pelo Estado Democrático de Direito, lutadores pela democracia, tem relevância. Muitos pegaram em armas para defender a democracia, para construir este Estado Democrático de Direito. O que nós vimos domingo, meus queridos



companheiros e companheiras, foi a quebra total da legalidade. Sequestraram Lula! A partir de domingo, meus queridos companheiros, ninguém está mais obrigado a respeitar nada.

Imaginem se, quando Ministro do Supremo Tribunal Federal tomasse a decisão de soltar uma pessoa, independentemente de estar condenada ou não, a Ministra Cármen Lúcia fosse lá e revogasse, de ofício, aquela soltura ou aquela decisão liminar de determinado Ministro.

Mas um juiz, que vou caracterizar aqui como capitão do mato, de férias em Portugal, passeando pelos rios de Portugal, dá um despacho questionando a decisão de um Desembargador do Tribunal Federal da 4ª Região, sediado em Porto Alegre. Quebraram a legalidade, fizeram daquele ato uma completa desestruturação do Poder Judiciário no Brasil. Daqui a pouco, Deputado Marquezelli, ninguém vai respeitar mais nada. Um Desembargador de plantão, que tem o direito e o poder de decidir uma questão — não é juiz, nem o outro era mais juiz preventivo, não está na causa —, toma uma decisão, e o Presidente do Tribunal e Juiz Moro, numa espécie de verdadeira quadrilha dentro do Judiciário do ponto de vista jurídico e político, decidem politicamente não soltar Lula.

Será que ninguém obedece mais às leis no País? Será que ninguém está obrigado mais a respeitar nada? Ninguém está acima da lei, Deputado Marquezelli, que está me ouvindo, e aqueles que estão me ouvindo. Ninguém tem mais obrigação de obedecer a nada neste País?

Digo àqueles que estão nos ouvindo que Lula estava arrumado para sair, daquele jeito dele, obedecendo à ordem judicial, como obedeceu quando se entregou à polícia no dia em que foi preso, lá em São Bernardo. É um homem que





respeita o Estado Democrático de Direito, ainda que se tratasse de uma injustiça. Lula estava descendo o elevador para ser solto, Deputado Chico Lopes. E o que nós vimos? *“Volta!”* Não houve decisão de cassar a liminar de ofício. O Presidente terminou decidindo que Lula não poderia ser solto. Essa não é uma questão trivial. Isso não é uma norma. Essa não é uma questão normal num país como o nosso.

Onde anda a democracia? Onde anda o Estado Democrático de Direito no Brasil? Onde anda a Constituição? Será que um juiz de primeira instância é maior do que a Constituição Federal? Se quisessem impedir Lula de sair, deveriam ter recorrido — caberia ao Ministério Público recorrer —, mas deviam ter soltado Lula. *“Ah, mas não podia!”*

Alguém ainda sobe à tribuna para dizer — deveriam respeitar os milhões e milhões de brasileiros que gostam de Lula — que, afinal de contas, impediram que um criminoso ficasse solto no Brasil. Tamanha desfaçatez! Deveria ter vergonha na cara quem diz aqui da tribuna que Lula é um criminoso e não pode ficar solto no Brasil. Lula tem que ficar solto porque milhões e milhões de brasileiros e brasileiras não aceitam este estado de coisas, estão com Lula. Deputada Benedita, basta que tenham consciência, e não precisam ser do PT, basta que tenham senso democrático, Deputado Patrus Ananias, para compreender que Estado Democrático de Direito tem que valer para todos e não só para um.

Criaram o estatuto jurídico de Lula. Quando processo de Lula chega ao Supremo, eles o tiram da Segunda Turma. Quando processo dele chega à primeira instância, decide-se tudo. Aonde vamos chegar com isso? A democracia brasileira está maculada sim! O Estado Democrático de Direito não pode ser construído dessa forma, Deputado Chico Alencar. Não está em jogo aqui o PT. Está em jogo sabe o



quê? É o Estado, são todas as garantias que os Constituintes de 1988, quando elaboraram a Constituição, garantiram na Carta Maior do Brasil. É isso que está em jogo.

Impediram aquela ordem judicial! Nós nos prendemos apenas àquela decisão de domingo. Impedir a soltura de Lula foi uma violência, uma violência que tem de ser repudiada por todos os democratas do Brasil, independentemente de candidatura A ou B! Hoje, fazem isso contra Lula. Amanhã, podem fazer isso contra qualquer um. Eu não posso ficar satisfeito com isso, mesmo em relação àqueles que são nossos adversários, Deputado Marquezelli.

Este País sabe muito bem, não está mais dividido, não. Dois terços da população foram para as ruas. Deputada Benedita, vemos isso por onde andamos, em todo canto, até em São Paulo, meus queridos Deputados. Estive lá de domingo para segunda. No hotel em que fiquei e em todo canto, as pessoas estavam querendo saber.

Vejam o que os jornais do mundo estão dizendo ontem e hoje. A que ponto o Poder Judiciário do Brasil chegou? É claro que não me refiro a todo o Poder Judiciário. Existe gente séria ali, independentemente de filiação partidária. Muitos Ministros tiveram filiação partidária.

Eu quero dizer da minha indignação como Deputado, como cearense, como nordestino. Ninguém pode pactuar com isso. Chega! Passaram de todos os limites, Deputado Bebeto, de todos os limites! Nós não podemos pactuar com isso, não podemos achar que isso é normal aqui dentro, não.

A minha sensação é de tristeza, porque isso que fizeram com Lula é um golpe, mais um, representa a morte da democracia, a morte do Estado Democrático



---

de Direito. Democracia pressupõe legitimidade e respeito às regras. Eles não respeitam mais nada. Como pode um juiz, de férias, fazer uma carta para impedir a soltura de Lula? Aonde vamos chegar? Há que se reagir a isso tudo.

É por isso que, independentemente de candidatura A ou B, só existe um caminho: o de Lula livre, para que promova uma repactuação em favor do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**

**Número Sessão: 180.4.55.O**

**Data: 10/07/2018**

**REDAÇÃO FINAL**

**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**

**Montagem: 4176**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Há sobre a mesa e vou submeter a  
votos a seguinte

**REDAÇÃO FINAL:**



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputado Orlando Silva, V.Exa. quer falar?

**O SR. ORLANDO SILVA** - Sim, Sr. Presidente, eu estou aqui pronto.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** - Sr. Presidente, eu posso agradecer a V.Exa.?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O Deputado Orlando Silva tem a palavra, pela Liderança.

**O SR. ORLANDO SILVA** (PCdoB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, agradeço a gentileza da Mesa ao me permitir usar o meu tempo de Líder.

Eu fiz questão de falar nesta sessão, que é a primeira sessão que a nossa Câmara dos Deputados realiza após aqueles eventos do último domingo. Falo seguramente em nome de toda a bancada do PCdoB, falo seguramente em nome de toda a bancada da Oposição nesta Casa e falo seguramente em nome daqueles que defendem a democracia.

No domingo, a crise brasileira subiu mais um degrau. É certo que, desde a eleição de 2014, o Brasil vive conflagração política que produziu uma crise de grandes dimensões, que resultou inclusive no afastamento de uma Presidente da República, e sem que ela tenha cometido crime. Aqui, talvez, haja polêmica entre nós, mas nós do PCdoB temos convicção de que a Presidenta Dilma foi afastada sem cometer qualquer crime. Um golpe foi perpetrado contra a democracia.

Existe uma gravíssima crise econômica no Brasil, crise que ganha forma de desemprego, ganha forma de crise fiscal que atinge o País e resulta em precarização dos serviços sociais, em piora das condições de vida do nosso povo. Quando digo que ela cresceu, que subiu um degrau, é porque o ato do Juiz Sergio



Moro no último domingo foi uma violação da ordem institucional do Brasil. O Juiz Sergio Moro rasgou a Constituição do Brasil quando se insurgiu contra uma ordem legal.

É lugar-comum dizer que decisão da Justiça não se discute, decisão da Justiça se cumpre. E o que se viu foi a decisão de um Desembargador que, naquele momento, representava o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, não ser cumprida, por ordem de um juiz de instância inferior. Isso representa completa subversão da hierarquia do Judiciário, Poder que é fundamental para que exista o Estado Democrático de Direito.

A quem recorrer? A quem recorrer? Qualquer decisão que fira o interesse do Sr. Sergio Moro será contestada. Daqui a pouco, o Supremo Tribunal Federal toma uma decisão, e o Juiz Moro a contestará, como tentou contestar decisão do Ministro Dias Toffoli, que corretamente impôs a lei, exigiu o cumprimento da norma definida por Ministro do Supremo. E o juiz mimado tentou contestá-la, desrespeitando a hierarquia e as normas do Brasil.

Por isso, eu quero chamar a atenção dos Deputados e das Deputadas. Muitas vezes, quando o ataque é ao Partido dos Trabalhadores ou a partido de esquerda, há quem aplauda. Esse aplauso de hoje, contudo, poderá ser a lamentação de amanhã, porque o que se viola é a Constituição do Brasil, é o Estado Democrático de Direito. Isso, hoje, atinge Lula, injustamente. Amanhã, poderá atingir qualquer um de nós. Sem regra, sem lei, sem Constituição, é arbítrio, fascismo, autoritarismo!  
*(Palmas.)*



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O acordo prevê a votação do projeto de lei sobre as distribuidoras, votação nominal, bem como de todos os destaques. Esse foi o acordo. Depois, voltaremos às medidas provisórias, que serão lidas uma a uma, começando-se pela 825.





---

## PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO

**O SR. LUCIANO DUCCI** (PSB-PR. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na última sexta-feira, em Curitiba, a bancada federal paranaense entregou uma emenda de recursos extraorçamentários no valor de R\$ 28 milhões para serem investidos nos *campi* do Instituto Federal do Paraná — IFPR.

Em 2016, diretores do IFPR nos apresentaram estudos técnicos e de convencimento, que se intensificaram no ano seguinte, culminando agora com o repasse desses recursos.

Como Relator do Orçamento Geral da União para a Educação, reforço a necessidade de uma educação com infraestrutura adequada para que nossos jovens tenham a oportunidade de se qualificar e, assim, de trazerem desenvolvimento para o País.

De acordo com Reitor *pro tempore*, Odacir Antonio Zanatta, o critério para a distribuição de recursos foi o de utilizar maior parcela do valor para estruturar os *campi* com infraestrutura deficitária.

Dentre os *campi* do IFPR, 19 estão recebendo recursos por meio dessa emenda de bancada. No Campus Coronel Vivida serão investidos R\$ 1 milhão e 725 mil para a construção de um novo bloco didático, com salas de aulas e laboratórios, quadra descoberta e guarita de segurança; no Campus Foz do Iguaçu serão investidos R\$ 200 mil para a reforma do laboratório do curso de Edificações; e no Campus Palmas serão investidos R\$ 500 mil para a construção de um refeitório para atender às necessidades de espaço para alimentação dos alunos e servidores do



---

*campus*. Outros *campi*, como Astorga, Capanema, Cascavel, Colombo, Goioerê, Jaguariaíva, Pinhais, Pitanga, Quedas do Iguaçu e União da Vitória também serão beneficiados com a construção de blocos didáticos.

No Campus Paranavaí, também na semana passada, o Ministro da Educação, Rossieli Soares, participou da solenidade de inauguração da quadra poliesportiva, onde foram aplicados R\$ 2,5 milhões, em uma área de 1.200 metros quadrados e 400 lugares. O Ministro se comprometeu conosco a analisar a possibilidade de mais investimentos, agora para a reforma do refeitório do *campus*.

Sr. Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgando no programa *A Voz do Brasil*, bem como pelos meios de comunicação desta Casa.



**O SR. ANTONIO BULHÕES** (PRB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desde novembro do ano passado, estão em vigor as novas regras introduzidas pela reforma trabalhista no arcabouço jurídico nacional.

Aprovada por expressiva maioria do Congresso, a reforma teve o objetivo de adequar a legislação brasileira às atuais demandas do mercado de trabalho, além de conferir maior agilidade a nosso sistema judiciário, que vinha sendo cada vez mais congestionado pelo número excessivo de processos.

É fato notório que, muitos desses processos, especialmente na área trabalhista, eram abertos por não haver nenhum tipo de responsabilização dos demandantes, caso os seus pleitos se revelassem injustificados e fossem derrotados na corte. Assim, durante muito tempo, propor uma ação trabalhista equivalia a um jogo de loteria, capaz de render bons prêmios, sem que fosse necessário nem ao menos comprar bilhete.

Agora que a CLT passou a exigir do demandante o pagamento de honorários de sucumbência para o advogado da parte vencedora, e até de honorários periciais, na hipótese de insucesso no litígio, já se observa uma queda significativa no número de ações pendentes de julgamento.

Nesses pouco mais de 6 meses de vigência das novas regras, o volume de processos represados, que vinha crescendo nos últimos 5 anos, despencou e voltou ao patamar de 2014. Até maio deste ano, segundo informações do TST, as varas de todo o País acumulavam 1,5 milhão de ações à espera de sentença, enquanto, no fim de 2017, esse montante chegava a 1,8 milhão. Considerando a entrada de novos processos, os em andamento e os já julgados, houve redução de 17,3% na carga de



trabalho dos gabinetes de juízes.

Esse resultado se deve em larga medida à diminuição da ordem de 40% das ações propostas por empregados entre dezembro de 2017 e maio deste ano, comparativamente ao volume das que haviam sido propostas em período equivalente, entre dezembro de 2016 e maio de 2017. Graças à queda expressiva da distribuição de novos processos, está sobrando mais tempo para os juízes tratarem dos antigos e reduzirem, dessa forma, o estoque de ações pendentes. Em consequência, vêm se observando o aumento da celeridade na apreciação dos recursos por instâncias superiores, bem como o crescimento do montante pago aos trabalhadores, devido à conclusão de demandas que se arrastavam por longos anos.

Além disso, o risco de ter de arcar com honorários sucumbenciais e periciais inibe a chamada “litigância frívola”, antes tão comum da parte do demandante, uma vez que não era responsabilizado, mesmo quando se evidenciava o despropósito de sua causa. Assim, nesses 6 meses, as demissões feitas por acordo entre trabalhadores e empresas, alternativa criada pelas novas regras, tiveram significativo acréscimo em todo o País.

Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados mostram que, em dezembro de 2017, apenas 1 mês após a mudança da legislação, haviam sido feitos 5.841 acordos, enquanto, em maio deste ano, o número desses acordos saltou para 14.576. São ótimos indicadores de que a reforma trabalhista está atingindo seus objetivos: vem conferindo maior agilidade ao Judiciário e, ao mesmo tempo, maior flexibilidade às negociações entre patrões e empregados, as quais poderão ter reflexos bastantes positivos no mercado de trabalho.

Muito obrigado.



---

**VI - ENCERRAMENTO**

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**

**Número Sessão: 180.4.55.O**

**Data: 10/07/2018**

**REDAÇÃO FINAL**

**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**

**Montagem: 4176**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - **COMPARECEM MAIS OS SRS.:**



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**

**Número Sessão: 180.4.55.O**

**Data: 10/07/2018**

**REDAÇÃO FINAL**

**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**

**Montagem: 4176**

---

***DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:***



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Encerro a sessão, antes convocando segunda Sessão Deliberativa Extraordinária para hoje, terça-feira, dia 10 de julho, às 18h55min, com a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 10.332, de 2018. Haverá matéria sobre a mesa para deliberação.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**

**Número Sessão: 180.4.55.O**

**Data: 10/07/2018**

**REDAÇÃO FINAL**

**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**

**Montagem: 4176**

---

***(Encerra-se a sessão às 18 horas e 55 minutos.)***